UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DIVERSITAS
NÚCLEO DE ESTUDOS DAS DIVERSIDADES, INTOLERÂNCIAS E CONFLITOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

MATEUS DE SÁ BARRETO BARROS

O Labirinto da Colonização – México, Território e “Destino Manifesto”
(Versão Corrigida)

São Paulo

2017

DE ACORDO

Eu, Gilson Schwartz (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades - DIVERSITAS), declaro estar de acordo com a versão corrigida da Tese de Doutorado “O Labirinto da Colonização – México, Território e ‘Destino Manifesto’”, defendida no dia 14 de março de 2017 por meu orientando Mateus de Sá Barreto Barros, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor.

São Paulo, 18 de maio de 2017.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'GS' or a stylized version of the name Gilson Schwartz, enclosed within a faint rectangular border.

Gilson Schwartz

MATEUS DE SÁ BARRETO BARROS

O Labirinto da Colonização – México, Território e “Destino Manifesto”

(Versão Corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (DIVERSITAS) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Humanidades.

Área de Concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Schwartz.

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B2231 Barros, Mateus de Sá Barreto
 O Labirinto da Colonização - México, Território e
 "Destino Manifesto" / Mateus de Sá Barreto Barros ;
 orientador Gilson Schwartz. - São Paulo, 2017.
 153 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Selecione.... Área de concentração: Humanidades,
 Direitos e Outras Legitimidades.

 1. México. 2. Colonização. 3. Integração Física
 Regional. 4. Plan Puebla-Panama. I. Schwartz, Gilson
 , orient. II. Título.

Nome: BARROS, Mateus de Sá Barreto.

Título: O Labirinto da Colonização – México, Território e “Destino Manifesto”

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (DIVERSITAS) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Humanidades.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Schwartz.

Universidade de São Paulo - USP

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:_____ Assinatura:_____

*À Suillan Miguez Gonzalez por toda
caminhada conjunta que realizamos*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha esposa, Suillan Miguez Gonzalez, minha parceira, por toda paciência e ajuda que me deu durante todo o doutorado. Por ter vivenciado o México comigo, que foi, sem sombra de dúvidas, a maior e mais edificante experiência que tivemos juntos e que acabou inspirando esta tese. Mas, principalmente, pelo olhar crítico que teve em relação ao meu trabalho e pela dedicação em revisar e analisar quantas vezes fossem necessárias.

Aos meus pais, Fernando Antônio Duarte Barros e Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros por me incentivarem sempre a percorrer a carreira acadêmica. Especialmente, pelo carinho, aconchego e apoio que me deram ao longo da minha vida.

Aos meus sogros, Rosana Martins Miguez Gonzalez e José Antônio Sanchez Gonzalez (*in memoriam*) por terem me recebido de braços abertos, pelo carinho que tiveram e apoio.

Aos meus irmãos, Fernando Antônio Duarte Barros Júnior e Maria Ester de Sá Barreto Barros, pelo companheirismo, carinho e afeto.

Ao meu orientador, Gilson Schwartz por ter me escolhido como orientando, por todo apoio, pelas longas conversas que tivemos e, principalmente, pela oportunidade de aprender com suas aulas e intelectualidade singular.

Aos professores da minha banca de qualificação, Antônio Almeida Jr. e Gustavo Venturi pelas contribuições realizadas.

A Christine Rufino Dabat, pelos autores apresentados, tanto em suas aulas quanto no grupo de estudos na UFPE, fundamentais para consolidação teórica, sem mencionar suas interpretações sobre os fatos e história que destoam da perspectiva hegemônica.

Ao David Barkin, pelas leituras ofertadas nos Seminários Doctorales, por suas contribuições e críticas ao meu trabalho, pela grande oportunidade que foi vivenciar o México e a Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco.

Aos queridos amigos Miriam Martínez e David Zamora, por adotarem a mim e minha esposa, por nos incluírem em todas as atividades familiares, inclusive viagens, porque sem essa boa vontade não teríamos condições de conhecer nem mesmo um terço do México.

Aos amigos, que me ajudaram quando cheguei em São Paulo e pela guarida que me deram. Agradeço, especialmente, a Henrique Sant'Ana e Paulo Henrique Barbosa, pelos momentos partilhados na pensão e pela amizade que se firmou mesmo à distância. Além de Jáder Muniz, pela acolhida, companheirismo.

A minha tia Joana d'Arc, por toda atenção e paciência em me atender sempre, além da ajuda imprescindível de seus aconselhamentos.

¿De dónde venimos? ¿A dónde vamos? Este es el doble problema cuya resolución buscan sin descanso los individuos y las sociedades. Descubierto un extremo se fija el otro. El germen de ayer encierra las flores de mañana. Si nos encaprichamos en ser aztecas puros terminaremos por el triunfo de una sola raza para adornar con los cráneos de las otras el templo de Marte. Si nos empeñamos en ser españoles nos precipitaremos en el abismo de la reconquista. Pero no. ¡Jamás! Venimos del pueblo de Dolores. Descendemos de Hidalgo y nacimos luchando como nuestro padre por los símbolos de la emancipación y como él, luchando por la santa causa, desapareceremos sobre la tierra.

(Trecho do discurso de Ignacio Ramírez proferido no dia 16 de setembro de 1861, na ocasião do aniversário de Independência do México)

RESUMO

BARROS, Mateus de Sá Barreto. **O Labirinto da Colonização – México, Território e “Destino Manifesto”**. 2017. 153f. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Este trabalho constitui uma análise focada nas ações do Estado frente aos povos originários/camponeses e à sociedade mexicana como um todo, devido à redefinição do processo de colonização no sul-sudeste do México, região com maior concentração dos povos originários/camponeses. O ano de 2014 foi, para os mexicanos, de grandes mudanças, pelo advento das reformas na constituição empreendidas pelo governo de Enrique Peña Nieto, as “Reformas Estruturais”. Em 2016, o presidente mexicano já havia efetivado onze reformas. O que chamou mais atenção foi o fato de a população mexicana, de modo geral, pesquisadores e estudantes, mais especificamente, espantarem-se com a insistência na Integração Física, haja vista acreditarem que tal projeto havia sido interrompido pelo grande número de protestos e a crise de 2008/2010. A mídia, antes interessada, não mencionava nada a respeito, mas o processo de integração continuava a todo vapor. A análise documental do projeto de Integração Física Regional e seus desdobramentos atuais configura-se como o objetivo maior do presente trabalho. Os estudiosos utilizados estão sob a égide do materialismo histórico marxiano – que, afinal, é, reconhecidamente entendido pelo próprio Marx, o mais importante a ser considerado em suas produções – o que diferencia o *decolonialismo* do realizado pelos pensadores europeus é pôr a América Latina no centro do mapa, elucidando como o continente foi forjado, geográfica e filosoficamente e como os conceitos aqui elaborados serviram para a expansão das relações imperialistas do capitalismo, especialmente, o conceito de *raça*. Assim, buscou-se evidenciar como os conceitos (espaço e tempo) foram apropriados pela Europa para a constituição do continente latino-americano, para a partir disto pensar o continente na conformação do sistema-mundo-capitalista, ou melhor, a reprodução das relações imperialistas. Explicou-se as relações interamericanas atuais a partir da história, pois ao contrário do que se imagina é de longa data, remete-se ao século XIX. Além disso, evidenciou-se o posicionamento do México a partir da mudança de eixo da Europa para os Estados Unidos no pós-guerra até a adesão ao Tratado de Livre Comércio do Norte. Por fim, dedicou-se à análise do projeto de Integração Física Regional, prioritariamente, a participação do México, a sua liderança frente ao *Plan Puebla Panamá*, as consequências para a sociedade. O intuito é situar o Plano, por isso, fez-se um levantamento histórico, além de analisar o Capítulo México, Documento Base e abordar a organização indígena e campesina, as lutas empreendidas contra o Plano e a íntima conexão existente entre as relações internacionais e as dinâmicas internas da sociedade mexicana.

Palavras-chave: México. Colonização. Integração Física Regional. Plan Puebla-Panamá.

ABSTRACT

BARROS, Mateus de Sá Barreto. **The Labyrinth of Colonization – Mexico, Territory and “Manifest Destiny”**. 2017. 153f. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

This work constitutes an analysis focused on the actions of the State towards native / peasant peoples and Mexican society as a whole, due to the redefinition of the colonization process in the south-southeast of Mexico, a region with a greater concentration of native / peasant peoples. The year of 2014 was, for the Mexicans, of great changes, by the advent of the reforms in the constitution undertaken by the government of Enrique Peña Nieto, the "Structural Reforms". By 2016, the Mexican president had already effected eleven reforms. What attracted the most attention was the fact that the Mexican population, in general, researchers and students, more specifically, are surprised by the insistence on Physical Integration, since they believe that this project had been interrupted by the great number of protests and the Crisis of 2008/2010. The media, once interested, did not mention anything about it, but the process of integration continued in full swing. The documentary analysis of the Regional Physical Integration project and its current developments is the main goal of this study. The scholars used are under the aegis of Marxian historical materialism - which, after all, is, admittedly understood by Marx himself, the most important to be considered in his productions - what differentiates decolonialism from that realized by the European thinkers is to put Latin America in the Center of the map, elucidating how the continent was forged, geographically and philosophically and how the concepts elaborated here served to expand the imperialist relations of capitalism, especially the concept of race. Thus, it was tried to show how the concepts (space and time) were appropriated by Europe for the constitution of the Latin American continent, from this to think the continent in the conformation of the world-capitalist system, or rather, the reproduction of relations Imperialists. The current inter-American relations have been explained from history, since contrary to what one imagines is a long time, it refers to the nineteenth century. In addition, Mexico's positioning was evident from the shift from Europe to the United States in the post-war period until accession to the North Free Trade Agreement. Finally, he focused on the analysis of the Regional Physical Integration project, primarily the participation of Mexico, its leadership in relation to the Plan Puebla Panama, the consequences for society. The intention is to situate the Plan, so a historical survey was made, besides analyzing the Mexico Chapter, Base Document and addressing the indigenous and peasant organization, the struggles against the Plan and the close connection between international relations and the internal dynamics of Mexican society.

Keywords: Mexico. Colonization. Regional Physical Integration. Plan Puebla-Panama.

RESUMEN

BARROS, Mateus de Sá Barreto. **El laberinto de la Colonización – México, Territorio y el “Destino Manifiesto”**. 2017. 153f. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Este trabajo es un análisis centrado en las acciones del Estado en comparación con los pueblos originarios/campesinos y la sociedad mexicana en su conjunto debido a la redefinición del proceso de colonización en el sur-sureste de la región de México con la más alta concentración de pueblos originarios/campesinos. El año 2014 fue, para los mexicanos, los cambios importantes de la llegada de las reformas llevadas a cabo por la constitución del gobierno de Enrique Peña Nieto, "Reformas Estructurales". En 2016, el presidente mexicano había efectuado once reformas. Lo que llamó la atención fue más el hecho de que la población mexicana en general, investigadores y estudiantes, más específicamente, sobresaltarse con la insistencia en la integración física, dado a creer que un proyecto de este tipo había sido rota por el gran número de protestas y crisis de 2008/2010. Los medios de comunicación, anteriormente tenían interés, no se menciona nada al respecto, pero el proceso de integración todavía estaba en su apogeo. El análisis documental del proyecto de Integración Física Regional y sus despliegues actuales como el objetivo final de este trabajo. Los académicos son utilizados bajo los auspicios del materialismo histórico de Marx - el cual, después de todo, es cierto que se entiende por el propio Marx, el más importante a tener en cuenta en sus producciones - lo que diferencia decolonialismo de la de los pensadores europeos es poner en América Latina centro del mapa, la aclaración de cómo se forjó el continente, geográficamente y filosóficamente y cómo se utilizaron los conceptos desarrollados aquí por la expansión de las relaciones imperialistas del capitalismo, especialmente el concepto de raza. Por lo tanto, hemos tratado de mostrar cómo los conceptos (espacio y tiempo) fueron apropiados por Europa para la constitución del continente latinoamericano, pues de él pensando en el continente en la configuración del sistema-mundo-capitalista, o más bien reproducción de las relaciones imperialistas. Explicó que las actuales relaciones inter-americanas de la historia, porque al contrario de lo que uno se imagina es de larga data, se hace referencia al siglo XIX. Además, se destacó el posicionamiento de México a partir del desplazamiento del eje de Europa a los Estados Unidos después de la guerra hasta que la adhesión al Tratado de Libre Comercio del Norte. Por último, dedicado al análisis del proyecto de Integración Regional de Física principalmente la participación de México, que lleva delante del Plan Puebla Panamá, las consecuencias para la sociedad. El objetivo es situar el Plan, por lo tanto, se convirtió en un estudio histórico, y analizar el Capítulo México, Documento Base y la dirección de la organización indígena y campesino, las luchas contra el plan y la estrecha conexión entre las relaciones internacionales y la dinámica interna de la sociedad mexicana.

Palabras-clave: México. Colonización. Integración Física Regional. Plan Puebla-Panamá.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	10
1. PARA PENSAR A “AMÉRICA LATINA”: O SISTEMA-MUNDO-CAPITALISTA-----	17
1.1 A invenção ocidental da divisão do mundo-----	18
1.2 A invenção da América pelo Ocidente: a conformação do Império-----	26
1.3 Pensando o Sistema-mundo-capitalista-----	38
2. PARTICIPAÇÃO DO MÉXICO NAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS-----	47
2.1 Breve História das Relações Interamericanas-----	48
2.2. A Política Externa Mexicana-----	65
2.3. Tratado de Livre Comércio do Norte-----	70
3. INTEGRAÇÃO FÍSICA REGIONAL MESOAMERICANA-----	78
3.1 Esmiuçando o Plan Puebla-Panamá-----	82
3.2 Desvendando o Plan Puebla-Panamá-----	99
4. REORDENAMENTO POLÍTICO DO PLAN PUEBLA-PANAMÁ-----	109
4.1. A Reestruturação do PPP-----	115
4.2 A geopolítica do PPP-----	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	149

INTRODUÇÃO

O presente trabalho começou a ser pensado em 2010 quando se obteve acesso aos Memorandos de Entendimento em matéria de energia do governo brasileiro com os países latino-americanos. Eles versavam sobre a diversificação energética, principalmente, a produção de energias renováveis, com destaque para os biocombustíveis. O presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) soube explorar os instrumentos diplomáticos, porque entendeu que a energia era um quesito de segurança nacional, percebendo, nos processos de integração regional, uma via para incentivar os países da região a produzirem etanol. Lula abriu espaço para compra de terras por empresários brasileiros na África e na América Latina, procurando exportar, não apenas tecnologia, mas o modelo de produção brasileiro, as *plantações*. A perspectiva de expansão do território econômico, a compreensão da nova dinâmica econômica da América Latina, o flagrante da busca pela hegemonia do Brasil no continente, as relações estabelecidas com o México foram parte da motivação do desenvolvimento desta pesquisa.

A oportunidade de vivenciar o México em 2014 – a partir do Doutorado-Sanduiche financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (DIVERSITAS) da Universidade de São Paulo – significou uma necessária guinada e ajuste na proposta da tese, porque se entendeu que a implementação do modelo de organização social da terra, *plantação* no sul-sudeste do México, fazia parte de um projeto maior: a Integração Física Regional – *Plan Puebla-Panamá*.

Conhecer a história dos povos pré-hispânicos provocou, no mínimo, uma transformação nos padrões de conhecimento, justamente pelo desconhecimento e desvalorização cultural frente ao processo “civilizador europeu”. Poder visitar os templos, as cidades pré-hispânicas, o centro de poder, *Tenochtitlan* (El Templo Mayor) confirmou o conhecimento científico, o amor à arte, os ritos, o poderio bélico que os astecas possuíam ao passo que é triste pensar que sucumbiram diante do colonizador.

Ao visitar *Tenochtitlan*, Bernal Díaz del Castillo, conquistador e cronista espanhol, em seu livro “*La Verdadera Historia de Conquista de la Nueva España*”,¹

¹ CASTILLO, Bernal Díaz del. **La Verdadera Historia de Conquista de la Nueva España**. <http://biblioteca-electronica.blogspot.com>

demonstra espanto com o comércio efervescente realizado pelos povos pré-hispânicos e também que nas relações de compra e venda nos centros comerciais, falava-se várias línguas. Os soldados que os acompanhava já haviam conhecido muitas partes do mundo – Constantinopla, Itália e Roma – mas não tinham conhecido lugar com tamanha ordem e concentração de pessoas.

Apesar desse mundo ter sido suprimido, da arquitetura hispânica ser construída sobre a cidade asteca com o intuito de apagar todo e qualquer vestígio existente, o povo mexicano carregava no olhar, na alegria, na organização familiar, nos ritos de passagem, em especial o da morte e em sua alimentação, a história deixada pelos antepassados. Percebeu-se um abismo entre população e Estado, porque as prioridades, perspectivas e visões de mundo são dissonantes. A sociedade mexicana é marcada pela luta pela autodeterminação dos povos originários e a força territorial do Estado ocidental.

Por isso, este trabalho constitui uma análise focada nas ações do Estado frente aos povos originários/camponeses e à sociedade como um todo, devido à redefinição do processo de colonização no sul-sudeste do México, região com maior concentração dos povos originários/camponeses. O ano de 2014 foi, para os mexicanos, de grandes mudanças, devido às reformas na constituição empreendidas pelo governo de Enrique Peña Nieto, as “Reformas Estruturais”. Em 2016, o presidente mexicano já havia efetivado onze reformas. O que chamou mais atenção foi o fato de a população mexicana, de modo geral, pesquisadores e estudantes, mais especificamente, espantarem-se com a insistência na Integração Física, haja vista acreditarem que tal projeto havia sido interrompido, devido ao grande número de protestos e à crise de 2008/2010. A mídia, antes interessada, não mencionava nada a respeito. A maioria das pesquisas relativas ao tema acompanharam à Integração até 2007, mas a hipótese constituinte desta pesquisa era de que o processo continuava com força total. A análise documental do projeto de Integração Física Regional e seus desdobramentos atuais constitui-se como o objetivo maior do presente trabalho.

Assim sendo, a estrutura da tese foi pensada em quatro capítulos, sem contar com a introdução e as considerações finais. Para compreender a proposta de Integração defendida, foi necessário conhecer a América Latina e seu lugar no sistema-mundo-capitalista. Desse modo, o primeiro capítulo traz contribuições de autores *decoloniais*².

² O uso da palavra “decolonial” ao invés de “descolonial” foi proposta por Walter Mignolo para diferenciar os objetivos do grupo Modernidade/Colonialidade e da luta pela descolonização no momento imediato pós-Guerra Fria, assim como dos estudos pós-coloniais asiáticos.

Os estudos *decoloniais* diferenciam-se dos pós-coloniais, embora o último realizasse uma crítica ao ocidente, ainda era marcado por uma epistemologia científica estadunidense e europeia. Não obstante, os estudos pós-coloniais acabaram não cumprindo com os objetivos propostos. Os estudos decoloniais, por sua vez, procuram decolonizar a epistemologia latino-americana tão marcada pela influência europeia.

Enquanto os pós-coloniais se aproximavam de autores pós-modernos e pós-estruturalistas, os *decoloniais* se assemelhavam mais aos teóricos da esquerda crítica, tendo como princípio condutor a emancipação, em todos os níveis de dominação, elaborando um rico diálogo interdisciplinar entre áreas do conhecimento humano, principalmente a econômica, política e cultural. Exemplifica, de maneira contundente, como as relações internacionais se estabelecem, uma vez que economia e cultura, para os *decoloniais*, não são dicotômicas, reproduzindo as relações imperiais constituídas historicamente.

Não se trata de um rompimento epistêmico entre continentes e/ou hemisférios, uma vez que autores como o estadunidense Sidney Mintz (1922-2015) e austríaco Erick Wolf³ (1923-1999) em seus estudos sobre as plantações, ensinaram que o sistema de produção colonial era capitalista em sua essência, ou melhor, que a revolução industrial se iniciou na América Latina, haja vista a *plantação* ser a indústria no campo. O historiador brasileiro Stuart Schwartz⁴ corroborou para esta assertiva quando afirmou que o sistema escravista produzia a alienação do trabalho, característica central do capitalismo, uma vez que dividia os escravos em setores da indústria, impedindo que tivessem conhecimento sobre o processo de produção.

Wolf ainda realizou um trabalho de grande magnitude “*Europa y la Gente sin Historia*”⁵, sem dúvida sua obra mestra e que deu base, ao menos imaginária, para o surgimento do *decolonialismo*. Pode-se acrescentar à lista dos estadunidenses, o pesquisador historiador Frederick Turner⁶ (1861-1932) por romper o evolucionismo tão presentes nas pesquisas ocidentais.

O mexicano Leopoldo Zea⁷ (1914-2004), grande pensador latino-americano teve

³ MINTZ, Sidney W; e WOLF, Eric. **Plantações na Meso-América e nas Antilhas**. In **O Poder Amargo do Açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Editora Universitária (UFPE), 2003.

⁴ SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Tradução de Jussara Simões. Bauru – SP: EDUSC, 2001.

⁵ WOLF, Erick. **Europa y la gente sin Historia**. Fondo de Cultura: México, 2006.

⁶ TURNER, Frederick. **O Espírito Ocidental Contra a Natureza**: Mito, História e as Terras Selvagens. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1990.

⁷ ZEA, Leopoldo. **Filosofia de la historia americana**. Mexico: Fundo de cultura economica, 1978; e **Discurso desde a marginalização a barbárie**; seguido de A filosofia latino-americana como filosofia

influência de José Gaos (1900-1969), que apesar de ter nascido na Espanha, exilou-se no México devido à ditadura de Franco. Sem esse encontro, seria difícil Zea ter enveredado na contramão da ciência, buscando fincar as bases da filosofia, da história da filosofia e das ideias na América Latina, que tanto contribuiu para a confecção deste trabalho. Europeus como José Gaos estavam em busca dos elementos dominadores da colonização da própria Europa, reconhecendo na formação dos Estados nacionais a essência colonial.

O Russo Pitrim Sorokin (1889-1968) foi capaz de elucidar como em tempos de crise se expande a possibilidade de se pensar em outros caminhos. No entanto, no momento exato da recuperação econômica, o capital propaga imagneticamente suas ideologias, impedindo que outros rumos sejam tomados. Os alemães Oswald Spengler (1880-1936) – com sua obra “*La Decadencia Occidental*”⁸ – e Gilbert Rist (1938) – “*El Desarrollo: historia de una creencia Occidental*” – contribuem por refletirem sobre uma concepção não hegemônica de mundo.

Embora os estudiosos utilizados estejam sob a égide do materialismo histórico marxiano – que, afinal, é, reconhecidamente entendido pelo próprio Marx, o mais importante a ser considerado em suas produções – o que diferencia o *decolonialismo* do realizado pelos pensadores europeus é pôr a América Latina no centro do mapa, elucidando como o continente foi forjado, geográfica e filosoficamente e como os conceitos aqui elaborados serviram para a expansão das relações imperialistas do capitalismo, especialmente, o conceito de *raça*. Assim, ao longo do primeiro capítulo, buscou-se evidenciar como os conceitos (espaço e tempo) foram apropriados pela Europa para a constituição do continente latino-americano, para a partir disto pensar o continente na conformação do sistema-mundo-capitalista, ou melhor, a reprodução das relações imperialistas.

Com o intuito de ilustrar a importância das relações entre os países latino-americanos é que, no segundo capítulo, buscou-se explicar as relações interamericanas atuais a partir da história. Aquelas, em especial no concernente aos países latino-americanos, são desprestigiadas, sobretudo, quando leva-se em consideração às políticas de Estado.

No que se refere ao Brasil, muito embora haja tentativas de aproximação por parte de um governo em particular, o legislativo procura desvalorizar os logros alcançados

pura e simplesmente. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

⁸ SPENGLER, Oswald. **La Decadencia Occidental**: Bosquejo de una Morfología de la Historia Universal. Vol 1 e 2. ESPASA – CALPE: Espanha, 1966.

pelos blocos comerciais latino-americanos, principalmente o Mercado Comum do Sul (Mercosul). O México, por seu turno, mesmo que busque estabelecer alianças com demais países do subcontinente, mantém um maior volume de acordos e negociações com os vizinhos do Norte e Europa.

As atuais relações subcontinentais, os pré-conceitos institucionais, o menosprezo pelas nações vizinhas, não devem ser utilizadas como parâmetro ou como resumo da importância das relações estabelecidas entre os países latino-americanos ao longo da história.

Ao contrário do que se imagina, tais relações são de longa data, remete-se ao século XIX. Naquele momento, os diálogos giravam em torno do reconhecimento das independências, da tentativa de estabelecer pactos de amizade e, por parte do México, acordos de defesa, uma vez que as nações latino-americanas possuíam receio de uma nova investida europeia no continente, ao mesmo tempo que sempre esteve em pauta a Integração Regional e tratados comerciais.

A continuidade e o rompimento dos diálogos entre os países latino-americanos dependiam, assim como até hoje, de fatores externos: intervenções de países europeus ou Estados Unidos; crises econômicas mundiais; guerras. E internos: crises político-institucionais; conflitos sociais; crises econômicas internas – a exemplo da Venezuela. Além disso, procurou-se evidenciar o posicionamento do México a partir da mudança de eixo da Europa para os Estados Unidos no pós-guerra até a adesão ao Tratado de Livre Comércio do Norte.

Os capítulos terceiro e quarto são dedicados à análise do projeto de Integração Física Regional, prioritariamente, a participação do México, a sua liderança frente ao *Plan Puebla Panamá*, as consequências para a sociedade. Ao longo do terceiro capítulo, com o intuito de situar o Plano, fez-se um levantamento histórico, além de analisar o Capítulo México, Documento Base.

No quarto e último capítulo, ilustrou-se a dimensão do Plano, suas raízes político-institucionais, os interesses que possuíam na região, além de apresentar os intelectuais que deram bases ao projeto de Integração Física. Ademais, fez-se uma análise da reestruturação organizacional, das reformas estruturais empreendidas a favor da efetivação do projeto e sua geopolítica. Por fim, buscou-se evidenciar a organização indígena e campesina, as lutas empreendidas contra o Plano e a íntima conexão existente entre as relações internacionais e as dinâmicas internas da sociedade mexicana.

1. PARA PENSAR A “AMÉRICA LATINA”: O SISTEMA-MUNDO-CAPITALISTA

Para compreender a América Latina, suas relações com a Europa – posteriormente, com os Estados Unidos – e a participação no “sistema-mundo-capitalista”, fez-se necessário resgatar historicamente o significado de América Latina, assim como os elementos utilizados com o intuito de dominar, subjugar e controlar as sociedades aqui encontradas. Dessa forma, acredita-se que a sintonização mais coerente com esta proposta é a vertente teórica decolonial, no sentido de “decolonizar”, ou seja, revisar a epistemologia e história latino-americana e a eurocentralização de suas bases fundadoras. Além disso, mune-se de autores como Sidney Mintz, Mike Davis, Jack Goody, por exemplo, por contribuírem para a formulação de um pensamento não-evolucionista e ainda na direção decolonial, mesmo não sendo assim filiados.

O primeiro elemento abordado foi o “tempo”, ou melhor, seu roubo. Para este estudo, procurou-se dialogar com o historiador e antropólogo Jack Goody⁹. Este fez um estudo aprofundado sobre o roubo de conceitos e instituições que a Europa realizou e se apropriou para ordenar o mundo de acordo com seus preceitos. Para este trabalho, tal concepção possui importância singular, uma vez que o controle do tempo é um fator fundamental para a dominação e consequente imperialismo europeu. Com o intuito de contribuir com o debate, evidencia-se a interpretação do tempo para os astecas, como concepção singular, servindo como contrapeso para entender a funcionalidade do tempo, haja vista a posta naturalização.

O espaço foi outro componente analisado. É importante para este trabalho compreender as bases pelas quais a América Latina foi forjada, assim como as relações sociais aqui estabelecidas. O processo colonizador permitiu que os europeus fizessem uso de elementos subjetivos para exercer o domínio e a hegemonia, coadunando no que Anibal Quijano¹⁰ denominou de *colonialidade*, as relações de poder e saber hierarquizadas sob a ótica eurocentrada. A *colonialidade* não seria possível sem o advento da modernidade.

⁹ GOODY, Jack. **O Roubo da História**: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Contexto, 2008.

¹⁰ QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. En.: Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005; e **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In.: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra/Portugal: Edições Almedina, 2009.

É preciso compreender, nessa discussão, o entendimento de modernidade para dois autores importantes para o desenvolvimento desta pesquisa: Walter Mignolo¹¹ e Sidney Mintz¹². Aquele defende que a modernidade tem início no período colonial, porque a expansão ocidental decorreu a partir de uma ideia do que seria moderno. Para Mignolo, a modernidade é a própria colonialidade que difere de colonização. A modernidade é representada pelas relações coloniais presentes na atualidade – a ideia cristã de civilizar, a necessidade de se armar belicamente – enquanto a colonização representa um período histórico. Obviamente que não há como diferenciar sempre os dois aspectos.

Mintz, por sua vez, entende a modernidade a partir da concepção hegemônica europeia do que seja tal fenômeno – aparato tecnológico, divisão social do trabalho, relações econômicas e sociais complexas, sociedade sem parentesco, burocratizada – defende que as sociedades caribenhas, americanas, foram modernas primeiro que a própria Europa. Pode parecer incoerente, no entanto, trata-se de uma reorientação do mapa direcionada mais para o sul.

Traz-se, ainda, Alfred Crosby que se centra no estudo do que, segundo ele, foi a principal razão pela vitória europeia nas Américas, o fator biológico, denominado de *Imperialismo Ecológico*. Soma-se a este, a fome, entendida por Mike Davis, como componente político da dominação/imperialismo europeu no continente.

Para a continuidade desta discussão, convoca-se Immanuel Wallerstein, haja vista ser o responsável pelo conceito de sistema-mundo-capitalista, além de Rudolf Hilferding por acreditar que o imperialismo só é possível por intermédio da expansão de áreas coloniais.

O papel deste capítulo é entender que a reprodução da conjuntura dos elementos mencionados é responsável pela participação da América Latina como espaços coloniais do imperialismo e que isto é a conformação do sistema-mundo-capitalista.

1.1 A invenção ocidental da divisão do mundo

Faz-se necessário acompanhar, rever um percurso histórico, por vezes apagado do

¹¹ MIGNOLO, Walter. **The Idea of Latin America**. Malden/USA: Blackwell Publishing, 2005.

¹² MINTZ, Sidney. **O Poder Amargo do Açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Organização e Tradução Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003; e **Dulzura y Poder**: el lugar del azúcar en la historia moderna. México: Siglo Veintiuno, 1996.

ponto de vista do “oprimido”, para que uma construção da concepção de Ocidente, cuja marca ideológica é a suposta superioridade civilizatória, prevaleça. A começar pela realização da divisão geográfica possuir interesses políticos e econômicos.

A Europa foi, ao longo dos anos, a partir dos contatos estabelecidos com outras civilizações, acumulando, apropriando-se de instituições, conceitos, conhecimentos para justificar a expansão empreendida, conseguindo impor ou subjugar os povos “conquistados”. A perspectiva europeia é a mais difundida, de um modo geral, não apenas em estudos e pesquisas das mais diversas áreas, como também nas relações estabelecidas nas e entre sociedades, nos padrões adotados e reproduções de uma herança imperativa que ainda funcionam como verdades absolutas. Em realidade, a história da América Latina e África tem sido controlada pela perspectiva cristã da Europa Ocidental há cinco séculos, uma vez que o tempo é medido a partir do nascimento de Jesus Cristo (a.C e d.C ou a.e.c e e.c¹³). Destaca-se, então, o proposital silenciamento das verdades culturais dos “povos originários”, e, conseqüentemente, possíveis versões da história do impacto social, ambiental e econômico do encontro e hierarquia entre povos.

Jack Goody se incumbe de problematizar, por exemplo, a questão do tempo e espaço como conceitos não apenas apropriados, mas roubados pela civilização europeia, porque não há: “O reconhecimento de outras eras, relativas à Hégira, aos hebreus ou ao ano novo chinês, está relegada às margens da historiografia acadêmica e do uso internacional”¹⁴.

Em consonância com o problema devidamente apontado por Goody – cuja demanda exigiria de todo estudioso/pesquisador a revitalização de fontes e objetos de estudo – pode-se constatar que a concepção de tempo indígena é ainda mais marginalizada, mesmo tendo em vista a existência de sociedades imperiais muito bem organizadas socialmente e tecnologicamente como os Maias, os Astecas e os Incas.

Pensando nas diversas civilizações que coexistiram no México, e principalmente, nas respectivas concepções de entendimento do mundo, as cosmovisões, os Astecas, em particular, possuíam uma ideia de tempo complexa e muito distinta da de hoje. O

¹³ As siglas a.e.c e e.c significam antes da era comum e era comum, respectivamente.

¹⁴ Jack Goody foi antropólogo social e africanista. Ao longo de seus estudos procurou evitar o olhar etnocêntrico que acompanhava os europeus em suas jornadas de pesquisa. Estudou muitas civilizações africanas, mas acredita-se que sua obra mestra é “O Roubo da História: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente”. Nela o autor procura demonstrar como a civilização ocidental se apropriou de conceito e instituições que a princípio não lhes pertencia. Um livro esclarecedor e angustiante, pelo fato de encorajar a se despir dos conceitos normalmente utilizados, mas também de toda a perspectiva linear de história. GOODY, Jack. **O Roubo da História: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. São Paulo: Contexto, 2008.

calendário ou *Piedra del Sol* (**Figura 1**) concentra no meio o *Tonatiuh*, o sol, com a boca aberta e língua estirada, capaz de irradiar fogo e luz. O círculo completo, seu fechamento, foi denominado como o Grande Tempo, por constituir a história completa da perspectiva dos Astecas, ou melhor dizendo, do Universo e não da materialidade dos feitos humanos.

Estela Ocampo e Carlos Bidon-Chanal destacam no estudo *La Piedra del Sol: Notas Sobre La Concepción del Tiempo entre los Aztecas*¹⁵ o fato de o Grande Tempo ser composto por ciclos sucessivos, mas muito coerentes entre si, não possuindo diferenças substanciais, mas tão somente características. Tal concepção contrasta com ditas premissas ocidentais-cristãs, já que o tempo anterior ao pecado original difere substancialmente do tempo posterior, o humano propriamente dito.

Os Astecas tiveram a necessidade de organizar o tempo de seu ciclo em séculos, anos, meses e dias, assim sendo, dividiram o século em períodos de 52 anos (baseados em cálculos complexos relativos tanto ao mundano quanto cósmico), o ano em 18 meses de 20 dias, somados a outros cinco complementares, totalizando 365 dias como ano¹⁶.

Figura 1: *La Piedra del Sol*

¹⁵ OCAMPO, Estela; BIDON-CHANAL, Carlos. **La piedra del sol:** notas sobre la concepción del tiempo entre los aztecas. Boletín americanista, nº 31, 1981.

¹⁶ *Op cit.*

Tais aspectos simbólicos, em que se percebe a união entre o material e o cósmico como sendo parte de um todo, além da concepção circular do tempo (presentes não apenas nos Astecas, mas em todas as culturas orais africanas e indígenas) são capítulos excluídos, ou ainda, desconsiderados como parte do já tão estabelecido Ocidente. A Europa se afastará dessa circularidade temporal no reconhecimento histórico e divino de Jesus Cristo, uma vez que tal advento implicará em um compasso linear dos acontecimentos, não permitindo a aceitação do fechamento de uma era. O cristianismo negará, com isso, a possibilidade do fim, do erro e de um possível recomeço. O Ocidente, portanto, admite um marco inicial e, logicamente, um *continuum* infinito, abordando o tempo a partir de critérios particulares, sendo a Europa a legitimadora e a difusora de tais concepções e definições.

O tempo foi dividido arbitrariamente em horas, minutos e segundos¹⁷. Esta divisão/organização do tempo sela a configuração do capitalismo e o controle do trabalho. De acordo com Milton Santos, o tempo do ponto de vista físico, reconhecido como tempo real, não significa dizer apenas “que a hora do relógio é a mesma, mas que podemos usar esses relógios múltiplos de maneira uniforme”¹⁸.

Isto foi possível devido ao progresso técnico e científico alcançado, sobretudo após a Segunda Guerra, porém a maior transformação do tempo ocorreu com a operação global das grandes corporações e seus interesses por intermédio do mercado financeiro. O mundo das finanças permite que o mercado funcione indistintamente em todos os lugares durante todo o dia. Santos afirma que “o tempo real também autoriza usar o mesmo momento a partir de múltiplos lugares; e todos os lugares a partir de um só deles”¹⁹.

O discurso empreendido pelo *mass media* a respeito da globalização, de que o mundo todo pode ser acessado por qualquer pessoa, que se vive em uma grande aldeia global, compõe o que Santos denominou de a globalização como fábula. Tal ideologia veicula que o tempo real é um patrimônio coletivo da humanidade, no entanto, entende que a história do cotidiano é controlada por atores globais, “donos da velocidade e autores do discurso ideológico”²⁰, associados ao mercado financeiro; para além disso, socialmente excludente.

¹⁷ O calendário que se conhece atualmente foi criado pelo Papa Gregório XIII em 1582.

¹⁸ SANTOS, Milton. **Por uma nova Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 28.

¹⁹ *Op cit*, p. 28.

²⁰ *Op cit*, p. 28.

Sabendo que não somente o tempo passou a ser imposto primeiro sobre a perspectiva religiosa e depois novamente apropriado/controlado pelo capital. O espaço, outrossim, foi concebido sob os parâmetros religiosos. Sentiu-se a necessidade de localizar as cidades sagradas, não apenas para guiar os peregrinos, mas para efetuar as rezas habituais. Desse modo, a religião mapeia o mundo e o divide de acordo com processos identitários muito bem marcados, decompondo regiões por suas religiões. Goody²¹ julga que embora a religião houvesse encorajado o mapeamento, a divisão do mundo conforme seus interesses, demarcando parceiros e inimigos, praticamente inexistia na atualidade, mas a geografia constituída ao longo do tempo no espaço permanece e *naturaliza* as relações estabelecidas, defendidas e impulsionadas como ordem natural das coisas.

Por sua vez, Walter Mignolo²² se propõe a desvelar como invenção ocidental a divisão do mundo nos continentes hoje conhecidos como Europa, Ásia, África, América e Oceania. Até o século XV, o mundo, de acordo com a cosmologia cristã, possuía uma divisão tripartite, dividido em Ásia, África e Europa. Obviamente que após a “conquista” das Américas houve um esforço para estender o mapa ao “novo continente”, como sendo um braço da Europa. O mapa em T encontrado no século IX, uma edição pertencente a Isidoro de Servilha, originalmente compilado no século VII, exemplifica a divisão tripartite. Ilustrava-se da seguinte maneira: a Ásia se situava no topo do mapa, enquanto a Europa se encontrava à esquerda e a África, por sua vez, à direita (**Mapa 1**).

O interessante a se observar disso é que nenhuma outra civilização que coexistiu e manteve relações comerciais com a Europa teve a necessidade de dividir o mundo em três ou mais partes, apenas os cristãos do Ocidente. Comprovando o enraizamento ideológico-cristão, designaram a cada um dos três continentes o nome dos filhos de Noé, a partir da referência da narrativa sagrada. Sendo assim, a Ásia seria representada por Sem, África por Cam e Europa por Jafé²³, como se pode visualizar abaixo.

²¹ *Op cit.*

²² Walter Mignolo é argentino. Semiólogo de formação e professor de literatura na Duke University nos Estados Unidos, mas se interessou pelos estudos pós-coloniais e subalternos e já em 1995 lançava seu primeiro livro: *The Dark Side of Renaissance*, que o despontou como uma referência nessa linha de estudos.

²³ Mignolo. *The Idea of Latin America*.

Mapa 1 – Mapa em T²⁴

Para compreender tal divisão e nomeação dos continentes pelos filhos de Noé, Santo Agostinho, séculos antes, explicou etimologicamente os seus nomes e assim foi possível esclarecer tal conexão. Durante o período do dilúvio, Noé amaldiçoou o seu filho

²⁴ Esse Mapa foi retirado do livro de Walter Mignolo, mas pertence ao livro de Santo Isidoro de Servilha, *Etimologías*. Santo Isidoro (560-636) foi arcebispo de Servilha, escreveu *Etimologías*, que se constitui de 20 livros: o primeiro trata sobre a Gramática; o segundo sobre Retórica e Dialética; o terceiro da Matemática; o quarto da Medicina; o nono, dos reinos, povos, milícias, cidadãos e afinidades de parentesco, etc. Seu livro foi tão bem aceito na sociedade que, no período do Renascimento, depois da Bíblia, foi o livro que teve a maior quantidade de venda. Santo Isidoro acreditava que as línguas tinham surgido na edificação da torre era uma só a língua mãe de todas as nações, a Hebraica que era falada pelos Patriarcas e Profetas. Depois da queda da torre, havia mais línguas que povos, depois, mais povos que línguas. Para ele, eram três as línguas sagradas: a Hebraica, a Grega e a Latina que se sobressaem, majoritariamente em todo o globo. Sendo a Grega, a língua mais ilustre de todas. As línguas Latinas se dividam em quatro categorias: Primitiva, a Latina, a Romana e Mista. A primeira foi usada pelos mais antigos sob Jano e Saturno; a Latina foi usada pelos reis e foi a que compôs as Doze Tábulas; a Romana foi a que se forjou depois da queda dos dois reis e foi utilizada pelos poetas; a Mista, por sua vez, foi a que se forjou com a expansão do Império, corrompendo a integridade da língua com barbarismos e solecismos (falha de sintaxe). Ver Santo Isidoro de Servilha. *Etimologías*.

do meio, Cam, por tê-lo visto nu. Entretanto, não o amaldiçoou pessoalmente, mas sim na figura do neto, que por sua vez, deveria ser escravo, um serviçal dos tios. Noé abençoou dois de seus filhos, o mais velho, Sem, e o mais novo, Jafé, e ao mesmo tempo, castigou ou condenou a descendência de Cam: “Abençoado seja o Senhor Deus de Sem e Canaã será seu escravo; conceda Deus amplo espaço a Jafé e ele poderá habitar na casa de Sem. Torne-se Canaã também escravo dele”²⁵.

O forjar dos continentes como se demonstrou retrata, necessariamente, o imaginário Cristão, haja vista se basear na universalização para conceder o *status* de civilização a uma determinada sociedade. Para Leopoldo Zea²⁶, cristianizar, significava – consoante a percepção da Europa ocidental – civilizar. Dentro dessa perspectiva, incluía-se, a universalização da história, por não haver, simplesmente, história alguma fora da Europa e se havia, a exemplo das civilizações que entraram em contato com a Europa, conhecido como “Mundo Antigo”, eram obrigados a vir ao presente por intermédio do Deus Cristão, mais precisamente, por seu representante²⁷.

O Cristianismo havia sido, num período anterior a Constantino, perseguido, marginalizado e bárbaro, para posteriormente, transformar-se em centro e justificativa de uma nova ordem²⁸. Esta, por sua vez, concederá o *status* de “civilizado” a todos que aceitarem o Deus eleito e os preceitos da Igreja. Tal instituição admitirá que todos os homens são iguais pela razão, mas se diferenciam pelas limitações relacionadas à capacidade de raciocinar, determinadas pela natureza física.

Cabe menção à coincidência de a religião cristã assemelhar-se ao ideal grego, discriminando os homens em função “de uma suposta capacidade para o uso da razão ou do *logos*; e a discriminação que partirá agora da especificidade do que tem de natural o

²⁵ BÍBLIA, Gênesis, 9, 24-27.

²⁶ Leopoldo Zea foi um grande e ilustre filósofo mexicano, dedicado à filosofia da história latino-americana, dedicou sua vida a esse projeto, mas evidentemente, os temas abordados por ele foram os mais diversos. Sua grande defesa era em nome da Filosofia Latino-Americana. Para ele, devido as relações de poder-saber estabelecidas, a ciência europeia, suas universidades e instituições ligados a investigação, não se reconhecia uma filosofia latino-americana. Havia o estudo dos filósofos europeus na América, o que coadunaria uma filosofia europeia em solos americanos. No Brasil, de toda sua obra, apenas foi traduzida uma única, mas de grande relevância. Os tradutores fizeram um excelente trabalho em consonância e concordância do próprio filósofo, mas ele veio a falecer em 2004, antes de ver sua obra publicada no Brasil. ZEA, Leopoldo. **Discurso desde a Marginalização e a Barbárie**; seguido de A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente. Rio de Janeiro: Garamond, 2005; e a **História da Filosofia Americana**. Mexico: Fundo de cultura economica, 1978.

²⁷ Mignolo. The Idea of Latin America.

²⁸ “O império helênico e romano, como o Sacro Império Romano, tem uma justificação salvacionista. Sua função é incorporar a barbárie ou civilização aos povos bárbaros. Se lhes culturaliza, civiliza ou cristianiza”. Leopo Zea. Discurso desde a Marginalização e a Barbárie. p. 90

homem e, portanto, do limitado que é para o homem o uso pleno da razão”²⁹. Nessa perspectiva, reproduz-se o legado aristotélico da naturalização das relações sociais no qual há homens que nascem com a capacidade de comandar e outros de obedecer – definida pelas condições físicas-naturais.

Percebe-se a concatenação de justificativas das analogias concretizadas não somente ao texto sagrado como na consolidação do Cristianismo no Ocidente por dar suporte ao projeto expansionista e exploratório sem igual: a colonização e a escravidão. O mapa em T é revelador da cumplicidade entre geografia e epistemologia, que segundo Mignolo, produziu a divisão do mundo sob uma posição privilegiada de um observador, não compartilhada pelo outro lado do mundo. A China, por exemplo, veio tomar conhecimento de que estaria localizada em um continente denominado Ásia por volta de 1582, não antes disso, foi quando um jesuíta italiano, Mateo Ricci, apresentou o mapa do mundo aos intelectuais e oficiais da Dinastia Ming.

O século XVI flagra outro momento importante do conjunto de invenções produzidas pelo Ocidente: o da América. Pode-se dizer que os mundos aqui encontrados estavam fadados ao desaparecimento. Em a América funcionando como uma sobreposição ou um “lugar resetado”, inaugura, segundo Mignolo o conceito de modernidade: “This kind of supression would become conceptualized as 'modernity', as if modernity was a necessary historical force with the right to negate an suppress everything that did not fit a model of world history that is seen as ‘an essential historical process’”³⁰.

Pensando que a América nunca coexistiu, até então, entre os outros três continentes, vindo a existir pelas mãos do Império Cristão, foi concebido como o “Novo Mundo”, com uma cultura e sociedade demasiadamente “jovens”, como se de fato não tivesse quaisquer resquícios de sociedade anterior aos europeus.

A elaboração discursiva bíblica aplicada à geografia e à história ocidental empreendeu uma postura para a colonização e a expansão de acordo com o reservado ao privilegiado Jafé, autorizado a escravizar os africanos. A divisão geográfica e a importância da localização estabelecida baseavam-se em uma racialização. Em concordando com isso, é possível traçar uma linha lógica para a compreensão da invenção

²⁹ *Op cit.* p. 64.

³⁰ Esse tipo de supressão poderia ser conceitualizado como “modernidade”, como se a modernidade fosse uma força necessária com o direito de negar e suprimir tudo que não estivesse de acordo com um modelo de história mundial, visto como “um processo histórico essencial”. Mignolo, p. 26.

e lugar direcionado à América Latina como um subcontinente.

1.2 A invenção da América pelo Ocidente: a conformação do Império

Tendo em vista o fato de a história ser contada, a partir de uma concepção europeia, ao menos hegemonicamente falando, as populações encontradas (não sendo reconhecidas como seres humanos) foram consideradas sem história, consequentemente, as narrativas consideradas fundadoras vieram de viajantes cristãos. Estes registraram o não reconhecimento das línguas locais como linguagem passível de ser produzida por humanos, entenda-se europeus, assim como a não obediência aos princípios do Direito Romano, e sobretudo, a condenação de qualquer forma de religião que não a cristã como magia.

Retomando Mignolo, a própria expansão europeia já seria parte de um projeto moderno, com o intuito de imbuir estes valores a uma determinada sociedade. Tal valor moderno estaria ligado, em conformidade com Zea, à crise do Cristianismo. Contudo, leva-se em consideração a ideia de contraste, defendida por Mintz: a modernidade só existe em contraste com algo: ao atraso, aos marginalizados, aos bárbaros. As relações traçadas entre civilização e barbárie se expressam agora “como burguesia/proletariado, cidade/campo, império/colônia, Ocidente/Oriente”³¹.

Dessa maneira, pode-se entender a modernidade em diferentes perspectivas, não necessariamente contraditórias. Pode-se admitir o fato de a modernidade fazer parte do imaginário cristão; foi o maior instrumento para a universalização da história e do capitalismo enquanto sendo o único sistema possível, desde o princípio, incentivou a abertura do comércio transatlântico, o livre comércio e a globalização. Decerto, esses três fatores não se distanciam e desarticulam, pelo contrário, estão imbricados na concepção de modernidade. Obviamente que a universalização da história se deu de maneira demasiadamente violenta, tanto instrumental quanto simbolicamente. Instrumental devido à tomada dos territórios e à morte generalizada dos habitantes das Américas, e, por isso, genocida, traçando como uma questão cultural a violência e a punição. Simbólico porque desconsiderou a história dos povos aqui presentes, desdenhou, portanto, da sua existência, do reconhecimento de sua humanidade. A história contada só é possível a partir de um único lugar enunciativo³². Aqueles que não possuíam história

³¹ Leopoldo Zea. Discurso desde a Marginalização e a Barbárie. p. 94

³² Mignolo afirma: não existe a possibilidade de um diálogo nas sociedades “Latino Americanas”. Bom,

sob a perspectiva hegemônica, eram, literalmente, bárbaros.

Frei Bartolomé de Las Casas³³ (1474-1566) – frade dominicano espanhol, cronista, teólogo e bispo em Chiapas, México, foi um grande defensor dos índios – em sua obra *Apologética História Sumária*, escrita em 1552 e dividida em três grandes volumes, desenvolve, com base em Aristóteles, quatro categorias capazes de reconhecer uma sociedade ou parte dela como “bárbaros”. O primeiro critério identificaria como “bárbaros” grupos humanos capazes de mostrar sinais de estranhamento (estranheza) ou comportamento feroz e pudesse testemunhar um senso degenerado de justiça, razão, maneiras e/ou generosidade.

A segunda categoria ou significado de “barbarie” estaria limitada àqueles assenhoreadores de uma deficiência literal de locução correspondente, necessariamente, aos idiomas nada semelhantes ao Latim. Desse modo, Las Casas considerou como “bárbaro” todo aquele deficiente nos estudos das letras, poesia, retórica, lógica, história e todo e qualquer aspecto considerado conhecimento que estivesse correlacionado ao que se reconhece enquanto alfabeto.

A terceira categoria diz respeito a grupos desprovidos de qualquer forma de governabilidade, contrastando-se, mais precisamente, ao estado grego e ao direito romano. O quarto e último critério de conceptualização da “barbarie” reconhecia os povos munidos de racionalidade e possuidores de uma lei muito bem estruturada, mas infiéis e pagãos por não compactuarem a religião e a fé cristãs. Após categorizar, definir os quatro tipos ou critérios para identificar os “bárbaros”, Las Casas descreveu um quinto elemento, denominado por ele de *barbarie contraria*. Os quatro tipos anteriores correspondem a um critério específico, contudo, a *barbarie contraria* (inimigos bárbaros), pode-se referir a

mesmo considerando a possibilidade de existir um sistema democrático muito bem estruturado, com bases rígidas capaz de inibir, ao menos aparentemente, formas de governo mais “totalitárias”, ou que se reconhece enquanto “totalitário”. Mesmo em esse sistema abrangendo suas formas de participação, com a perspectiva de ampliar o debate, a constituição de políticas públicas com os movimentos sociais e indivíduos que não fazem parte de qualquer grupo reconhecidamente político, não necessariamente existe um diálogo de fato. Visto que, o suposto diálogo pode ocorrer apenas dentro do que está pré-determinado. Ou seja, pode-se discutir políticas que possibilitem, instrumentalizem, o desenvolvimento social, mas dentro de parâmetros, do que se reconhece enquanto desenvolvimento e sociedade. Não levando em consideração que essas categorias foram determinadas a partir de um lugar de enunciação, um centro de poder, a Europa, mais precisamente Inglaterra, França e Alemanha, mais especificamente, suas cortes. Ver Mignolo.

³³ DE LAS CASAS, Bartolomé. **Apologética Historia Sumaria**. Ed. Edmundo O’Gorman: Universidad Nacional Autónoma de México, México 1967. O fato de Las Casas ter escrito essa grande obra, não anula seu trabalho em pró da libertação dos índios, na América Espanhola, tendo que, muitas vezes, realizar viagens à Espanha para denunciar atrocidades ao rei, fazendo isso pessoalmente e exigindo medidas que viesse reverter o quadro. Ver também LAS CASAS, Bartolomé. **O Paraíso Destruido: A Sangrenta História da América**. Porto Alegre – RS: L&PM, 2008; e **Brevisima Relacion de La Destrucion de las Indias**. Barcelona-ES: Fontamara, 1979.

qualquer um³⁴. Las Casas chegou à conclusão de que “bárbaro” seria todo aquele que não pertencia ao Império Romano e à Santa Igreja Católica. Assim sendo, não existiria, portanto, Império para além da Santa Igreja Católica³⁵.

Zea persegue o surgimento do termo bárbaro a partir de uma motivação onomatopaica, em que se origina no latim *balbus*, cujo significado seria aquele que balbucia, ou seja, aquele que não é grego, que tenta falar sem sucesso a língua grega, ou ainda, acarreta na identificação do que seja estrangeiro, fora do âmbito grego ou à margem do mundo que assim qualifica. O bárbaro será, portanto, o não cultivado em conformidade com o modo de ser do homem mesmo por excelência, o grego³⁶.

Nessa perspectiva, o grego perfilou o tipo de homem sublime, o capaz de conhecer e, ao conhecer, liderar, encabeçar. O homem moderno, o europeu-ocidental, por seu turno, forjará igualmente o tipo de homem por primazia: o capaz de dominar a natureza, pondo-na a seu serviço, ao mesmo tempo que incorporará à natureza outros que de um ou outro modo não tivessem vencido, seriam considerados como instrumentos, sendo apagada a própria humanidade³⁷.

Usualmente, admite-se como sinônimo de bárbaro o termo primitivo, no entanto, para Kuper deveria ser utilizado no intuito de representar o ponto de partida de uma suposta história comum, a “origem”, por certo, através da qual todas as populações passam em momentos e velocidades diferentes³⁸. Todavia, se se admite ter tido um período primitivo, considerando haver rupturas e velocidades distintas, pressupõe-se também existirem sociedades mais avançadas que outras. Principalmente, se se opta como medida histórica comparativa os aparatos tecnológicos, assim como se conhece atualmente.

Em contrapartida a isso, Gourou³⁹ destaca a importância da eficácia da técnica, ou seja, do controle realizado a um grande número de homens, sob um vasto espaço e tempo. De acordo com o autor, toda sociedade, por menor que tenha sido, utilizou tanto técnicas de enquadramento (técnica das relações entre os homens, técnicas de organização da paisagem) quanto técnicas de produção (técnicas de exploração da natureza, subsistência

³⁴ Mignolo. *The Idea of Latin America*.

³⁵ Las Casas *op cit*.

³⁶ Zea. Discurso desde a Marginalização a Barbárie; ZEA, Leopoldo. **Filosofía de la historia americana**. México: Fundo de cultura economica, 1978.

³⁷ *Op cit*.

³⁸ Kuper, Adam. **Reinvenção da Sociedade Primitiva: Transformações de um Mito**. Recife (PE): Editora Universitária, 2008, p.28.

³⁹ GOUROU, Pierre. **Por une géographie humaine**. Paris: Flammarion, 1973.

e da matéria). Assim sendo, o *primitivo* concebido na relação de rudimentariedade e mesmo de maneira pejorativa nunca existiu.

As noções de bárbaro e de primitivo serão utilizadas não apenas para identificar as sociedades pré-colombianas como as não europeias na contemporaneidade. Ilustram, também, o lugar no qual os povos originários foram colocados, por exemplo, que passa pela sempre atualização deste *status* como algo degenerativo, tendo em vista a mistura entre os povos europeus, africanos e índios. Surgiria, desse modo, uma nova raça, marginalizada por natureza: a latino-americana, entendida como incapaz de administrar seus territórios já independentes.

A configuração da América Latina é singular, considerada como subcontinente não possuidor de uma continuidade geográfica e de uma fronteira precisa, porque os países não estão aglomerados em um bloco homogêneo de terra, nem compostos por um mesmo mar. No entanto, compartilham uma herança linguística e cultural em comum, relacionada à expansão territorial do império romano na Europa, a posterior formação e sedimentação dos Estados-Nacionais e ao empreendimento das Grandes Navegações conformar o tronco idiomático latino na prática colonial (apagamento das línguas locais).

No contradiscurso disso, no Caribe, há países que não conservam qualquer contato com os idiomas provenientes de raiz latina. Não sendo considerados nem latinos, nem anglo-saxões, isto é, de origem europeia, passam a ser reconhecidos como provenientes de uma africanidade, e mesmo resistência à herança do colonizador. A latinidade junto às línguas difundidas acabou por produzir uma nova invisibilidade para indígenas e afrodescendentes. Mignolo se espanta com o exemplo de o Haiti não ser considerado parte da América Latina:

When Chavalier was writing that France was responsible for all the nations of the Latin Group in both continents, Haiti was not in his mind. Haiti belonged to “Africanidad”, no to “Latinidad”! Strangely (or not), Haiti never clearly counted as part of ‘Latin’ America. “Latins” were supposed to be not Black but White Creoles or, at most, Mestizos/as or perhaps Mullatos/as in blood but Europeans in mind”⁴⁰.

⁴⁰ Quando Chevalier estava escrevendo que a França era responsável por todas as nações do grupo Latino nos dois continentes. Haiti não estava em sua mente. Haiti pertencia a “Africanidade”, não a “Latinidade”! Estranho (ou não). Haiti nunca foi, claramente, contado como sendo parte da América “Latina”. “Latinos” eram supostamente para não serem Negros mas Crioulos brancos ou, no máximo, Mestiços, ou talvez Mulatos no sangue, mas Europeus na mente. Mignolo. *The Idea of Latin America*, p. 86. Uma questão importante, talvez, a ser esclarecida é que o autor considera, tanto os descendentes de africanos quanto de índios e europeus como crioulos. De qualquer modo, pode ser interessante considerar de tal modo, pois, considerar apenas os descendentes de africanos enquanto crioulos pode parecer um tanto pejorativo. Além disso, definiu-se enquanto crioulo para diferenciar-se do africano. Como o branco americano não é

Provavelmente, o Haiti não foi a única exceção do quadro pintado pelos franceses. Fora disso deve ter ficado também os países que escolheram como língua oficial o “crioulo”. No caso de Suriname, no período de saída dos ingleses e chegada dos holandeses, em um tempo breve de contato, os negros escravizados pertencentes aos colonos ingleses, ensinaram o crioulo – conhecido como *saranan*, inglês dos negros, *surinamês* ou *taki-taki* – para os negros escravizados dos colonos holandeses.

Essa língua foi estabelecida durante as primeiras décadas da colônia e, desde então, há trezentos anos, tornou-se a língua oficial do Suriname⁴¹. Isso fez com que mesmo este país sendo governado por brancos, possuísse uma língua e consciência negra. Aceita-se o fato de o Suriname não ser reconhecido como parte da América Latina, mesmo fazendo fronteira com países latino-americanos, ainda que o crioulo seja fruto do tronco *Saxão*, também não é considerado parte da anglofonia.

O forjar de um subcontinente, com tais ressalvas, leva a crer no fato de a “América Latina” não ter sido pensada como um continente, mas uma raça. O exemplo da postura dos EUA é elucidador, pois mesmo um sul-americano nascido branco, nunca se é branco o suficiente. O lugar de desprestígio não está presente em um suposto continente, mas no seu sangue: a inferioridade é determinada geneticamente. Contudo, ainda assim, a ideia foi defendida pelos Crioulos descendentes de europeus, na verdade reproduzida, para impor seus interesses e excluir, necessariamente, os negros e índios.

O continente em questão é forjado na tentativa de manter as relações coloniais existentes. Não apenas a colonialidade, mas o colonialismo, porque apenas desse modo seria possível manter a modernidade em funcionamento, naturalizando as relações sociais. Nas palavras de Mignolo, “eurocentrism could be defined precisely in those terms – a view of history in which modernity is there to supersede traditions and colonialism is a means to a better end”⁴².

Por sua vez, o processo de naturalização das diferenças é o que Quijano denominou por *colonialidade do poder*. A *colonialidade*, em sua concepção, é o elemento fundamental do capitalismo mundial. Apesar de ter surgido na América, em pouco tempo, torna-se eurocentrado e constitutivo do padrão de poder, que abarcaria os interesses, não

europeu, nada mais justo que seja reconhecido como crioulo também.

⁴¹ Sidney Mintz e Richard Price. **O Nascimento da Cultura Afro-Americana**: Uma Perspectiva Antropológica. Rio de Janeiro: Pallas: UCAM, 2003. p.38

⁴² Eurocentrismo poderia ser definido precisamente nesses termos – uma visão da história na qual a modernidade está aí para substituir (tomar lugar) das tradições e colonialismo é um modo para um fim melhor. Mignolo, p. 84.

apenas dos europeus, mas “do conjunto de educados sob sua hegemonia”⁴³. E o mais importante, a *colonialidade* trata “da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder”⁴⁴.

Tal mudança geográfica da origem da *colonialidade* da América para a Europa não ocorre sem o esforço do Iluminismo. A partir desse momento, passa-se a defender a perspectiva de que a Europa “era pré-existente a esse padrão de poder, que já era um centro mundial do capitalismo que colonizou o resto do mundo, elaborando por sua conta, a partir do seio da modernidade e da racionalidade”⁴⁵. Nesse sentido, os europeus se tornam a ponta de lança do traço evolucionista, unidimensional, configurando, assim, uma ideia de humanidade. Procurou dividir o mundo sobre outro conjunto de pares: “superiores e inferiores; irracionais e racionais; primitivos e civilizados; tradicionais e modernos”⁴⁶.

A invenção das raças, sob rigoroso critério religioso, não foi apenas, indubitavelmente, um componente constitutivo da formação da América, mas também inventada neste continente e utilizada como padrão para diferenciar, hierarquicamente, os países e suas populações. É importante lembrar o fato de a raça ser um critério de proximidade com a natureza. A classificação racial dada de maneira arbitrária pelos europeus teve consequências no desenvolvimento de técnicas do controle do trabalho, especialmente, o não pago. Havia uma inusitada percepção: o trabalho pago seria um privilégio pertencente apenas aos brancos: “A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos”⁴⁷. Essa estrutura do trabalho irá acompanhar toda a trajetória humana à contemporaneidade, fazendo uma clara distinção da competência e o merecimento do pagamento, de acordo com a característica fenotípica⁴⁸.

⁴³ QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In.: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra/Portugal: Edições Almedina, 2009, p.75.

⁴⁴ *Op cit.*, p.76.

⁴⁵ *Op cit.*

⁴⁶ *Op cit.*

⁴⁷ QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. En.: *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 120.

⁴⁸ No período colonial, tanto brasileiro como latino-americano, havia uma clara divisão do trabalho e a identificação da competência por características singulares da pele. Os negros não desenvolviam trabalhos de confiança e, geralmente, eram relegados ao trabalho no campo, por sinal mais pesado. Ver.: MINTZ e SCHWARTZ, *Op cit.*

Não é por acaso que algumas categorias utilizadas para estudar a natureza foram pegadas de empréstimo para explicar a sociedade. Quijano dá-nos o exemplo do conceito de classe “introduzida nos estudos da ‘natureza’, ainda antes de ser sobre a ‘sociedade’”⁴⁹. O naturalista sueco Linneo foi o primeiro a utilizar esse conceito nos seus estudos sobre botânica, no século XVIII. O autor possuía um intuito claro: “classificar as plantas segundo o número e os estames das flores porque estas tendem a permanecer sem alterações no decurso da evolução”⁵⁰. De acordo com Quijano

Não parece ter sido, e provavelmente não foi, basicamente diferente a maneira de conhecer que levou, primeiro, os historiadores franceses do século XVIII, e depois os saintsimonianos das primeiras décadas do século XIX, a diferenciar ‘classes’ de gentes na população europeia. Para Linneo as plantas estavam ali, no ‘reino vegetal’, dadas, e a partir de algumas das suas características empiricamente diferenciáveis, podiam ser ‘classificadas’. Os que estudavam e debatiam a sociedade da Europa Centro-Nórdica no final do século XVIII e no início do século XIX, aplicaram, a mesma perspectiva às pessoas e verificaram que era possível ‘classificá-las’ também a partir das suas características mais constantes e diferenciáveis (empiricamente, o seu lugar nos pares riqueza e pobreza, mando e obediência). Foi uma descoberta saintsimoniana verificar que a fonte principal dessas diferenças estava no controlo do trabalho e seus produtos e dos recursos da natureza empregues no trabalho. Os teóricos do materialismo histórico, desde o fim do século XIX, não produziram rupturas ou mutações decisivas quanto a esta perspectiva de conhecimento⁵¹.

Pode-se perceber que os pares utilizados como parâmetros para classificar a sociedade não serem diferentes dos princípios aristotélicos sobre a capacidade de raciocinar, e com isso, estar ou não no comando. Desse modo, o mero deslocamento do adjetivo “classe” do mundo da botânica para o da sociedade não necessariamente mudou o sentido empreendido, uma vez que a tentativa era de naturalizar as diferenças, referência ao que Quijano denominou de colonialidade do poder.

Até o momento pôde-se perceber a criação das bases para a instauração do império da Europa: i) o roubo do tempo e do espaço, seu conhecimento e organização a partir de sua concepção cristã; ii) a racialização, o reconhecimento dos povos originários e africanos como fazendo parte da natureza/bárbaros/selvagens, portanto, não humanos; iii) o trabalho forçado; e iv) o teor religioso nos atos de governança como parte constituinte do projeto imperialista. Estes foram os elementos simbólicos, aprimorados ao longo do

⁴⁹ QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**, *op cit*, p.96.

⁵⁰ *Op cit*.

⁵¹ *Op cit*.

tempo, evidentemente, outros instrumentos (plantas, animais, fome, entre outros) foram utilizados, conscientemente ou não, mas muito presentes em toda trajetória europeia em solo americano.

Alfred Crosby esgravatou as principais causas do sucesso da empreitada europeia no momento da expansão imperial. Uma questão importante, a seu ver, foi a da população europeia, naquele momento, procurar áreas muito semelhantes à condição climática europeia, concentrando-se nas zonas temperadas dos países tropicais. A esse agrupamento, Crosby denominou de Neoeuropas, entendendo, nessa perspectiva, não se tratar de um país, e sim de regiões povoadas por europeus em todo mundo.

As Neoeuropas chamam atenção de todo o globo, mas não pela inconsonância entre localizações e identidades, mas por sua grande capacidade de produzir alimento. Segundo o autor, a participação dessas localidades no comércio internacional dos produtos mais importantes para a manutenção da vida, o setor alimentício, ultrapassa e muito a participação do Oriente Médio na exportação de petróleo.

O processo de embranquecimento das Neoeuropas, contudo, deu-se posteriormente aos primeiros colonos europeus, quando já havia uma conformidade espacial e territorial da administração imperial. De acordo com Crosby, a grande migração europeia, chamada de “dilúvio”, ocorreu entre 1820 e 1930, quando mais de 50 milhões de europeus chegaram em terras neoeuropeias, correspondente a um quinto da população europeia naquele período.

Conquanto, a permanência da população, o investimento de tempo e capital em terras desconhecidas, assim como sua reprodução “havia um denominador comum de fatores que talvez devam ser designados como biogeográficos”⁵². Por onde passaram, os europeus levaram consigo sementes, plantas e animais que lhes eram familiares: “nos pampas, os cavalos ibéricos e o gado expulsaram a lhama e a ema”⁵³. Na concepção de Crosby, os europeus apenas obtiveram sucesso na empreitada colonial, imperial, devido ao fator biológico, ecológico, pensando por ele como Imperialismo Ecológico.

Na tentativa de explicar a tese sobre as formações das Neoeuropas, o estudioso comprime a história e omite dinâmicas produzidas ao longo de todo processo colonizador:

Não surpreende, de fato, que os europeus não tenham conseguido europeizar a Ásia e a África tropical. Eles tiveram resultados nos

⁵² CROSBY, Alfred B. **Imperialismo Ecológico**: a expansão biológica da Europa. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 17.

⁵³ *Op cit.* p. 19.

trópicos do Novo Mundo, mas ficaram longe de criar conglomerados de sociedades neoeuropeias sob o sol abrasador das Américas. A verdade é que em muitos lugares eles nem tentaram, mas concentraram-se na criação de colônias de *plantation*, equipadas por não europeus – peões, escravos e trabalhadores contratados.

Nas *plantations* caribenhas trabalhavam juntos europeus e chineses contratados, sob condições muito semelhantes aos negros escravizados, diferenciando-se tão somente pelo *status*⁵⁴. Nas fazendas de café do Vale do Paraíba⁵⁵, os italianos dividiram os árduos dias de trabalhos juntos aos escravos e, em grande medida, realizavam tarefas mais pesadas que estes. Os fatores pelos quais os europeus não conseguiram europeizar a África e Ásia são questões de outra ordem, não necessariamente climática: o sistema religioso e organizacional das populações de tais continentes como instrumentos de resistência; as diferenças no próprio projeto colonizador; os Impérios formados naqueles continentes serviam como inibidores da ação expansionista europeia; entre outros fatores.

De todo modo, a contribuição que apresenta diz respeito aos “*vagabundos da história*”: as ervas. A expressão foi utilizada anteriormente por Sir Joseph Dalton Hooke (1817-1911), o mais importante botânico, explorador e naturalista inglês do século XIX. A importância concedida às plantas, seus usos, é menor que os grandes feitos, as batalhas, os heróis. Todavia, as ervas tiveram papel fundamental, ora mais notáveis que as grandes façanhas, sobretudo, quando estavam associadas ou articuladas a outros fatores. De acordo com Crosby, a erva não é necessariamente ruim, o conceito está diretamente relacionado ao uso, à domesticação, aos espaços apropriados para o seu cultivo. Atualmente, “‘erva’ refere-se a qualquer planta que se espalha com rapidez e derrota outras na competição pelo solo alterado”⁵⁶ Um cereal, como aveia, por exemplo, já foi considerado uma erva, hoje alimento com ricas propriedades nutricionais.

As plantas e as sementes trazidas pelos europeus foram agentes facilitadores da sobrevivência na América. Mas, “com o machado em uma mão e o tição em outra”⁵⁷ os europeus devastaram, arrasaram as florestas nativas encontradas, abrindo espaço para a proliferação das ervas não nativas. Samambaias, cardos, tanchagem, urtigas, erva-moura, junças correram os espaços destroçados, fincando-se e mantendo-se como se fossem ervas

⁵⁴ MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar**. *Op cit.*

⁵⁵ MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

⁵⁶ Crosby, *op cit*, p. 159.

⁵⁷ PÁDUA, José Augusto de. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

locais. No entanto, o Crosby faz um grande esforço para enquadrar a realidade na teoria por ele desenvolvida:

A corrida do ouro, em 1849, criou uma enorme demanda de carne e, por isso, resultou num consumo excessivo das pastagens, seguido, em 1862, de grandes enchentes e de uma intensa seca de dois anos. Quando as chuvas voltaram, as plantas importadas foram as primeiras e as mais rápidas a brotar e as pradarias da Califórnia tornaram-se aquilo em que se vinham há anos transformando, isto é, eurásianas. Sem os invasores oportunistas, a perda do solo de superfície teria empobrecido milhares de hectares daquelas que são as mais valiosas terras agrícolas do mundo.⁵⁸

O fato de as plantas nativas não se recomporem ao primeiro sinal do retorno das chuvas, não significa que não o fizessem pouco tempo depois, mantendo a riqueza do solo. Mesmo com a perda de nutrientes, o solo poderia se recompor com a matéria morta de animais e plantas ou mesmo com os incêndios florestais naturais. A afirmativa de Crosby é muito mais ideológica, pouco conclusiva. O eurocentrismo é um dispositivo operativo adormecido e acionado quando se trata de pequenos detalhes, quando se observa sempre pelo viés do colonizador e não do colonizado.

No México do século XVIII e XIX, havia uma complexa dinâmica relacionada ao clima, produção, emprego e ao alçar dos preços dos alimentos. No meio rural, a população indígena empregada, tanto nas fazendas como em minas, possuía uma pequena parcela de terra/*pegujal*, utilizada para plantar alimentos de subsistência, principalmente, o milho. Apesar de os senhores serem obrigados a dar (um e meio ou dois almudes⁵⁹ por semana), os indígenas, em geral, mantinham seus cultivos; a produção era de temporal, não havia um sistema de irrigação e capacidade para estocar; todo o excedente produzido era vendido quase que imediatamente.

Contudo, quando a crise econômica assolava, a primeira iniciativa dos senhores era demitir os funcionários menos necessários para não arcar com a alimentação para a manutenção da força de trabalho. Com isso, os indígenas se viam forçados a vender sua produção, quando já não podiam se manter, vendiam galinhas, gado, tudo que tinham. Quando já não possuíam absolutamente nada, não lhes restavam outra possibilidade: precisavam migrar.

⁵⁸ Crosby, *op cit*, p. 163.

⁵⁹ O **almude** é uma unidade de medida de capacidade para líquidos, especialmente para vinho, que variava de região para região. Deriva do árabe al-mudd e aparece na documentação portuguesa desde a primeira metade do século XI.

É importante frisar que os grandes fazendeiros compravam o excedente produtivo dos indígenas, estocavam e não disponibilizavam. Concentravam, assim, todo alimento possível, formando o que Hilferding, quando menciona a bolsa de mercadorias, denominou de *corner*⁶⁰; quando a demanda crescia, alavancava os preços dos produtos de maneira exorbitante que somado com a ausência de renda e a impossibilidade de compra, produzia um cenário de fome. Não existia qualquer política de controle de preços, nem em relação aos alimentos básicos, a exemplo do milho. O historiador mexicano Enrique Florescano⁶¹ apresenta a sequência de crises que não atingiu apenas à população campesina, mas a todos:

Durante la crisis de 1749-50, la carestía fue tan grande en la zona minera, en el occidente y el centro del país, que la población en masa abandonó las minas y los pueblos, afluyendo en grandes oleadas hacia las zonas menos afectadas. Los indígenas de los pueblos más alejados y de las zonas no productoras de cereales, expulsados por el hambre, se unieron a los desocupados de las minas y juntos desolaron los campos, comieron frutas y hierbas silvestres, propagaron epidemias, invadieron las principales ciudades del occidente y algunos llegaron hasta la capital [...] En 1808, 1809 y 1810, años afectados por sequías prolongadas, la mortandad del ganado fue mayor [...] Así, en la Nueva España como en las sociedades europeas de estructura económica semejante, crisis agrícola y crisis ganadera caminaban juntas [...] pero la crisis, además de castigar con rigor a los habitantes del campo y la ciudad, golpeaba con gran fuerza a las principales actividades económicas de la colonia.⁶²

As crises de setores econômicos, as grandes secas e/ou frio, em algumas partes do

⁶⁰ “Um perigo do comércio a termo consiste na possibilidade da intervenção do *corner* [...] Se a disponibilidade [de uma] mercadoria não corresponder à procura, porque o comprador adquiriu antes os estoques disponíveis, originam-se preços muito elevados, fictícios, dependentes da vontade do comprador; então os vendedores ficam completamente à mercê dos compradores. O *corner* é tão mais fácil quanto menores forem as provisões da mercadoria”. HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 160-1.

⁶¹ Enrique Florescano é um notável historiador mexicano cuja suas pesquisas acabaram por abarcar praticamente todos os vieses da história de México. Sem sombra de dúvidas, seus trabalhos mais importantes são os relativos ao período mesoamericano, dando atenção aos aspectos míticos, religiosos e sobre a figura de Quetzalcóatl.

⁶² “Durante a crise de 1749-50, a escassez foi tão grande na zona mineira, no ocidente e centro do país, que a população em massa abandonou as minas e a população a fluir em grandes ondas para as zonas menos afetadas. Os indígenas dos povoados mais afastados e das zonas não produtoras de cereais, expulsos pela fome, se uniram aos desocupados das minas e juntos desolaram os campos, comeram frutas e ervas silvestres, propagaram epidemias, invadiram as principais cidades do ocidente e alguns chegaram até a capital [...] Em 1808, 1809 e 1810, anos afetados por secas prolongadas, a mortalidade do gado foi maior [...] Assim, na Nova Espanha como nas sociedades europeias de estrutura econômica semelhante, crise agrícola e crise pecuária caminhavam juntas [...] Mas a crise, além de castigar com rigor aos habitantes do campo e da cidade, golpeava com grande força às principais atividades econômicas da colônia”. FLORESCANO, Enrique. **Origen y Desarrollo de los problemas agrarios de México**. Ciudad de México: Consejo Nacional de Fomento Educativo, 1986, p. 75-77.

país, possuíam ciclos muito curtos e constantes, não dando tempo para a população, nem mesmo a economia se recuperarem de maneira completa. Os flagelados da fome se uniam percorrendo as florestas e bosques, varrendo-os, alimentando-se de frutas e do que havia de disponível no caminho. As ervas mencionadas por Florescano, estudadas por Crosby, em muitas ocasiões eram daninhas, demonstraram-se ser muito mais eficientes que as espadas e baionetas europeias em suas empreitadas coloniais. A fome, em muitas ocasiões, produzida pelos *corners*, inescrupulosamente praticado pelos grandes produtores, somada às ervas daninhas consumidas, trouxe consigo uma enormidade de epidemias que devastaram mais da metade da população mexicana entre os séculos XVIII-XIX.

A produção da fome era, sem dúvida, um requisito básico para o funcionamento do Império. Mike Davis demonstra como os fatores climáticos “*el niño*” e “*la niña*” e a concentração da produção alimentar foram dispositivos operativos importantes dos Impérios europeus em todos os continentes. De acordo com o autor, a fome não é necessariamente ausência de comida, mas sim crises econômicas complexas, induzidas pelo fator climático e a quebra da safra.

No caso do México, não diferentemente da Índia, como reporta Davis, a safra, mesmo sob o impacto da questão climática era suficiente para alimentar a população. Contudo, o que determinava o acesso era exatamente o poder de compra, corroído com a crise econômica, com as demissões em massa, com a perda da terra, entre outros muitos motivos. Para Davis, “‘famintos’ foram muitas vezes os equivalentes morais exatos das bombas lançadas de 5 mil metros”⁶³. Para o estudioso, a morte de milhares de seres humanos de modo proposital é, em larga medida, um Holocausto. Assistir ao definhamento do corpo humano por inanição é, em se tendo condições para alimentá-lo, um ato de tortura material, simbólica e espiritual.

Ao contrário disso, sociedades pré-hispânicas possuíam uma organização da propriedade baseada em responsabilidades. As classes sociais deveriam cumprir suas obrigações para com a sociedade como um todo. Os astecas permitiam que o agricultor, por motivo de doença ou outro motivo grave, negligenciasse suas *milpas* por dois anos. Em caso de impossibilidade de produzir alimentos, a terra era dividida dentre aqueles aptos, a produção era reorganizada, a tecnologia desenvolvida permitia a captação de

⁶³ DAVIS, Mike. **Holocaustos Colonias**: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. São Paulo: Editora Record, 2002, p. 33.

água⁶⁴. O sistema de *chinampa* – antigo método mesoamericano utilizado na agricultura e expansão territorial – as balsas cobertas de terras viabilizaram a produção alimentar e o cultivo de flores sobre os rios e os lagos do Vale de México (relembrando que a Cidade do México era basicamente composta por água)⁶⁵. Os incas, por sua vez, ao conquistarem novos territórios, enquadravam as sociedades submetidas a uma complexa hierarquização; quando a fome acometia, os sistemas de produção e distribuição de alimentos não faziam distinção de classes. As regiões atingidas por uma calamidade recebiam ajuda de outras pertencentes que compunham o território inca⁶⁶.

Nesse caminho, além dos aspectos mencionados, a conformação do Império na América Latina contou com mais três elementos constitutivos: i) o fator biológico, *Imperialismo Ecológico*; ii) a concentração econômica e alimentar; e iii) a produção da fome. Com a apresentação dos sete componentes, pode-se afirmar que os europeus não apenas definiram seus impérios em solo latino-americano, mas também iriam alicerçar solidamente as outras formas de imperialismo que viriam a surgir no continente americano.

1.3 Pensando o Sistema-mundo-capitalista

Os Impérios europeus obtiveram o controle das colônias, dos recursos e produtos, da vida e morte dos trabalhos não pagos. Isto se dava mediante à presença dos europeus em todo o mundo, pondo a Europa e seus descendentes no centro do mundo capitalista. Para realizar efetivamente o controle do trabalho no novo padrão de poder mundial, bem como sua classificação e divisão, foi necessário articular todas as formas pré-existentes de controle do trabalho⁶⁷. As técnicas de enquadramento demonstraram-se ser extremamente eficientes, elencando rudimentos de controle e distinção do trabalho, com o intuito de justificar o trabalho não pago do assalariado, assim como a distribuição geográfica do trabalho no mundo, determinando, de acordo com Quijano “a geografia social do capitalismo”⁶⁸; unido ao controle de seus recursos e produtos. Segundo o autor,

⁶⁴ FLORESCANO, Enrique. *Op cit.*

⁶⁵ MERLÍN-URIBE, Yair *et al.* **Environmental and socio-economic sustainability of chinampas (raised beds) in Xochimilco, Mexico City.** International Journal of Agricultural Sustainability. 8 de octubre de 2012; Marino, Josep & Sanders, William T.: **Prehistoria del Nuevo Mundo.** Barcelona: Edit. Labor, 1973; Secretaría de educación pública. (2003). **Patrimonio de la humanidad.** En Ciudades Mexicanas. México, México: Fondo editorial de la plástica mexicana.

⁶⁶ WOLF, Eric. **Europa y la gente sin historia.** México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

⁶⁷ QUIJANO. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** *Op cit.*

⁶⁸ *Op cit.* p. 120.

quando Prebisch pensou a imagem “Centro-Periferia” com o intuito de descrever o capitalismo no mundo depois da Segunda Guerra Mundial, fundamentou a característica central do padrão de controle do trabalho, chegando à conclusão de que

O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado. Sem relação clara com essas específicas características históricas do capitalismo, o próprio conceito de “moderno sistema-mundo” [...] a partir de Prebisch e do conceito marxiano de capitalismo mundial, não poderia ser apropriada e plenamente entendido.⁶⁹

Quijano acredita que Prebisch, ao definir ou diferenciar as realidades econômicas entre os países do denominado centro e periferia, selou o componente político ao passo que o transformou em superficial. À medida que os países da periferia desenvolvessem as forças produtivas, a economia, criassem empregos, incluíssem o trabalho assalariado, afugentar-se-iam do local geográfico que foram postos. Não houve a percepção de o controle europeu estar articulado com fatores subjetivos. As instituições educacionais, as ciências, a produção do conhecimento, o sistema cultural amplamente difundido fariam frente à manutenção da colonização, aos padrões a serem seguidos. Para Quijano, os colonizadores realizaram algumas operações capazes de sustentar as bases coloniais, inaugurando um novo mundo, novos padrões subjetivos e identidades geoculturais.

Os europeus não apenas impuseram o tempo e o espaço, como também apagaram, em muitos casos, ou classificaram como menor, menos importantes, os padrões subjetivos aqui existentes, criando um abismo entre os setores educados e não educados das sociedades latino-americanas. Segundo Peter Sloterdijk, a divisão feita entre letrados e iletrados chancela diferenças tão claras na sociedade, aptas a demarcar, praticamente, uma diferença entre espécies⁷⁰.

Desse modo, os critérios apontados, ao longo do percurso histórico, após o encontro, foram dominados pelos europeus. A configuração geopolítica pode ter mudado nesse processo, por vácuos de poder, por guerras, porém as categorias e os conceitos criados o foram por instituições europeias; conseqüentemente, o mundo visto, percebido, tocado e vivenciado é o mundo imposto, regido por tais padrões, cristão por excelência. Não apenas a união destes elementos, mas a conformação deles integrados e percebidos como um, fazem parte constitutiva do sistema-mundo.

⁶⁹ *Op cit.* p. 120.

⁷⁰ Sloterdijk, Peter. **Regras para o Parque Humano: Uma Resposta à Carta de Heidegger sobre o Humanismo**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

O sistema-mundo moderno, enquanto processo histórico, surgiu no século XVI, com o advento da expansão europeia, formando a economia-mundo capitalista. A economia-mundo, de acordo com Wallerstein⁷¹, abarca uma grande zona geográfica, diferenciando-se por uma clara divisão do trabalho, baseada nos critérios já vistos. Não se limita a uma estrutura política unitária, haja vista possuir muitas instituições políticas dentro da economia-mundo, intimamente vinculadas entre si, configurando um sistema interestatal. Ainda para este autor, a economia-mundo caminha conjuntamente com o sistema-mundo, pois carece de um elemento unificador que poderia ser uma estrutura política ou uma cultura homogênea. Desse modo, o que faz com que permaneçam unidas e interdependentes é a divisão do trabalho.

Outrossim, sabe-se, ainda, que ao longo da história há muitas economias-mundo fundadas no poderio militar⁷², resultando na formação de grandes impérios, os quais, porém, não puderam se sustentar, tendo como elemento aglutinador o aparato bélico e a violência do Estado. Para Wallerstein⁷³, o motivo pelo qual o sistema-mundo capitalista conseguiu se manter e se aprimorar foi o fato de fincar raízes, utilizando-se da produção do conhecimento, aprimoramento comunicacional (propagando suas ideias), potencial militar, abrangência econômica, caracterizando-se, dessa forma, como sistema definidor.

Hilferding apresenta o capital financeiro como a união entre capital industrial, comercial e bancário que outrora estavam separados e por ora encontram-se sob o comando das altas finanças⁷⁴. Desenvolveu-se concomitantemente ao aprimoramento da sociedade anônima e atinge seu apogeu com a monopolização da indústria, tendo em vista conceder a esta um caráter seguro, possibilitando o investimento bancário. Quanto maior o monopólio, menor a concorrência, maior a segurança de investimentos. Com a crescente concentração da propriedade, os detentores do capital fictício e capital industrial são cada vez mais as mesmas pessoas.

Além disso, o sistema capitalista requer, de igual forma, uma relação muito particular entre produtores econômicos e os detentores do poder político. Quanto mais íntima for essa relação, melhor para os capitalistas, por não terem qualquer dificuldade

⁷¹ *Op cit.*

⁷² MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

⁷³ *Op cit.*

⁷⁴ “[...] significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união, os senhores da indústria e dos bancos. Essa mesma união tem por base a supressão da livre-concorrência. Com isso muda também, naturalmente, a relação da classe capitalista com o poder do Estado”. HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultura, 1985, p. 283.

para impor suas pautas, procurando expandir os mercados.

Outrossim, os produtores econômicos vêm desenvolvendo, ao longo dos anos, as formas de aproximação e de acréscimo do lucro. Os cartéis ou *trustes* foram uma via encontrada para maximizá-lo e eliminar a concorrência, ao passo que possibilitou às empresas unirem o capital. A formação dos cartéis, o resultante monopólio, provocou mudanças nas relações entre empresas, bancos e Estados.

Em dissonância com Wallerstein, Hilferding acredita que o elemento aglutinador do sistema interestatal é o capital financeiro, que une os Estados individuais na ampliação do território econômico, elevando “a importância da magnitude do espaço econômico”⁷⁵, aumentando o nível de especialização de cada Estado em particular, impedindo desfazer-se das relações de dependência e de poder.

Em relação a tal expansão, percebe-se que o mercado global é uma realidade, mas, ao contrário do julgamento comum, não funciona de maneira completamente livre. Os conflitos existentes entre mercados e sociedades são eventos mediadores e acabam por limitar ou ao menos evitar o alcance dos mercados. O livre mercado é uma ideologia, uma força discursiva, mas nunca existiu⁷⁶. Na realidade, a dinâmica do capital se demonstra contrário a esta ideologia, haja vista a prática ser, exatamente, a formação dos cartéis, que, por seu turno, mudará as relações entre empresas e bancos. Quando se retira de campo a livre concorrência, abre-se margem para acumulação do capital, a especialização produtiva, a capitalização do lucro⁷⁷.

O projeto liberal proposto por Adam Smith⁷⁸ (1723-1790), por sua vez, revela um contexto histórico particular. Nesse projeto, Smith se colocava em desacordo com o Estado mercantilista inglês, o qual possuía uma política altamente protecionista, resultando na formação de um monopólio por parte da Companhia das Índias Orientais. O funcionamento do monopólio se deu de maneira muito simples, qual seja: a empresa detentora deste, ao ser favorecida pelas políticas protecionistas, determina o valor das mercadorias, dada a inexistência de qualquer concorrência. Como forma de garantir o lugar privilegiado, a empresa monopolista corrompia o Estado.

Smith defendia o livre mercado, porque via que a população não tinha acesso a bens básicos. Em sua concepção, o fluxo de mercadorias (importação e exportação)

⁷⁵ HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultura, 1985, p. 293.

⁷⁶ Wallerstein, *op cit.*

⁷⁷ Hilferding, *op cit.*

⁷⁸ SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

promoveria a regulação dos preços e como resultado, um comércio justo. No entanto, o livre mercado, como tal, nunca existiu, pois não permite ao capitalista obter lucro superestimado, além de os Estados terem suas economias ameaçadas por empresas internacionais. Assim, o livre mercado funciona como um discurso ideológico por parte dos Estados centrais, com o intuito único de expandir seus mercados e maximizar o lucro.

A história das relações internacionais nos ajuda a compreender a associação entre o potencial discursivo do livre comércio e a realidade pura e simples. De acordo com Cervo⁷⁹, mesmo quando os países europeus ensaiaram estabelecer o livre mercado com outros países, sempre utilizaram de acordos desiguais, nos quais se cobravam taxas para a importação de determinados produtos ou para a efetivação da transação (ver capítulo 2). Sempre havia ônus por parte daqueles que negociavam com os países europeus, estabelecendo, nesse caminho, o que o autor denominou de o “imperialismo do livre comércio”. Tais subterfúgios são utilizados até o presente momento por países do centro, como forma de manter a supremacia em relação aos países periféricos.

O capital financeiro, o mercado de ações, possibilitou a articulação dos setores industriais, promovendo, desse modo, a união das elites mundiais, a expansão do território econômico e a manutenção estratégica de áreas coloniais. Quanto maior for o território econômico, mais fácil será a transferência de indústrias para os lugares em que as condições naturais, sociais, legais (ausência e/ou fragilidade de leis trabalhistas, ambientais, fiscal, tributária, entre outras) sejam favoráveis.

As empresas passam a procurar outros Estados para implementarem suas indústrias a partir do esgotamento das políticas protecionistas, que se dá quando há uma saturação do mercado, no momento em que a empresa alcança todo território e seu lucro se estagna, quando há um aumento dos padrões salariais; limitação legal para a expansão da indústria; entre outros fatores. Dessa maneira, a exportação de capitais, com o intuito de gerar mais valia no exterior, passa a ser a única alternativa.

Hilferding defende que a exportação garante a abertura de novos mercados, com o objetivo de expandir o capital. A exportação e a instalação de indústrias aceleram o processo de “colonização dos países estrangeiros e desenvolve amplamente suas forças

⁷⁹ CERVO, Amado Luiz. **Hegemonia coletiva e equilíbrio**: a construção do mundo liberal (1815-1871). In. SARAIVA, José Flávio Sombra (Org). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008; CHANG, Ha-Joon. **O Mito do Livre Comércio e os Maus Samaritanos**: a história secreta do capitalismo. São Paulo: Campus-Elsevier, 2008.

produtivas⁸⁰”. A união do capital financeiro e Estado resulta no fortalecimento daquele, empreendendo sobre os demais países uma ação imperialista. O capital financeiro foi, de acordo com Hilferding⁸¹, o grande propulsor do imperialismo monopolista. A formação e *holdings*⁸², *trustes*⁸³ e cartéis⁸⁴ foram vias encontradas pelos capitalistas para atuar em toda economia-mundo e nas políticas nacional e global. As relações internacionais são utilizadas como balcão de negócios de Estados e grandes corporações, implementando, por meio da violência, seus interesses.

É importante destacar que Hilferding observava a expansão capitalista no final do século XIX e início do século XX, quando o capital europeu ampliava seu território não apenas em outros continentes, mas também nas áreas rurais dos países do continente, conformando-se territorialmente. Farias⁸⁵ traz para o debate sobre o capital financeiro a perspectiva geográfica clássica, inspirada nas obras de Friederich Ratzel, porque traz à tona o território que havia sido execrado pelas ciências sociais, em especial, a ciência política.

O mais importante no trabalho de Ratzel é que a força do Estado não é medida apenas por sua extensão territorial, mas principalmente pelos vínculos históricos que a nação sustenta com o território: “os Estados fortes são aqueles cuja manifestação demográfica, cultural e econômica demonstram-se mais vigorosas que os limites territoriais existentes”⁸⁶, o que justificaria a ação expansionista dos Estados.

Contudo, a realidade presente torna os autores tão atual quanto a outrora. Certamente, a expansão do território, movida pela paixão colonial, ocorre em todos os continentes, e a América Latina não se difere nesse sentido. Pelo contrário, a política internacional empreendida – não apenas por países, mas sobretudo, por aqueles que ditam

⁸⁰ Hilferding, *op cit.*, p. 299.

⁸¹ *Op cit.*

⁸² *Holding* é uma forma de sociedade criada para administrar grupos de empresas. A *holding* administra e é dona da maior parte de ações ou cotas das empresas pertencentes a um dado grupo. Essa forma de sociedade desfragmentou as empresas, possuindo as ações de vários grupos empresariais, podendo delimitar suas políticas e influenciar diretamente em sua administração, forjando ações conjuntas que pudessem determinar preços e investimentos.

⁸³ O *Truste* é a fusão de várias empresas de um mesmo setor com o objetivo de manter o monopólio e dominar a oferta de produtos ou serviços.

⁸⁴ *Cartel* é um acordo realizado por empresas de um mesmo setor para determinar os preços ou cotas de produção.

⁸⁵ FARIAS, Hélio Caetano. **Capital Financeiro e Geografia Política Clássica**: algumas notas sobre a expansão de poder dos Estados no final do século XIX. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Editora Letra Um: Rio de Janeiro.

⁸⁶ É importante mencionar que Ratzel era a favor da expansão colonial alemã, na conformação do Estado nacional. Segundo Farias, seus discípulos Kjellén e Haushofer radicalizaram seus posicionamentos a favor da ação Expansionista dos Estados. *Op cit.*, p. 131.

as pautas internacionais, os bancos e as indústrias – demonstram interesses plenos na conquista de novos territórios neste continente que garantam o livre funcionamento do capital, do mesmo modo, o amparo legal de suas ações.

Se antes as leis eram insuficientes para garantir o pleno funcionamento do capital, com segurança, nos territórios coloniais; agora, há Estados com leis firmes: i) reforma agrária efetivada; ii) leis que dão garantias mínimas ao trabalhador; iii) leis tributárias e financeiras. No entanto, tais leis não permitem a maximização do lucro e muito menos dão segurança ao investimento privado. Desse modo, os Estados se vêem coagidos a mudar as leis, promovendo a denominada “modernização” legal. Modernização pode ser entendida aqui como colonização/desregulação do Estado. O Estado colonial utiliza de força política para promover reformas estruturais, na tentativa de facilitar a produção e reprodução do capital no território (ver capítulo 3 e 4).

Todavia, assim como no início do século XX o obstáculo para a exploração não é, de nenhum modo, a falta de capital – uma vez que o Estado importa capital a partir de investimentos financeiros externos, e de acordo com Hilferding, acelera a colonização – mas, sim a falta de trabalho livre, isto é, de trabalho assalariado. Segundo o autor:

Como sempre, quando o capital enfrenta pela primeira vez condições que contrariam sua necessidade de exploração e cuja a superação econômica se daria somente de forma muito lenta e gradual, o capital apela à violência estatal, empregando-a a serviço da expropriação violenta, que arranja o proletariado livre necessário – trata-se, como nos seus primórdios, de camponeses europeus, dos índios mexicanos e peruanos ou, na atualidade, dos negros africanos. Os métodos violentos pertencem à essência da política colonial que, sem eles, perderia seu sentido capitalista e constituem também um componente integrante da mesma política, assim como a existência de um proletariado explorado é *conditio sine qua non* do capitalismo⁸⁷.

Os métodos violentos não são, em sentido algum, produtos de um passado remoto. O colonialismo/capitalismo sempre caminharam juntos, fazem uso dos mesmos instrumentos inerentes à dinâmica por ele imposto, sendo a expropriação das terras dos nativos o principal meio. Não apenas as terras são apropriadas, mas os recursos naturais nelas existentes, como também o trabalho assalariado, mão-de-obra barata ou análoga à escravidão. Muda, evidentemente, o aprimoramento das técnicas de enquadramento (controle) utilizadas – devido à experiência histórica – e força discursiva do processo

⁸⁷ Hilferding, *op cit*, p. 299.

modernizador das áreas ditas atrasadas.

Para empreender os esforços em aumentar o território econômico, o capital necessita de um Estado belicamente forte capaz de intervir em todo o mundo, com o intuito de incorporar novas colônias. Não obstante, a absorção não se dá apenas por meio da anexação forçada, mas principalmente através da ampliação da área de influência, utilizando do poder para subordinar e fazer valer os interesses, tanto do país quanto do capital financeiro a ele vinculado.

As relações de poder implicam, essencialmente, no subjugo, na desqualificação, na subordinação das populações – qualidade intrínseca ao capital financeiro – características naturais precisas, especialmente, o critério de raça. Segundo Hilferding

[...] a submissão de nações estrangeiras ocorre pela força e, portanto, de modos muito naturais, à nação dominadora parece que sua dominação se deve às suas próprias qualidades naturais especiais, isto é, às suas características raciais. Na ideologia racial surge assim disfarçado sob vestes científicas um fundamento para ambição do poder do capital financeiro que justifica dessa maneira o condicionamento e a necessidade naturais de seus atos. No lugar do ideal democrático de igualdade aparece o ideal oligárquico⁸⁸.

Os padrões coloniais forjados na América Latina, sobretudo, raça como rudimento central da desumanização, foram apropriados pelo capital como justificativa fundante para ampliação do território econômico. Assim, como ocorrido no processo colonizador latino-americano, a ciência respaldou o avanço do capital sobre as demais áreas ditas inferiores, com o intuito de civilizar/humanizar, imbuir valores, e principalmente, controlar o trabalho, o tempo e o território.

Desta forma, percebe-se que a América Latina não conheceu outra relação que não a imperialista. Se no passado foi marcado pelas políticas coloniais dos impérios europeus, no presente momento, ocorre por intermédio do imperialismo monopolista do capital financeiro. Em todo caso, a violência sempre foi o fio condutor da mediação entre os interesses do capital, as cosmovisões, as organizações e as relações sociais estabelecidas pelas populações nativas e camponesas em seus territórios, aplicando o trabalho compulsório, justificada pela ciência, imbuída de princípios religiosos. Ciência esta que nega a humanidade dos indígenas, ao utilizar de categorias como bárbaros/primitivos, hoje por seus homônimos tradicional/moderno, cidade/campo e organiza a produção

⁸⁸ *Op cit*, p. 315.

mediante os critérios de raça, reproduzindo os princípios religiosos aplicados na conquista das Américas.

O fator biológico, *Imperialismo Ecológico*, permanece, no entanto, muda-se de foco. Não se está mais relacionado à aclimação de espécies animais e vegetais que contribuam na sobrevivência do colonizador. Trata-se, mais precisamente, da apropriação dos recursos naturais estratégicos que contribuam para a produção e a reprodução do capital (ver capítulos 3 e 4), ampliando as áreas coloniais. Este fator subsidia a expropriação de terras nativas (áreas de proteção) e propriedades de uso coletivo. A perda da propriedade, conseqüente trabalho compulsório, acarreta, em momentos de crise, na produção da fome, que é elemento constitutivo do imperialismo. Desse modo, identifica-se que o capital financeiro utiliza dos mesmos preceitos coloniais para fazer valer seus interesses.

2. PARTICIPAÇÃO DO MÉXICO NAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS

A história da convivência entre os Estados Unidos e a América Latina é impelida por um forte teor ideológico. Contudo, atendo-se à análise da política externa, de cada governo estadunidense em particular, é possível perceber: as pretensões imperialistas; a indiferença diante dos países da região; o descaso e a intervenção direta, sejam por meio de aparatos militares ou por seu *soft power*⁸⁹. De igual maneira, do lado latino-americano se fazem presentes: o *antiamericanismo*; as manobras realizadas pelos países ao sul no contexto hegemônico; a união e a solidariedade contra as pretensões estadunidenses⁹⁰.

Segundo Tulchin, o teor conflitivo atingiu o auge no período da Guerra Fria, mas estava presente desde 1898 na ocasião da Guerra Hispano-Americana, resultando na anexação de Porto Rico e no estabelecimento de um protetorado em Cuba. Contudo, acredita-se, veementemente, no fato de a guerra contra o México (1846-1848) já haver demarcado a política externa estadunidense.

Após a luta pela independência, em 1776, a Guerra contra o México/Intervenção dos Estados Unidos no México, a consequente anexação do território mexicano a Oeste foi a maior realizada por aquele país. Outrossim, a tendência imperialista daquele, marcaria, de igual feitio, as políticas dos países latino-americanos, seus posicionamentos e visões em relação à política internacional. Somado a isso, fazia-se presente um componente religioso muito forte, surgido na década de 1840, o Destino Manifesto. Os estadunidenses acreditavam, de fato, que era o povo incumbido por Deus para civilizar/humanizar a América, sem mencionar certamente, a Doutrina Monroe, nascida 20 anos antes. Percebe-se, nessa perspectiva, o fato de os rudimentos do ímpeto imperialista estadunidense, aproximarem-se, demasiadamente, do europeu.

Estes componentes serviram de pano de fundo para as relações interamericanas até o presente. Por conseguinte, elencou-se alguns momentos históricos, considerados definidores, o diálogo entre países no continente, sobretudo as relações envolvendo Brasil e México, haja vista os esforços para estabelecer diálogo entre os dois hemisférios, vínculos de amizade e formulação de acordos permearem as relações de poder existentes.

Tulchin acredita na possibilidade de a política externa latino-americana, na

⁸⁹ O conceito de *Soft Power* foi proposto por Joseph Nye; está relacionado com “a capacidade de um Estado em obter o que deseja através do poder de atração da sua cultura, das suas ideias, das suas políticas domésticas [sobretudo sua política macroeconômica] e de sua diplomacia”. Nye, Joseph. **Soft Power – The means to success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

⁹⁰ Tulchin, *op cit.*

primeira geração pós-independência, demonstrar pouca ou nula evidência de protagonismo⁹¹. Não obstante, o fato de os países ao sul possuírem outras prioridades – conformação territorial (a Grã-Colômbia foi dividida em três países distintos: Venezuela, Equador e Colômbia); o desejo expansionista dos outros países do continente (Argentina, Peru, Chile, Brasil); os problemas internos; entre outros – não significa dizer, em absoluto, que havia pouco protagonismo. Talvez, o que havia era menosprezo no reconhecimento de suas independências e na legitimidade dos respectivos governos.

De todo modo, o México, por ser vizinho próximo dos EUA, sentirá em maior medida, não apenas o ímpeto expansionista deste, mas também o peso de sua economia, assim como a influência direta nas políticas internas do país. Desse modo, procurou-se, ainda nesse capítulo, tratar da política externa mexicana, bem como da conformação do Tratado de Livre Comércio do Norte (TLCAN), com o intuito de compreender as relações existentes entre os EUA e o México, os projetos em comum, a exemplo da Integração Física Mesoamericana.

2.1 Breve História das Relações Interamericanas

Em se pensando as relações internacionais na América Latina, percebe-se que a dinâmica estabelecida estava diretamente concatenada, no primeiro momento, aos interesses dos países europeus e, posteriormente, à forte influência dos Estados Unidos na região. As tentativas de aproximação dos países latino-americanos tinham como pano de fundo: a conturbada conjuntura externa; os problemas sociais, políticos e econômicos internos; e a tendência expansionista dos EUA.

Nesse ínterim, ao longo desse item, apresentar-se-á um breve percurso histórico da conformação das relações internacionais interamericanas, com o intuito de compreender o forjar dos princípios ideológicos e políticos que marcariam as aproximações e a permanência do diálogo entre as nações irmãs.

O ano de 1808, com a chegada de D. João VI à Bahia, marca uma fase importante nas relações internacionais latino-americanas, uma vez que este procedeu à “abertura dos portos” às nações amigas. Para D. João, a medida tinha como objetivo o desenvolvimento das artes e das indústrias. Contudo, para a Inglaterra, a iniciativa terá outra conotação: “ver o mercado regulado pelo liberalismo universal, implantado no Brasil como a

⁹¹ Tulchin, *op cit.*

primeira experiência histórica”⁹². Seria o início dos tratados desiguais estabelecidos entre a Europa e os países latino-americanos, com o intuito de subjugar-los, estabelecendo o “imperialismo do livre comércio”⁹³ como mecanismo de expansão econômica do continente europeu.

Com isso, firmavam-se as bases da dependência e atraso, visto que obstruíram o desenvolvimento da navegação e da indústria nacionais. O Tratado de Comércio e Navegação de 1810 fixava franquias nos portos dos dois países, Brasil e Inglaterra, com ilusória reciprocidade. O Brasil abriu as portas à Inglaterra que, por seu turno, pôde fixar indústrias em território nacional, exercer atividades e culto, enquanto era proibido o consumo dos produtos brasileiros, especialmente o café e açúcar, por serem concorrentes dos produtos das colônias inglesas no Caribe. Tratados como esses iriam ser estabelecidos em toda a América Latina, vinculando-a aos países industrializados por intermédio do suposto liberalismo comercial⁹⁴.

Tais tratados eram celebrados pelas elites dos países latino-americanos por fazerem valer seus interesses, ampliar as exportações, reforçar os vínculos com as formas de trabalhos usuais (semi-servidão ou escravidão), além de terem acesso aos produtos importados. Apesar da desigualdade estabelecida contratualmente, era muito conveniente para as elites expandirem a produção de acordo com os ditames do mercado internacional. Sem levar em consideração que o aumento da produtividade tinha consequências diretas no abastecimento de alimentos internamente⁹⁵.

Os Estados Unidos, contrariamente aos países latino-americanos, tinham uma importância estratégica para a Europa: o acesso comercial aos países asiáticos, e por isso, não viam a necessidade de interferirem em sua política econômica interna. Os EUA puderam, desse modo, conformar territorial e economicamente com o respaldo ou tutela das potências daquele continente.

Apesar de a Inglaterra apoiar a independência dos países latino-americanos, haja vista ser beneficiária direta, as relações entre os países da região, na primeira metade do século XIX, tinham como principal mote o reconhecimento desta, mas, ao contrário do

⁹² CERVO, Amado Luiz. **Hegemonia coletiva e equilíbrio**: a construção do mundo liberal (1815-1871). In. SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008; CHANG, Ha-Joon. **O Mito do Livre Comércio e os Maus Samaritanos**: a história secreta do capitalismo. São Paulo: Campus-Elsevier, 2008.

⁹³ CERVO, Amado Luiz. **Hegemonia coletiva e equilíbrio**, *op cit.*

⁹⁴ *Op cit.*

⁹⁵ Ver SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Tradução Jussara Simões. Bauru – SP: EDUSC, 2001.

exposto por Tulchin⁹⁶, não foi a única pauta existente. Os acordos de amizade, tratados comerciais e a união do continente latino-americano estiveram presentes durante todo o período. Os diplomatas mexicanos Don Lucas Almán e Don José Mariano Michelena eram verdadeiros adeptos da integração americana. Almán chegou a propor a formação da Confederação dos Estados Americanos.

Para o México, o Brasil era parte importante da política externa. Afinal, estabelecer o diálogo com um país do hemisfério sul poderia estreitar as relações com os demais e fortalecer a ideia de união das nações latino-americanas⁹⁷. O Brasil possuía um fator estratégico, tendo em conta o fato de os países recém independentes viverem sob a tensão de um ataque eminente das antigas metrópoles. Assim sendo, o mais prudente era o reconhecimento mútuo da independência dos estados americanos e a partir disso firmar um pacto militar com o objetivo de unir forças e defenderem-se de qualquer ameaça vindoura. Os acordos de defesa de território estariam acompanhados de vínculos de amizade e tratados de comércio. O Brasil sempre se demonstrou simpático no tocante ao reconhecimento mútuo e aos tratados de amizade, mas em tempo algum respondeu afirmativamente à proposta da formação de uma liga ofensiva⁹⁸.

A preocupação relativa a uma possível intervenção europeia era presente em ambos hemisférios e acabou por surtir em dois princípios no continente americano. De um lado a proposta estadunidense, a Doutrina Monroe (1823), que pedia aos europeus que não interferissem em assuntos relativos ao continente americano. Do outro, estava a versão latino-americana, a asserção bolivariana e a formação de um “sistema internacional americano”, inspirados pelo ideal de paz, pelo direito internacional, aliança política operante na inibição da atuação de uma potência no continente, pelo acordo geral dos Estados Americanos, concluído em 1826, durante o Congresso do Panamá⁹⁹. Simón Bolívar não incluiu o México e o Brasil na lista de convidados para participar da conferência comunitária por não os reconhecer como estados independentes e o último ainda teria a designação agravante de Império¹⁰⁰.

Apesar da exclusão, o México manteve na política externa a proposta de união continental, indicando, em 1842, como Enviado Extraordinário e Diplomata, o Sr. D. José

⁹⁶ TULCHIN, Jospeh. **América Latina X Estados Unidos: uma relação turbulenta**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

⁹⁷ “Brasil foi parte de sua política exterior dirigida às nações hispano-americanas e obedeceu sempre aos desejos da união americana postulados por don Lucas Almán”. Sánchez, p. 21

⁹⁸ Sánchez, *op cit*

⁹⁹ Cervo, *op cit*.

¹⁰⁰ Tulchin, *op cit*.

María Bocanegra, aos Estados da América do Sul. Após o término de sua missão, o diplomata, a pedido da presidência da República, elabora um documento para o Arquivo Histórico Diplomático. No relato, deixa claro o objetivo de sua viagem: o de realizar uma consulta aos países do Sul a respeito de uma assembleia. De acordo com ele, cinco países já haviam concordado em realizá-la¹⁰¹ e o Brasil, por seu turno, confirmou presença sem titubear.

O Brasil sabia da importância regional que tinha, assim como da relevância de aproximar-se das nações do centro e norte da América. Na mesma sintonia, o México, tinha claro que não poderia haver segurança, muito menos progresso, no isolamento. Além disso, unir essas nações política e economicamente seria basear-se em vínculos já existentes, uma vez que essas foram vítimas de uma usurpação em cadeia. A união seria, assim, um caminho natural a ser percorrido pelas nações, haja vista terem rompido, de igual modo, com a submissão possuidora de sangue, idioma, crenças e costumes¹⁰².

O México tinha razão ao pensar que não havia segurança no isolamento. Pouco tempo depois, em 1846, foi invadido pelos Estados Unidos e em 1848 chega a perder para este país a metade de seu território (**Mapa 2**). Os Estados Unidos possuíam uma pequena extensão, além de uma política colonial diferenciada: expulsaram ou aniquilaram os indígenas ao invés de submetê-los; mas também, a Grã-Bretanha envolveu, equivocadamente, os colonos em suas guerras, ao invés de enviar as tropas oficiais do Império, com o intuito de controlar as colônias no hemisfério ocidental. Em vista disto, aqueles perceberam que a colônia estava jogando de acordo com seus próprios interesses e este foi o motivo principal da unificação que deu forma aos EUA¹⁰³.

¹⁰¹ En Buenos Aires, Uruguay y Paraguay, por la enorme distancia en que se hallan respecto de nosotros, se nos mira casi como moradores de otro planeta, y poco o nada podemos influir en sus respectivos, para hacerlos entrar en el pacto de familia que se pretende formar. Pero si es casi inútil negociar directamente con aquellas Repúblicas para esto, no lo es, haciéndolo indirectamente por medio de las administraciones de Chile, Bolivia y el Perú, con quienes los ligan relaciones de vecindad y de comercio, además de las de identidad de origen, idioma, religión y costumbres, que nos son comunes a los pueblos hispano-americanos. Por eso Chile ha conseguido comprometer la confederación argentina, para que concurra a la formación de la Asamblea, y por eso creo también, que en unión de Bolivia y el Perú, obtendría el mismo compromiso respecto del Uruguay y Paraguay. No obstante lo dicho, debe el Gobierno mexicano dirigirles de cuando en cuando sus circulares, insistiendo siempre en la idea indicada, sin necesidad de enviarles agentes diplomáticos que no podrían adelantar más de lo que consiguiesen de ellas los gobiernos de las mencionadas Repúblicas. ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO MEXICANO. **Las relaciones diplomáticas de México con sud-america**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1925, p. 10.

¹⁰² Arquivo Histórico.

¹⁰³ Tulchin, *op cit*; Zea. **História da Filosofia Americana**, *op.cit*.

Mapa 2 – Expansão dos Estados Unidos da América

Fonte: Site elordenmundial.com

Logo após a guerra, o México procurou conformar-se internamente, recuperar-se, promovendo reformas que, verdadeiramente, viessem a beneficiar a população como um todo. Ao longo desse período, iniciou-se uma série de disputas no campo político, promovendo conflitos armados entre grupos ideologicamente distintos. Os liberais sabiam que para reduzir a base econômica e diminuir a força política dos conservadores era necessário separar o Estado da Igreja. Para isso, Benito Juárez expediu um conjunto de leis (Leis da Reforma) que garantiam ao Estado expropriar os bens religiosos e civis

que considerassem necessário para a nação.

Os exércitos liberais acabaram por lograr o êxito na Guerra da Reforma, o presidente Benito Juárez entrou triunfante no dia 11 de janeiro de 1861, levando a cabo o que iniciou: expulsou o representante papal no México, o monsenhor Luiz Clemente e os embaixadores de Espanha, Joaquín Francisco Pacheco, e de Guatemala, Felipe Neri del Barrio por ter prestado apoio ao partido conservador.

Talvez, a medida mais importante tomada por Juárez foi promulgar o estado de pobreza generalizada, suspendendo, em junho de 1861, o pagamento da dívida externa e interna, pretendendo, com isso, sanar, ao menos parcialmente, os problemas internos. De todo modo, não foi o fato de obter a vitória que garantiu ao partido liberal o conforto. Os conservadores não possuíam muitas alternativas, procurando na Europa, aliados para reverter a situação política mexicana. Os reacionários encontraram em Napoleão III a possibilidade de derrubar Juárez e estabelecer uma monarquia no México. Para o Imperador, era uma grande oportunidade, haja vista que uma segunda monarquia, considerando a existente no Brasil, poderia suprimir a influência estadunidense, abrindo caminho para uma monarquização no continente¹⁰⁴.

Fernando Maximiliano de Habsburgo seria o representante da monarquia no México. Para a infelicidade dos reacionários, aquele possuía ideias liberais, por isso, não se viram representados pelo monarca, em sua totalidade. Além disso, o império napoleônico não foi reconhecido pelos países latino-americanos, inclusive, pelo Império brasileiro, mantendo fidelidade a Benito Juárez que, por seu turno, não apreciava a presença europeia e conseguiria reaver o poder após fuzilar Maximiliano em 1867.

Ao longo da primeira década do século XX, os Estados Unidos já haviam substituído os europeus no comércio, nos investimentos e na política latino-americana. A tendência imperialista/expansionista dos Estados Unidos foi baseada em dois princípios subjetivos, um cultural e outro político: a crença de ser uma nação sagrada, eleita por Deus para civilizar/humanizar a América, proveniente da colonização puritana; e a convicção de que uma república eminentemente livre havia nascido na América¹⁰⁵. Percebe-se, todavia, que o traço religioso é parte constitutiva dos projetos imperialistas, ao menos no que diz respeito a este continente. Os conceitos adotados pelo emergente

¹⁰⁴ SÁNCHEZ, J. Rafael Campos. **Primeros contatos diplomáticos entre México y Brasil**. D.F.: Editorial Praxis, 2000, p. 51.

¹⁰⁵ ANDERSON, Perry. **A política externa norteamericana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 14.

sistema internacional (poder e civilização) eram eurocêtricos: “o poder, como característica do Estado-nação, era calculado em termos econômicos e militares, embora envolvesse uma dimensão não específica chamada de ‘cultura’”¹⁰⁶. A cultura seria o instrumento encontrado pelos Estados Unidos para definir e/ou identificar os distintos níveis na escala evolutiva humana.

A desumanização foi um artifício presente nas intervenções estadunidenses e o Panamá é um exemplo disso. Os Estados Unidos empenharam esforços diplomáticos para que os seus interesses fossem levados em consideração e o canal aberto. Entretanto, a demora da Colômbia em formalizar, votar as propostas nas instâncias governamentais e iniciar as operações levou Theodore Roosevelt (1901-1909) à impaciência, atacando o fator que a seu ver seria o de inferioridade quanto aos colombianos, o racial, referindo-se a eles como “macacos”. Destarte, forjou os meios para garantir que os interesses da civilização não fossem, de modo algum, prejudicados, articulou um movimento de oposição no país e fez o grupo decretar independência¹⁰⁷. O canal não ligaria apenas dois oceanos, mas também, raças. Assim, “solidariedade anglo-saxã – foi adicionada a religião, democracia e comércio na retórica vocação da nação”¹⁰⁸.

O Theodore Roosevelt acrescentaria à Doutrina Monroe o Corolário Roosevelt, implementando os mesmos meios de dominação elaborados pela Europa, com o intuito combater a concorrência. Tal princípio era aplicado à América Central e ao Caribe, mas causou revolta em todos os países da América Latina, despertando o sentimento de antiamericanismo, repudiando a substituição do imperialismo europeu para o estadunidense¹⁰⁹.

Em vista disso, o México recorrerá às nações do hemisfério sul com o objetivo de fazer frente ao crescente interesse estadunidense em seu território e na região. As mudanças ocorridas na política externa mexicana no século XX tinham raízes no século anterior: a preocupação com a supremacia dos EUA estabelecida entre 1897-1905. Os Estados Unidos possuíam interesses em controlar pontos geoestratégicos do México, sobretudo, o Istmo de *Tehuantepec* (retomar-se-á essa questão no capítulo 3), procurando obter a concessão de passagem comercial e de tropas, o que provocava certo temor ao

¹⁰⁶ Tulchin, *op cit.* p. 28.

¹⁰⁷ *Op cit.*

¹⁰⁸ Anderson, *op cit.* p.15.

¹⁰⁹ CERVO, Amado Luiz. **A instabilidade internacional (1919-1939)**. In.: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

estado mexicano, uma vez que poderia perder outra parte de seu território¹¹⁰.

Ao longo da primeira década do século XX, o México estava passando por uma grande crise política. Porfirio Díaz já estava há vinte anos no poder, o que provocava o descontentamento da população, refletido nas manifestações anti-porfiristas que tinham como líderes os irmãos Flores Margón e Francisco I. Madero. Em contrapartida, Madero, adquiria cada vez mais popularidade. Somado a isso, a recessão mundial e a crise da prata causaram verdadeiro estrago na economia do país, além de estremecer as relações com os Estados Unidos, fazendo com que a política internacional mexicana se voltasse para o sul, retomando o diálogo estabelecido no século anterior.

Apesar dos problemas internos, a política internacional porfirista rendeu bons frutos. O fato de este procurar estabelecer vínculos com o Sul fez com que tomasse partido em assuntos, por vezes delicados, como o caso da separação do Panamá da Colômbia, que estava sob a tutela dos Estados Unidos, em 1903; o bloqueio dos portos venezuelanos por potências europeias em 1902; e a promoção de três conferências pan-americanas. Ademais, Porfírio iniciou a regulação de investimentos estrangeiros, medida de essencial importância para a consolidação e a manutenção da economia nacional. Concomitantemente, procurou criar vínculos com outros países americanos, com o intuito de encontrar mercados para os produtos mexicanos, aventando a possibilidade de forjar duas linhas comerciais: uma via pelo Pacífico e outra pelo Atlântico, para alcançar os extremos da América do Sul¹¹¹.

No entanto, quando se trata de estabelecer vínculos diplomáticos com o Brasil, México assim o fará, baseando-se no ideal norte-americano “de promover pactos y alianzas en América Latina en busca de salvaguardar sus intereses en la región de posibles ambiciones europeas y asiáticas”¹¹². O México seria um ator de fundamental importância para os Estados Unidos, visto que funcionava como porta-voz da política internacional estadunidense na América do Sul. No entanto, o México utilizou esse instrumento como forma de pleitear seus objetivos e interesses, configurando, junto ao Brasil, uma agenda comum, ainda que carregadas de estratégias geopolíticas regionais.

O Brasil também possuía interesses próprios em se aproximar do México por facilitar sua relação com os Estados Unidos, o país tinha pretensões de converter-se na

¹¹⁰ REYES, Elda Pérez. **La política exterior de México hacia sudamérica, 1900-1910**. Tese de Doutorado – Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Michoacana de San Nicolás, 2011.

¹¹¹ Ver Reyes.

¹¹² “De promover pactos e alianças na América Latina em busca de salvaguardar seus interesses na região de possíveis ambições europeias e asiáticas”. Reyes, p. 200.

força dominante na América do Sul. Por esse motivo, a política exterior brasileira e mexicana foi assentada na cordialidade. Para o México, era importante causar uma boa impressão porque tal conduta poderia lhe garantir um lugar estratégico na política regional. Assim, a forma com que o Estado mexicano conduziu suas relações se afirmou de maneira positiva, uma vez que lhe rendeu três Conferências Pan-americanas em pouco tempo. Essas conferências tiveram por objetivo articular o rumo nas relações interamericanas¹¹³.

No caso do Brasil, ter os Estados Unidos e México ao seu lado respaldaria sua política internacional e o figuraria como país mais importante do sul. Assim sendo, o Brasil aproveitou a conferência científica, por um lado, para se explicar às demais nações dos fatos ocorridos no continente sul-americano e os rumores sobre o país e seu caráter expansionista e, por outro, estreitar vínculos. Na Conferência, Rio Branco se encarregou de informar que o país não possuía qualquer intenção expansionista, mas procurou projetar a nação como uma das figuras dominantes no continente¹¹⁴.

Na década de 1920, as opiniões entre os países americanos caminhavam para o consenso e uma política, havendo chances de estabelecer relações e políticas de boa vizinhança a partir de 1933 com a eleição de Franklin Delano Roosevelt. O pan-americanismo parecia ser um projeto mais palpável, porque os princípios latino-americanos de não-intervenção e de autodeterminação seriam partilhados comumente. Em 1925, os Estados Unidos já se viam inclinados a substituir a “diplomacia do dólar e do ‘porrete’ para fazer face aos problemas da América Central e mesmo das nacionalizações do México¹¹⁵.

A Crise de 1929 acarretou em problemas no fornecimento internacional de produtos, ocasionando a quebra do modelo de integração mundial e o consequente “imperialismo do livre comércio”, devido à impossibilidade de manter os contratos desiguais estabelecidos entre os países europeus e a América Latina. Provocou em toda a América uma série de medidas autocentradas, conhecida como o desenvolvimento de estado. Tais medidas asseguraram aos países latino-americanos o maior crescimento

¹¹³ Ver Reyes.

¹¹⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **Obras do Barão de Rio Branco: Discursos**. Brasília, 2012.

¹¹⁵ Cervo acredita que o livre comércio existiu apenas como força discursiva, uma vez que na prática, os países europeus, especialmente a Inglaterra, estabeleceram acordos desiguais, impedindo a exportação de produtos que competiam com as suas colônias no Caribe, enquanto os produtos e indústrias ingleses encontravam em solos americanos o espaço para reproduzir seu capital. CERVO, Amado Luiz. **A instabilidade internacional (1919-1939)**, *op cit*, p. 153.

econômico do mundo, entre 1913 e 1950¹¹⁶.

As mudanças foram acompanhadas com a alteração do eixo outrora centrada nos países europeus para os Estados Unidos. Houve um grande desempenho dos países latino-americanos, no entanto, não resultou em uma transformação na estrutura econômica. Para Cervo, o continente latino-americano “não criava grandes empresas, não gerava tecnologia, importava máquinas e equipamentos, não exportava manufaturados, contraía dívidas irresponsáveis, exportava poupança”¹¹⁷.

O autor está parcialmente correto, visto que foi nesse período que surgiram empresas estatais importantes. No México, o período nacionalista foi essencial para a estatização de indústrias e de recursos naturais estratégicos como o petróleo. A Petróleos Mexicanos (PEMEX) foi fundada em 1938, o monopólio da exploração por meio do Estado promoveu um impulso econômico.

No período posterior a 1950, o Estado brasileiro seguiu o modelo nacionalista, criando a PETROBRAS e em 1973 a EMBRAPA, conformando o denominado Complexo Agroindustrial (CAI). O complexo possuía forte dependência do Estado responsável pela implementação de políticas favoráveis ao setor que incluía desde créditos com reduzidas taxas de juros até o desenvolvimento de novas tecnologias e inovações biológicas. Houve uma forte concentração dos investimentos no setor agrário, refletindo, de algum modo, as estruturas políticas do país. A ausência de diversificação da indústria se deu, em parte, pelos interesses políticos das elites nacionais.

A partir da década de 1980, os Estados latino-americanos foram paulatinamente mudando, em velocidades distintas, do Estado desenvolvimentista para o paradigma neoliberal. Em 1989, o Diretor-adjunto da equipe de planejamento de políticas do Departamento de Estado dos EUA, Francis Fukuyama, exortou que havia chegado o “Fim da História”. Ele vislumbrou, no colapso da União Soviética, não apenas o fim da guerra fria entre o Bem e o Mal, mas a vitória do capitalismo contra o comunismo, uma vitória triunfal dos EUA, bem como do modo de compreender e organizar o mundo.

Essa perspectiva estava atrelada a uma outra forma de conceber o período, denominada pelo pesquisador sênior do “Insitute for International Economics” em Washington, John Williamson, como “Consenso de Washington”. Embora muito mais humilde que Fukuyama, Williamson entendia que era necessário estabelecer um conjunto

¹¹⁶ *Op cit*; BARKIN, David. **Un Desarrollo distorcionado**: la integración de México a la economía mundial. Siglo veintiuno: México, 1991.

¹¹⁷ Cervo. A instabilidade internacional (1919-1939), p.153.

básico de requisitos, uma agenda mínima de responsabilidades associadas ao livre funcionamento das forças de mercado. Para o chamado "Consenso de Washington", é a construção da agenda comum que pode superar as crises geradas por colapsos sociais e econômicos que, tradicionalmente, em especial na América Latina, levaram ao uso do aparato militar para orientar o modelo econômico para o pagamento da dívida externa ou como forma de constrangimento financeiro ao Estado devedor.

Havia naquele consenso um cenário de liberalismo sustentável e amparado pelas melhores práticas alinhadas ao que na economia política se conhece como o modelo ortodoxo. Ideias como equilíbrio orçamentário de longo prazo, prioridade na contenção da inflação, liberalização da taxa de câmbio e limites ao endividamento público tornaram-se as regras de ouro da boa governança dos países alinhados ao "Consenso de Washington". Este não deixava de ser o retorno do imperialismo do livre comércio, baseado no não reconhecimento das assimetrias entre estados ricos e pobres, fincado, fundamentalmente, no *soft power*, mas justificado e defendido pelo aparato militar estadunidense na região.

Rivero¹¹⁸ faz um resgate histórico da formação dos Estados-nação. De acordo com o autor, alguns países não possuíam qualquer capacidade de obter o *status* de Estado-nação e adentram o século XXI como sendo Entes Caóticos Ingovernáveis (ECIs). Segundo o ex-diplomata peruano, o fato de os países colonizadores apressarem-se em reconhecer a independência e a incentivarem a consequente formação do Estado-nação dos países colonizados ocorreu com o intuito explícito de se eximirem completamente de qualquer responsabilidade perante estes. No entanto, os problemas sociais, étnicos, econômicos e políticos enfrentados pelos novos países fez com que – alguns desses localizados na América Latina e Caribe – não se configurassem como Estados-nação, mas como “Quase-Estados-nação”.

Os países colonizadores, por seu turno, deixaram a cargo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial toda a responsabilidade em criar projetos e financiar medidas para ajudar a formação e a consolidação destes “Estados”. Nessa perspectiva, a “dedicação quase exclusiva aos países do mundo subdesenvolvido, aliada

¹¹⁸ RIVERO, Oswaldo de. **O Mito do Desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Gilbert Rist realiza um estudo aprofundado sobre as origens do desenvolvimento, desde os filósofos gregos. O autor revela que a concepção a ideia de desenvolvimento tem uma mudança crucial com Santo Agostinho, deixando para trás a tradição circular que havia. O desenvolvimento, assim como a vida possuía um ciclo, o nascimento, o desenvolvimento e a morte. A partir da intervenção cristã ele será concebido de modo linear e infinito. RIST, Gilbert. **El Desarrollo**: historia de una creencia occidental. Los libros de la Catarata: Espanha, 2002.

à submissão de seus governos, transformou o FMI e o Banco Mundial em um poderoso e iluminado *clero supranacional*¹¹⁹ – de acordo com Rivero – “dedicado a pregar com fervor e convicção um *credo econômico único* para salvar os países subdesenvolvidos do inferno da pobreza e fazer deles economias capitalistas emergentes”¹²⁰. A busca incessante pelo desenvolvimento lembra, conforme o autor, a caçada ao *Eldorado*, uma espécie de atualização do mito.

Lima, por sua vez, chama atenção para a importância do período da construção da Indústria latina-americana, em 1945, fazendo-se presente como um grande debate no campo das ideias, permitindo o diálogo entre os extremos, assentindo haver um projeto autônomo. Não obstante, o Consenso de Washington, a crise fiscal, o neo-estruturalismo, seus limites e contradições foram fatores restritivos para os países latino-americanos, configurando o que denominou de pensamento único. O autor faz uma ressalva sobre a importância de um novo paradigma que dê conta dos aspectos, tanto sociais quanto econômicos, além de levar em consideração questões presentes no contexto latino-americano, como a existência de outras etnias em um mesmo território, que comumente, não são inclusas nas discussões sobre o Estado-Nação¹²¹.

No entanto, é sabido que os representantes desse clero supranacional são os representantes diretos de grandes empresas transnacionais, como afirma Stiglitz:

The institutions are dominated not just by the wealthiest industrial countries but by commercial and financial interests in those countries and the policies of the institutions naturally reflect this. The choice [of] heads for these institutions symbolizes the institutions' problem and too often has contributed to their dysfunction. While almost all of the activities of the IMF and the World Bank today are in the developing world (certainly, all of their lending), they are led by representatives from industrialized nations. (By custom or tacit agreement the head of the IMF is always a European, that of World Bank an American). They are chosen behind closed doors, and it has never ever been viewed as a prerequisite that the head should have any experience in the developing world. The institutions are not representative of the nations¹²².

¹¹⁹ Grifo nosso.

¹²⁰ Rivero, p. 65.

¹²¹ LIMA, Marcos Costa. **Development and Globalization in Periphery: the missed chain**. Perspectivas, São Paulo, v. 32, p. 15-46, ju/dez. 2007.

¹²² “As instituições são dominadas não apenas pelos países industrializados mais ricos, mas pelos interesses comerciais e financeiros desses países e as políticas das instituições refletem isso. A escolha dos diretos destas instituições simboliza o problema das instituições e, frequentemente contribuiu para a sua disfunção. Enquanto quase todas as atividades do FMI e do Banco Mundial hoje estão no mundo em desenvolvimento (certamente, todos os seus empréstimos), eles são liderados por representantes das nações industrializadas. (Por costume ou acordo tácito, o diretor do FMI é sempre um europeu, o do Banco Mundial é um americano). Eles são escolhidos por trás de portas fechadas, e nunca foi visto como um pré-requisito que a cabeça deve ter qualquer experiência no mundo em desenvolvimento. As

As instituições e seus líderes promoveram medidas e elaboraram receitas com alto teor conservador, sem levar em consideração os processos históricos particulares. Esse cenário internacional é reconhecido por Rivero como “selva global”. Para o autor, as medidas anunciadas pelo alto clero e as teorias econômicas, elaboradas pelos economistas liberais mais fervorosos, configuram, o que denominou de *Darwinismo Internacional*¹²³. Isto porque “o raciocínio econômico neoclássico que inspirou os políticos ultraliberais de finais do século XX utiliza-se dos mesmos axiomas básicos de *dualismo, conflito e evolução* expostos por Charles Darwin”¹²⁴.

Wallerstein faz uma crítica interessante a essa “fé secular”, denominada de progresso, pois os marxistas acreditavam “no progresso com, pelo menos, a mesma paixão”. Segundo o referido autor: “era difícil aclamar o proletariado sem antes prestar homenagem à burguesia”¹²⁵. Para este, a ideia segundo a qual o capitalismo apresenta um progresso em relação aos sistemas anteriores, necessitando apenas de alguns ajustes é infundada. Toda análise é realizada a partir de uma perspectiva unilateral, a qual os padrões, índices e categorias foram empreendidos pelas Organizações Internacionais, levando em consideração seus interesses privados, para justificar as medidas e executar a difusão do modelo de progresso/desenvolvimento adotados.

De todo modo, em 1990, os países latino-americanos já haviam concluído tal movimento, com a chegada de Carlos Salinas de Gortari no México, Alberto Fujimori no Peru, Fernando Collor de Melo no Brasil, assumindo a pauta internacional de maneira acrítica. Os dirigentes percebiam a abertura do mercado e a privatização de indústrias nacionais, como um processo modernizador, aceitando, assim, o discurso ideológico do centro hegemônico do capitalismo.

Nesse período, o México se afastou por completo da América do Sul, alinhando sua política aos Estados Unidos, atrelando a economia à política externa estadunidense, aberto a começar a configurar o Tratado de Livre Comércio do Norte. A única dissidente no continente foi Cuba que não consentia com a política dos EUA e manteve seu discurso antiamericano presente em suas relações com os países da região.

instituições não são representativas das nações. STIGLITZ, Joseph. The Promise of Global Institutions. In: David Herd e Anthony McGrew. The Global Transformations Reader Introduction to the Globalization Debate. Cambridge, UK: Polity Press, 2003. P. 479.

¹²³ Grifo nosso.

¹²⁴ Rivero, p. 88.

¹²⁵ WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. P.83-4

A Argentina denominou esta fase como *Estado Normal*, em contraposição ao período anterior, Estado desenvolvimentista, que foi adotado por toda a América Latina. Para a Carlos Saúl Menem (1989-1999) e seus dirigentes, o *Estado Normal* significava romper com os princípios diplomáticos latino-americanos da não intervenção e autodeterminação, “como também os princípios do direito internacional de que a ONU é guardiã, em favor de uma ordem regulada por relações de força”¹²⁶. Contudo, significava também subordinar a economia interna às regras impostas pelo Consenso de Washington.

Os países latino-americanos, com exceção de Cuba, procuraram tirar o maior proveito da relação com os Estados Unidos, o centro do sistema internacional que se formava. As relações internacionais se reduziram à “diplomacia ornamental” relativa aos novos temas abordados: i) meio ambiente; ii) governança global; iii) direitos humanos; e iv) intervenções humanitárias. Por certo, são temas de grande relevância, entretanto, os assuntos econômicos em nível internacional ficaram a cargo dos Ministérios econômicos, que por sua vez eram ocupados por jovens que haviam estudado em universidades estadunidenses ou trabalhado em alguma instância do FMI e o Banco Mundial¹²⁷. No caso particular do México: Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) concluiu o mestrado em administração pública em Harvard; Ernesto Zedillo (1994-2000) estudou em Yale; Vincent Fox de Quesada (2000-2006) fez uma pós-graduação em alta gerência em Harvard e foi o presidente da Coca Cola América Latina.

Percebe-se que havia uma filiação intelectual clara, não apenas por membros do governo, mas da presidência. Os Estados Unidos não apenas mudaram o eixo econômico das relações internacionais, mas também o cultural e o intelectual, ao passo que centrou energia em proferir um discurso ideológico modernizador, com o intuito de reatar os vínculos de dependência.

George H. W. Bush (1989-1993), assim que a Guerra Fria chegou ao fim, buscou a participação dos países latino-americanos para solucionar, de maneira conjunta, conflitos no continente. A necessidade dos Estados Unidos em buscar e estabelecer alianças “levou muitos no hemisfério a enxergar uma abertura para as mudanças nas políticas dos EUA que não haviam sido totalmente previstas, e que eram contrárias ao desejo histórico do país de agir livremente na região”¹²⁸.

¹²⁶ CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal**: as relações internacionais da América Latina. Revista Brasileira Política Internacional. 43(2): 5-27, 2000, p. 6.

¹²⁷ *Op cit.*

¹²⁸ Tulchin, *op cit*, p. 138.

As iniciativas dos Estados Unidos em estabelecer a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) acabaram surtindo em iniciativas pouco desejadas, os projetos de integração inter-regional: o Mercosul e o Pacto Andino. Tal conjuntura fortaleceu as relações entre os países sul-americanos, estimulou o regionalismo no continente latino-americano, assim como ampliou o protagonismo dos países da região na comunidade internacional¹²⁹. Havia, no entanto, espaços, não necessariamente contra-hegemônicos, mas que permitiam o uso da autonomia dos países latino-americanos sob o sistema de subserviência ao centro de poder.

Bill Clinton (1993-2001) continuou a política internacional de seu antecessor, agregando um princípio latino-americano à sua agenda política, o hábito das reuniões de cúpula. Os EUA sediaram a primeira Cúpula das Américas realizadas em Miami, em 1994. Os Estados da América Latina tiveram grande participação na formulação da pauta, incluindo até mesmo questões relacionadas ao livre comércio. Dois anos após o fim da Guerra Fria, alguns países do continente sul-americano e da América Central envolveram-se em disputas territoriais: Argentina e Chile disputavam a região montanhosa na fronteira entre os dois países; Argentina e Uruguai buscavam entendimento em relação à fronteira fluvial. El Salvador, Honduras e Nicarágua estabeleceram acordos para desarmar as minas terrestres ao longo do Golfo de Fonseca.

Os Conflitos Armados na América Central foram sucessivos conflitos armados que ocorreram a partir da década de 1960 como contraposição aos regimes ditatoriais implantados ou apoiados pelos Estados Unidos, com a finalidade de salvaguardar seus interesses geopolíticos na região. Os conflitos extrapolaram as fronteiras estatais, incorporando Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua.

No final da década de 1990, havia uma oposição marcada a pelo menos dois quesitos da política externa estadunidense, o embargo a Cuba e a crescente militarização estadunidense no combate ao narcotráfico. As tentativas de diálogo a respeito destes pontos foram frustradas, tanto no governo de George H W Bush como de Bill Clinton. Isto explica, ao menos em parte, os rearranjos políticos efetivados pelos países latino-americanos para enfrentar a hegemonia estadunidense no novo século¹³⁰.

Com o advento do 11 de setembro, no primeiro ano do mandato de George W. Bush (2001-2009), os Estados Unidos retomaram o unilateralismo. Encerrou-se a

¹²⁹ Tulchin, *op cit.*

¹³⁰ *Op cit.*

conformação de alianças, focando sua política externa no combate ao terrorismo, ao narcotráfico, angariando críticas duras por parte dos países latino-americanos, especialmente do hemisfério sul, representando, em muitos países, o fim do ciclo neoliberal.

A crise do neoliberalismo, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, conduziu a importantes mudanças em todo o continente sul-americano, tendo como consequência uma resposta nas urnas e a vitória da esquerda em toda a região: Evo Morales na Bolívia, Hugo Chaves na Venezuela, Rafael Correa no Equador, Lula no Brasil. No caso do México, a proximidade com os Estados Unidos fez com que tendesse a estabelecer o Tratado de Livre Comércio do Norte (TLCAN), em 1994, tutelando a economia mexicana à estadunidense, além de provocar problemas em setores sensíveis da sociedade, a exemplo do campesinato e o levante do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN)*. Tal tratado é o pano de fundo da política externa mexicana até então, mas não se limita a ele.

Desatar os laços com os Estados Unidos, ao menos parcialmente, levava a América Latina a buscar a autonomia no cenário internacional, não possuindo mais aquele como tutelo. Sem a proteção dos EUA, os países latino-americanos teriam que se responsabilizar por suas ações, “aqueles que não o fazem são conhecidos como ‘Free Riders’ [...] uma crítica comumente direcionada à América Latina”¹³¹. A perspectiva de Tulchin é parcial e não representa o conjunto dos países latino-americanos. Possuir autonomia é exercer o direito de se posicionar ou silenciar-se, de assumir responsabilidades que estão dentro do alcance de cada nação em particular. Afirmar que os países latino-americanos estão de carona na política internacional é dizer o mesmo em relação à história.

Quando Barack Obama assumiu em 2009, quase toda a América do Sul possuía presidentes esquerdistas que faziam, de algum modo, oposição aos Estados Unidos. Ao contrário de Bush, a política externa de Obama retomava a abordagem colegiada aplicada no governo de Bill Clinton. Além disso, sua agenda tratava de assuntos delicados como a ruptura do embargo econômico com Cuba, reformas nas políticas migratórias e uma nova abordagem em relação ao tráfico de drogas. O único ponto de pauta que conseguiu cumprir foi reatar os laços com o país caribenho. Em relação aos demais, os impasses

¹³¹ *Op cit*, p. 164.

políticos internos, a perda da base política no legislativo fez empacar as propostas de Obama.

No Brasil, Lula e Celso Amorim (Ministro das Relações Internacionais) procuravam articular os países da periferia do sistema capitalista, tanto os países africanos de língua portuguesa quanto os que viriam a compor os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Apesar de ser um acrônimo forjado pelo banco Goldman Sachs para designar os países emergentes com maior crescimento, foi muito bem acolhido com o intuito de forjar um grupo político, convertendo o crescimento econômico em influência geopolítica¹³².

Outrossim, a aproximação que o presidente tentava fazer em relação à América Latina foram atrapalhados por episódios como o de Honduras em 2009, quando o Senador da Carolina do Sul, James “Jim” DeMint, atendeu ao pedido do lobista do Conselho do Comércio de Honduras, Lenny Davis, para que aquele deixasse de apoiar o governo de José Manuel Zelaya Rosales. Apesar de ser membro da elite comercial e agrária de Honduras, logo quando assumiu a presidência, Zelaya, demonstrou simpatia ao governo de Hugo Chaves, declarou a intenção de compor a Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA), ampliou a participação popular na política. O estopim ocorreu por Zelaya propor um referendo nacional com o desejo de mudar a constituição para a população ter mais poder no governo do país¹³³.

O acontecimento evidencia não apenas o fato de América Central possuir resquícios do sistema penetrado – quando as elites agrárias procuravam os EUA para intervirem em benefício daquelas – mas também, o poder que um político estadunidense possui em exercer sua influência na política interna de outro país e sem o consentimento do governo central. O ocorrido inviabilizou qualquer tentativa de Obama em se aproximar da América Latina, buscando na reconciliação com Cuba, anular ou ao menos reduzir o sentimento antiamericano no continente.

O continente latino-americano continuou empenhado na tentativa de construir uma organização hemisférica sem a participação dos Estados Unidos. Durante o encontro do Grupo do Rio (Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe), no México em 2010, criou-se a Comunidade de Estados Latino-

¹³² PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2013; LIMA, Marcos Costa. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. In.: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2013.

¹³³ *Op cit.*

americanos e Caribenhos (CELAC) que foi formalizada em 2011, em Caracas. O grupo possui como objetivo maior “operar de modo independente dos EUA na preservação da paz na região quando consideravam que a militarização norte-americana era inapropriada, constituindo uma ameaça aos interesses nacionais”¹³⁴.

A América Latina continua em busca de autonomia no cenário internacional, por hora conturbado, em meio às crises político-econômicas internas e externas, às derrotas sofridas pela esquerda em todo continente, marcando o fim do *lulismo*, do *chavismo*, do *kirchnerismo*, do *castrismo* e com os dias de Evo Morales contados, haja vista não ter vencido o referendo que o possibilitava se candidatar pela quarta vez.

Os governos de Mauricio Macri na Argentina e Michel Temer no Brasil tomam rumos distintos de seus antecessores, voltando-se para uma lógica mais “neoliberal”, podendo dar um destino diferente ao que os países latino-americanos vinham buscando ao longo dos anos, haja vista demonstrar-se mais alinhado aos Estados Unidos. Percebe-se, assim, que a história das relações internacionais no continente é marcada por eventos de magnitude, por conflitos de interesses interestatais, por intromissão alheia, por convicções políticas e ideológicas, o que demonstra, de fato, a fragilidade de se aglutinarem, assim como de manter uma autonomia, de se representar de forma unida no sistema internacional, de aumentar o volume comercial e aproximar-se cultura e educacionalmente.

2.2 A Política Externa Mexicana

É importante atinar para a análise da política externa do México apontar para dois caminhos distintos, dependendo da perspectiva do observador. Ora, é possível perceber o teor apaixonado daqueles que vislumbam, na aproximação com os Estados Unidos, o grande momento vivenciado pelo país, o logro econômico, o desenvolvimento da economia mexicana, o aumento do volume de negócios. Ora, os críticos enxergam a aproximação como anulação completa ou parcial da autonomia política e econômica mexicana, obedecendo aos ditames do grande vizinho do Norte, relegando a este o seu próprio destino. Em vista disto, buscou-se examinar a política externa mexicana *per si*, entre a dependência e autonomia, no estabelecimento das relações com os países latino-americanos.

¹³⁴ Tulchin, *op cit*, p. 202.

A partir da assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC), o México reduziu e muito o diálogo com outros países e, principalmente, com o continente latino-americano. Isso se deu por diversos motivos: i) as crises econômicas consequentes da assinatura do tratado; ii) os conflitos internos no país; e iii) aproximação e subalternidade em relação aos Estados Unidos. Este último não ocorreu sem ajuda do setor empresarial que vinculava seus interesses ao estabelecimento de laços de proximidade com os EUA, visando maior participação no mercado interno mexicano voltado para a exportação. O espaço de atuação ocupado pelo México na América Latina era tão pequeno a ponto de o presidente dos Estados Unidos George W. Bush (2001-2009), em uma conversa particular com seu homólogo mexicano Vincent Fox (2000-2006) do Partido da Ação Nacional (PAN), advertir que o México estava perdendo influência na região¹³⁵.

Na década de 1980, seria impensável que algo similar a essa advertência pudesse ter ocorrido. O México era uma referência de estabilidade política, nunca instaurou uma ditadura, apesar da proximidade com os Estados Unidos e de ter tido governos democráticos de linha dura como Gustavo Diaz Ordaz (1964-1970) que procurou conter o movimento de contestação, inspirado em maio de 1968, de forma militarizada. Mas, de todo modo, o país abriu as portas para os exilados políticos de toda parte do mundo, fugidos das ditaduras militares ou socialistas.

A partir do governo Fox, o México procurará restabelecer sua política externa, adotando, em parte, a pauta estadunidense: i) a Guerra contra o narcotráfico; e ii) o controle da imigração ilegal. Para Tulchin, o México havia – em relação a este quesito, especificamente – de “assumir suas responsabilidades de uma maneira dedicada”¹³⁶. A política mexicana sempre passará pelo judicioso crivo dos Estados Unidos, seja por sua proximidade ou simpatia ao bolivarismo ou a Cuba, qualquer movimento que demonstrasse solidariedade a estes ideais seria execrado pelos EUA. Isto não significa dizer que o México não possuísse suas divergências em relação à política estadunidense, mas seria cauteloso ao pronunciar críticas abertamente.

No entanto, diante da repreensão de Bush, Jorge Castañeda Gutman, Ministro de Relações Exteriores de Vicente Fox, acreditava que seria um ótimo momento para uma reforma ampla nas relações hemisféricas e compôs um forte discurso para Fox apresentar em Washington. Neste, Fox/Castañeda advogava em prol do término do Tratado

¹³⁵ SUDAREV, Vladimir. **México y América Latina**: nueva etapa de relaciones. Traducción del artículo publicado en la revista rusa Латинская Америка No 6, 2013.

¹³⁶ TULCHIN, *op cit*, p. 220.

Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), um tratado de defesa mútua, assinada em 1947 na cidade do Rio de Janeiro, e instrumento de dominação dos Estados Unidos.

A proposta apresentada defendia a autonomia das nações no continente americano, mudando o foco do TIAR para uma questão mais interna em combate ao crime organizado internacional. Esta proposta foi apresentada no dia 09 de setembro de 2001, dois dias antes dos atentados terroristas que atingiria as torres gêmeas e o Pentágono nos Estados Unidos. Um advento que não poderia ter sido previsto por Fox nem seu ministro Castañeda, mas que levou à perda de credibilidade deste¹³⁷. O 11 de setembro iria forçar os EUA a retomar o unilateralismo no continente, dificultando assim, qualquer possibilidade de mudança nas relações internacionais, sobretudo no que diz respeito à defesa nacional militarizada e imigração.

É importante ressaltar que os dois presidentes possuíam vínculos com setores empresariais e tinham a tendência em aprimorar tais relações, ampliando a área de atuação geográfica do TLC, na tentativa de conformar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Por isso, era importante para Bush que Fox retomasse o diálogo com a região de maneira mais sistemática, fazendo do México, o porta-voz dos interesses dos EUA na América Latina, algo muito semelhante ao ocorrido no século XIX¹³⁸. Fox promoveu algumas iniciativas, pouco eficientes.

A primeira já mencionada anteriormente, foi a extinção do TIAR ou seu reordenamento estratégico; a segunda foi a proposta de intensificação do Grupo dos Três (G-3), criado em 1989. O G-3 era composto por México, Colômbia e Venezuela, tinha como propósito aumentar a integração econômica entre os países, além de estabelecer vínculos de cooperação com os países centro-americanos e caribenhos. Contudo, ao perceber que o Grupo estava alinhado à perspectiva neoliberal, Hugo Chaves (1999-2013) retirou a participação da Venezuela em 2003, provocando a fragmentação e o fim do Grupo, passando à América Central a ser a única opção de atuação da política externa mexicana.

A região já era uma área de influência mexicana e com o intuito de coordenar as diversas políticas nacionais em prol de objetivos comuns foi criado em 1991 o Mecanismo

¹³⁷ *Op cit.*

¹³⁸ Sudarev, *op cit*; CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal**: as relações internacionais da América Latina. Revista Brasileira de Política Internacional, nº43 (2), 2000; SOARES, Maria Susana Arrosa. **Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina**. ALAS. Disponível em: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf. Acesso em 05/09/2016.

de Diálogo e Concertação de Tuxtla que funcionaria como um Fórum de dirigentes mexicanos e dos países centro-americanos. Na perspectiva de fortalecer a liderança na região, antes mesmo de Vicente Fox tomar posse do cargo presidencial em 2001, já ventilava uma proposta de atuação mexicana na região: o Plan Puebla Panamá (a esse ponto retornar-se-á, com afinco, nos capítulos 3 e 4), que teria como meta principal aproximar a América Central ao ALCA e encurralá-la entre os dois principais sócios dos Estados Unidos no continente, México e Colômbia. Além disso, o México tentará arbitrar conflitos na região, especialmente nos diálogos entre o governo colombiano – sob a administração de Álvaro Uribe (2002-2010) – e os guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN), mas não obteve sucesso.

Na tentativa de restabelecer relações históricas e de demonstrar uma autonomia política, ainda que contrárias a Washington, Fox buscará a reaproximação com Cuba em 2002, uma vez que desde a assinatura do TLCAN em 1994, os presidentes mexicanos não visitavam o país. O México era o principal parceiro comercial de Cuba, mas os quase dez anos de negligências levaram a quase estagnação do fluxo de mercadorias. No momento da visita, Fox chegou a criticar o embargo estadunidense à ilha e pleiteou a retomada e normalização das relações.

Contudo, a política mexicana demonstrará sua real face, a perda parcial da autonomia, quando em 2002 o presidente Vincent Fox ligou para Fidel Castro e o pediu para que não comparecesse ao fórum da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento que teria acontecimento na cidade de Monterrey (México), tendo em vista a presença do presidente George W. Bush e, por isso, seria interessante evitar o encontro¹³⁹. Fidel Castro tornou público este fato e as relações entre os dois países entraria em uma fase de estremecimento, provocando a retirada da embaixada de Cuba do México em 2004 pelo fato de o México ter votado a favor do envio de um representante especial dos Direitos Humanos da ONU em Cuba. Este foi um evento pontual e estranho, por certo, haja vista o México respeitar o princípio da não intervenção dos países latino-americanos.

Assim é possível perceber que a política mexicana irá se encaminhar no liame entre os objetivos próprios do governo mexicano e a ampliação da área de influência dos Estados Unidos na América Latina. Em verdade, a política externa de Vincent Fox estava vinculada à estadunidense pelo fato de ele realmente acreditar nos preceitos econômicos

¹³⁹ Sudarev, *op cit.*

defendidos por aquele, e por seus interesses particulares, enquanto empresário se faz presente na expansão do modelo defendido pelos EUA.

A ideia presente na diplomacia mexicana de que o México não seria apenas uma ponte político-econômica entre os dois hemisférios, mas sim o responsável por harmonizar os interesses entre os Estados Unidos e a América Latina seria seguida pelo presidente mexicano. Essa doutrina foi formulada por Raúl Villanueva, nomeado embaixador no Chile em 2004¹⁴⁰. Com base nisto, Fox buscará uma aproximação maior com o hemisfério sul, demonstrando interesse em participar do MERCOSUL na condição de membro. Vincent Fox buscava aproximar-se com o intuito de promover a ALCA e convencer os países do Sul a comprarem a causa. No entanto, as divergências existentes na percepção política, econômica e de integração regional entre os países provocará o distanciamento de Fox.

A situação chegaria a seu estopim na cúpula presidencial das Américas na cidade de Mar del Plata (Argentina), ocorrida em novembro de 2005. Na ocasião, Bush e seus aliados não conseguiram finalizar a proposta da ALCA e por isso retirou-se da cúpula antes do encerramento formal. Vincent Fox, por seu turno, tomou à frente na defesa do projeto. Em resposta ao pronunciamento do presidente mexicano, Hugo Chávez o chamou de “*Cachorro del Imperio*”¹⁴¹. Além disso, o indigenismo presente na América do Sul, tendo como um de seus principais expoentes, o presidente boliviano Evo Morales apoiou os movimentos indígenas mexicanos, especialmente o EZLN, que tinha como pauta principal a autodeterminação dos povos originários e o reconhecimento da autonomia do Estado Indígena, provocando conflitos de interesses entre os países.

O presidente eleito em 2006, Felipe Calderón, também do PAN, continuou a política de aproximação com a América do Sul, em especial a Argentina. Na época, o neoliberalismo já demonstrava sinais de fracasso e já não fazia mais parte da política econômica da maior parte dos países americanos, especialmente dos localizados ao Sul. Dessa maneira, a ALCA deixou de ser o mote de atuação estratégica do México, procurando nas relações bilaterais uma forma de estreitamento. A Argentina, por conseguinte, irá buscar fora da América do Sul parcerias com o intuito de debilitar a forte

¹⁴⁰ Sudarev, *op cit*; VERDUZCO, Alonso Gómez-Robledo. **La Política Exterior Mexicana: sus Fundamentos Principales**. Anuario Mexicano de Derecho Internacional, vol.1., 2001.

¹⁴¹ “Filhote do Império”. Ver.: BBC BRASIL. **Chávez chama Fox de ‘cachorro’ e gera polêmica no México.** 11 de novembro de 2005. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/11/051111_mexicoas.shtml. Acesso em 10 de outubro de 2012.

dependência que possuía em relação ao Brasil; o México era tido como uma excelente via para alcançar seus objetivos. Mas, as relações entre os dois países não durariam muito pelo fato de a Argentina tomar medidas protecionistas e cessar o comércio com o México.

De todo modo, Calderón continuará com a mesma perspectiva de seu antecessor. Buscará uma parceria com a América Latina, ao passo que estreita e vincula sua política e economia aos Estados Unidos, procurando ampliar a área de atuação e consequentemente do Tratado de Livre Comércio, exercendo, na linha tênue que divide dependência/autonomia, a sua influência.

Destarte, verifica-se que o presidente Vincent Fox foi importante para a política externa mexicana à medida que recuperou as relações que haviam sido suspensas por quase dez anos e Calderón por ter continuado com a política de seu antecessor. De algum modo, Fox traçou o fio condutor da política internacional mexicana para América Latina e Caribe. Em relação a este, em muitas ocasiões reproduziu fielmente os mesmos instrumentos utilizados pelos Estados Unidos: i) o peso de sua economia; ii) o poder de atuação de seus empresários, acompanhados pela existência não ameaçadora, mas presente das forças armadas, para estabelecer sua hegemonia na região. Certamente que o comércio com o Caribe não substituirá em volume e importância o TLCAN.

2.3 Tratado de Livre Comércio do Norte

O México, antes de 1994, possuía relações de proximidade, amizade e comércio com outros países da América Latina, Europa, Ásia e mesmo com os Estados Unidos. A proximidade com este, certamente, implicava em um maior volume comercial, assim como estabelecimento de vínculos de amizade. Afinal, os dois países compartilham 3.141 km de fronteiras, sendo considerada a maior do continente americano e uma das maiores do mundo.

A fronteira, por sua vez, estende-se de San Diego, na Califórnia e Tijuana em Baja Califórnia, a oeste; e Matamoros, em Tamaulipas e Brownsville no Texas, compondo os mais variados terrenos, climas e paisagens, desde grandes cidades fronteiriças a desertos inóspitos e é considerada a mais movimentada do mundo.

Assim, o avizinhamento, o estabelecimento de acordos, parcerias comerciais seria uma resposta à proximidade e fronteira partilhada entre os dois países. O acercamento e distanciamento destas relações acompanharam, evidentemente, os momentos políticos vivenciados pelos países em questão. A guerra que levaria o México a perder grande parte

do seu território, o alinhamento político-ideológico partilhado por Porfirio Díaz (1876-1911), o distanciamento do México revolucionário, o nacionalismo da década de 1930, serviu como pano de fundo do diálogo existente. Desse modo, havia entre ambos os países o que os analistas internacionais denominaram de *integração silenciosa*¹⁴².

Dessa maneira, o TLCAN, assinado em 1994, seria a manifestação do desejo de manter e ampliar a integração já existente. Contudo, é sabido que não se tomam decisões no momento em que são anunciadas. As ideias passam por momentos de maturação e delineamentos, envolvendo um longo período de diálogo e um número considerável de pessoas. Dois anos após a assinatura do Tratado, ainda pairavam no ar as dúvidas sobre a origem do mesmo que foi solucionada a partir da investigação de Von Bertrab. De acordo com o autor, em 1990, durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, após um longo dia exaustivo de discussões, os membros da comissão mexicana se recolheram nos quartos de hotel:

El doctor Jaime Serra Puche, secretario de Comercio y Fomento Industrial de México, agotado por el arduo trabajo del día, se recostó en la cama y dormitó por un rato sin percibir que la puerta no había quedado bien cerrada. Poco tiempo después escuchó el suave abrir de la puerta ya allí, enfrente de él, para su sorpresa, vio al presidente de México de pie vestido con una bata diciéndole: “Jaime, ¿qué pensarías sobre proponer a los Estados Unidos un tratado de libre comercio?”. ¡Ahí estuvo el origen de todo!¹⁴³

Antes de revelar tal acontecimento, tinha-se apenas especulações a respeito das origens do TLC. Em muitos casos, os analistas e pesquisadores puseram os EUA na centralidade das articulações para viabilizá-lo, responsabilizando-os pela implantação do Tratado de maior transcendência econômica presente e futura do México. Por certo, o presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) não imaginava a magnitude que o TLC iria tomar, nem suas consequências. Urdaniva acredita que no momento que o presidente mexicano sedimentou as ideias para propor e tomar a pauta política e econômica do México dali em diante, não era a mais propícia, considerando o tratado como sendo “la

¹⁴² URDANIVIA, Frederico Novelo; SALGADO, José Flores. **Alternativas para la Integración de América del Norte**. Producción Económica, 2008, 2010. México: UAM Xochimilco.

¹⁴³ “O doutor Jaime Serra Puche, secretário de Comércio e Fomento Industrial de México, esgotado devido ao árduo trabalho do dia, se deitou em sua cama e cochilou por um tempinho sem perceber que não havia fechado bem a porta. Pouco tempo depois escutou o suave abrir da porta e ali, em sua frente, para sua surpresa, estava o presidente mexicano de pé vestido com um roupão lhe dizendo: “Jaime, que pensas sobre o fato de propor um tratado de livre comércio aos Estados Unidos? Aí estava a origem de tudo! VON BERTRAB, Herman. **El Redescubrimiento de América. Historia del TLC**. Fundo de Cultura Económica (FCE): México, 1996, p. 28.

transcendencia histórica de una insomnia presidencial en Suiza”¹⁴⁴.

Outrossim, a proposta de integração mexicana era diferente, haja vista o Secretário de Comercio e Fomento Industrial, Jaime Serra Punche ter se pronunciado com o intuito de reiterar que havia feito um Tratado de Livre Comércio, não de união alfandegária ou mercado comum. As diferentes propostas encampadas por cada Estado em particular produziu uma confusão de ordem política que reduziu à proposta mexicana, a um mercado comum, sem o reconhecimento factual das assimetrias, restando para o México buscar um reposicionamento comercial do país, centrar nas exportações para os EUA e buscar no Investimento Externo Direto (IED) o balanço da conta corrente¹⁴⁵.

Nenhum desses caminhos levaram ao crescimento da economia mexicana, pelo contrário, colocou-a em uma camisa de força que impede as reformas necessárias para regular o Tratado à realidade do país. Nas cláusulas contratuais, se é permitido que os países estabeleçam suas leis de maneira autônoma, mas pode ser utilizado o mecanismo de arbitragem, caso venham a atrapalhar o funcionamento do acordo estabelecido. Afora isto, a dinâmica econômica do mercado comum limitou a economia às exportações, por sinal, não mexicanas, do mesmo modo que obrigou o país importar, devido aos grandes subsídios concedidos pelos EUA aos produtos agrícolas, impossibilitando o México a competir de modo paritário no mercado interno¹⁴⁶.

A degradação das condições de trabalho se deu nos três países, em níveis distintos, mas prejudicou especialmente a classe operária. O que os ideólogos do neoliberalismo denominaram de pós-industrialismo¹⁴⁷, resultou ser a desindustrialização dos Estados Unidos e Canadá, provocando o desemprego em massa e a subcontratação da mão-de-obra no México. Os trabalhadores dos três países preveem que com a concretização da Integração Física, as condições chegarão a níveis ainda maiores¹⁴⁸.

No período anterior a Miguel de la Madrid (1982-1988), o México controlava seus próprios recursos e destino econômico, especialmente, no que dizia respeito à limitação do investimento estrangeiro. A política não era apenas o caminho para controlar o país,

¹⁴⁴ “Transcendencia histórica de una insomnia presidencial en Suiza”. URDANIVA, Frederico Novelo. **La Política Exterior de México en la era de la Globalización**. Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco: México, 2000.

¹⁴⁵ Urdaniva e Salgado, *op cit*.

¹⁴⁶ Salgado e Urdaniva, *op cit*; CABRERA, Sergio. **Las reformas en México y el TLCAN**. Revista Problema del Desarrollo, 180 (46), enero/marzo 2015.

¹⁴⁷ KUMAR, Krishna. **Da sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna**: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1997.

¹⁴⁸ Cabrera, *op cit*.

mas, sobretudo, a participação do Estado como guardião maior da economia¹⁴⁹. Eram os resquícios do desenvolvimento de estado presente na América Latina que preservava a autonomia das políticas econômicas dos países.

O resultado do esquema adotado foi a crise da dívida que estourou em 1982. Nesse caminho, México foi obrigado a modificar sua estrutura econômica e estabelecer novos vínculos políticos e comerciais. O presidente Miguel de la Madrid abandonou as sólidas tradições de protecionismo e intervenção governamental, acelerando os processos de privatizações, com a inauguração de pactos anti-inflacionários, com a incorporação do México ao Acordo Geral sobre Impostos Alfandegários e Comércio (GATT em sua sigla em inglês), além da abertura comercial unilateral.

Demonstrava, assim, uma simpatia pelas políticas neoliberais já presentes, adotando seus preceitos: i) diminuição do gasto público; ii) aumento da renda do Estado; iii) elevação das taxas de juro; e vi) redução da liquidez do sistema econômico¹⁵⁰. Estas medidas eram acompanhadas pelas privatizações e da desregulação do sistema, coadunando para a denominada *mudança estrutural*.

Com o advento do TLC, os Estados Unidos se demonstraram abertos a estimular o diálogo e chegaram a reconhecer explicitamente as assimetrias entre os dois países, puseram o México no posto de nação mais beneficiada do planeta, recepcionaram o presidente mexicano com honrarias reservadas à rainha da Inglaterra¹⁵¹ e procuraram mudar a imagem de México no cenário mundial e “ya no se trataba más del *pobre* México que estaba tan cerca de Estados Unidos, sin del *afortunado* México por tener un vecino rico y consumidor”¹⁵².

Contudo, de um país que possuía total controle de sua economia passou a ser altamente dependente dos Estados Unidos. Dependência esta que ampara o crescimento econômico do país que passa a ser uma grande preocupação para economistas e especialistas, uma vez que qualquer desaceleração da economia estadunidense traria prejuízos incalculáveis para México.

Uma das medidas propostas pelo presidente Vicente Fox (2000-2006) foi a de

¹⁴⁹ WEINTRAUB, Sidney. **Comentarios sobre la política económica exterior mexicano**: la opinión de un estadounidense. In.: ARNAU, Remedios Gómez; SUÁREZ, Rosío Vargas; REA, Julián Castros (Orgs). Las políticas exteriores de Estados Unidos, Canadá y México en el umbral del siglo XXI. UNAM: México, 2003, p. 239-241.

¹⁵⁰ É importante mencionar que a maior parte dos administrados de Estado e presidentes do México estudaram em universidades estadunidenses, beberam nas fontes ideológicas dos pensadores econômicos dos EUA e por isso, não houve qualquer problema para porem em prática tais perspectivas.

¹⁵¹ Urdaniva, *op cit*.

¹⁵² Waintraub, *op cit*, p. 240.

construir mercados alternativos. À época, o presidente cogitou a possibilidade de estabelecer um Tratado de Livre Comércio com o MERCOSUL¹⁵³ (como visto anteriormente). Além disso, propôs um corredor comercial, denominado Plan Puebla Panamá (PPP), que ligaria regiões mais desfavorecidas de México a toda América Central, como uma possibilidade de diminuir as disparidades existentes entre o norte-industrializado e o sul-pobre de México.

Como forma de tornar o país mais atrativo para o investimento estrangeiro, México encampou uma política de desvalorização salarial que acabou por limitar o poder aquisitivo da população em geral. Esse cenário fez com que o país, mesmo grande em termos populacionais, tivesse um mercado interno pequeno, centrando, assim, sua atenção nas exportações. Nesse caso, em havendo uma grande crise capaz de promover uma desaceleração da economia estadunidense, o México, por não ter um grande mercado consumidor interno, não teria como compensar. E, em meio à crise, é praticamente impossível destinar as mercadorias de exportação para outros países¹⁵⁴.

Weintraub faz uma crítica à estrutura econômica mexicana, baseando-se em parâmetros criados e implementados pelo próprio Estados Unidos. Para ele, México não entrou na nova economia pelo fato de não se focar em atividades como informação e tecnologia e, se por um lado aventura-se nessas questões, não possui pessoal capacitado. O autor não leva em consideração as assimetrias existentes entre os dois países, além de não compreender o longo processo histórico de dependência criada entre a Europa e as elites latino-americanas, fazendo aparentar que existiu por parte de México a falta de vontade política. Apesar das críticas realizadas, Weintraub afirma que

Para México, el TLCAN fue el tratado internacional más importante del siglo XX; fue la proclamación del nuevo modelo de desarrollo que empezó después de la crisis de la deuda de 1982. Uno de los motivos de Salinas para ingresar al libre comercio con Estados Unidos y Canadá era entrar al nuevo modelo y, como lo hemos visto desde entonces, se logró. Cuando la crisis económico-financiera irrumpió en 1994-1995, México no sólo revirtió su práctica anterior de imponer controles de importación para corregir su gran déficit de cuenta corriente – ya que

¹⁵³ Ver Weintraub; MENDONZA, Eduardo Jorge. El TLCAN y la integración económica de la frontera México-Estados Unidos: **situación presente y estrategias para el futuro**. Foro Internacional, vol XLV, núm. 3. Julio-septiembre 2005. Colegio de México: México; URDANIVA, Frederico Novelo; SALGADO, José Flores. **La economía mexicana ante el agotamiento del Tratado de Libre Comercio de América do Norte**. Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco: México, 2006; ALBA, Carlos. **México después del TLCAN: el impacto económico y sus consecuencias políticas y sociales**. Foro Internacional, nº 171, 2003.

¹⁵⁴ *Op cit.* p. 243.

esto seguramente habría acabado con TLCAN sino que, en lugar de eso, ejerció una política macroeconómica. El resultado fue una segunda caída en el PIB, pero sólo por un año, y luego un crecimiento continuo anual después de 1995. Por el contrario, el estancamiento económico después de la crisis de 1982 duró mucho más de una década¹⁵⁵.

Dito em outras palavras, o autor acredita veementemente que o México foi salvo pelo TLCAN, como um gesto generoso realizado pelo irmão mais velho. Menciona o problema salarial da população mexicana como sendo um problema único e exclusivo desse país, sem mencionar as pressões sofridas por empresários e seus homólogos políticos para que servisse de atrativo aos investidores estrangeiros. Essa política de decréscimo salarial, encampada na década de oitenta e repetida em 1995, faz com que o salário mínimo mexicano seja, nos dias atuais, de MXN 1.400 (mil e quatrocentos pesos mexicanos), equivalente a R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), aproximadamente.

O autor indica, ainda, que o mapa econômico mundial, sob uma perspectiva mexicana, deve se concentrar nos Estados Unidos, uma vez que este país concentra mais de 80% das exportações de bens e serviços de México, além das corporações estadunidenses serem responsáveis por dois terços do IED.

Parece que essa é a perspectiva dominante no que tange à política internacional, ao menos sob a ótica de alguns especialistas. Apesar de indicarem as relações de México com os países latino-americanos, sobretudo concernente aos temas de comércio e investimento, estão mais sob o ângulo das oportunidades que dos desafios, põe essas relações como sendo de menor importância. Mena¹⁵⁶ afirma que até meados de 2000, México possuía acordos de livre comércio com o Grupo dos Três. Além de manter relações econômicas com a Bolívia, Costa Rica, Nicarágua e o chamado Triângulo do Norte – Guatemala, Honduras e El Salvador. De acordo com o autor, esses

[...] tratados son de efecto muy limitado para México. Si se observa el porcentaje en que se ha incrementado el comercio, se podría pensar que esos acuerdos han tenido gran impacto: de 1992 a 1998 aumentaran 404 por ciento las exportaciones de México a Chile, y de 1995 a 1998 las exportaciones de México crecieron 198 por ciento a Costa Rica; 214 por ciento a Venezuela; 157 por ciento a Bolivia y 47 por ciento a

¹⁵⁵ *Op cit*, p. 245.

¹⁵⁶ MENA L.N, Antonio Ortiz. **La dimensión económica de la política exterior mexicana: retos y disyuntivas**. In.: ARNAU, Remedios Gomez; SUÁREZ, Rosio Vargas; REA, Julián Castro (Coordinadores). Las políticas exteriores de Estados Unidos, Canadá y México en el umbral del siglo XXI. Ciudad de México: UNAM, 2003.

Colômbia¹⁵⁷.

Mesmo parecendo muito, em termos reais, essas exportações, realizadas a cada país, não representaram nem um por cento das exportações mexicanas. Segundo ele, mesmo tendo poucos efeitos positivos, não se pode subestimar a importância dos tratados com os países latino-americanos, sobretudo, com os países menores, uma vez que “constituyen una manera de generar incentivos para lograr mayor cooperación de esos países con México en temas no económicos”¹⁵⁸.

A aproximação em relação aos países latino-americanos estaria voltada mais para a questão política que necessariamente econômica. Os países promoveriam consensos sobre temas globais, parte da agenda das Organizações Unidas, atuando com coesão e força, com o intuito de promover mudanças estruturais, a exemplo da tentativa de mudar o sistema financeiro. Quando o assunto gira em torno das relações comerciais, a questão é mais complicada, porque para México estabelecer outros Tratados de Livre Comércio ou mesmo simples tratados bilaterais, necessitaria ter o aval dos Estados Unidos. Nesse caso, México não arriscaria se distanciar do “lugar privilegiado” que ocupa no TLCAN.

Do ponto de vista político, a integração de países latino-americanos foi demasiadamente positiva, pois perceberam, na unidade, uma forma de obter força quanto ao cenário internacional. As instituições internacionais, em especial o Banco Mundial e o FMI, foram forjadas com intenso grau de desigualdade nos processos de consulta. Os países centrais possuem 61.1% dos votos, dos quais apenas os Estados Unidos têm 17.4%, enquanto os países em desenvolvimento possuem em seu conjunto 30.9% dos votos¹⁵⁹.

Fica evidente a dificuldade para mudar determinadas regras que prejudicam essas nações. A formação de um bloco/blocos econômico-político representou, para os países da América Latina, uma possibilidade de mudar a estrutura financeira internacional ou mesmo de criar outros caminhos independentes, além de desenvolver estratégias coletivas para solucionar problemas que, individualmente, não seriam possíveis de serem resolvidos.

No entanto, a fase mais recente da integração regional, a integração física, revela outras dinâmicas internas e, como consequência, a reprodução do sistema global, no qual o maior país, em termos econômicos e territoriais, procura meios para estabelecer seus

¹⁵⁷ MENA, p. 224-25.

¹⁵⁸ *Op cit*, p. 226.

¹⁵⁹ VALENCIA, Carlos Alberto Téllez. **Altas Finanzas y el Sistema Financiero en América Latina y México**. Revista Tamoios. Vol. 3, nº1. Jan/jun 2007.

interesses. Esses, por seu turno, estão estreitamente articulados com o capital financeiro, tanto para o financiamento dos projetos (articulando as empresas nacionais para a efetivação) como para a apropriação de recursos naturais estratégicos em benefício próprio.

3. INTEGRAÇÃO FÍSICA REGIONAL MESOAMERICANA

A integração física mesoamericana é um assunto que desde o princípio chamou atenção tanto dos movimentos sociais, indígenas, camponeses, outros setores da sociedade civil organizada quanto dos governos. O projeto de integração nasce, oficialmente, em 2000, no governo de Vicent Fox Quesada¹⁶⁰ e possuía o nome de “Plan Puebla-Panamá” (PPP). Tinha a intenção de interligar as regiões sul e sudeste do México, formando um corredor comercial que iria de Puebla, estado localizado logo ao sul da Cidade de México, até o Panamá. Em março de 2001, foi lançado o primeiro documento base. O capítulo dedicado ao México apresenta o Plano como um mecanismo vivo que propiciaria, de maneira permanente e contínua, um diálogo sobre o desenvolvimento e os laços de cooperação com os países da América Central¹⁶¹.

O México procurou, ao longo da década de 1990, ampliar sua política internacional, formalizando acordos com os países da América do Norte, através do Tratado de Livre Comércio do Norte (TLCAN); estreitando relações com a União Europeia e com os países da América Central, com exceção do Panamá. Nesse contexto, o país alcançou significativo aumento no que tange o comércio internacional, além de promover seu reposicionamento na economia mundial. Mas, assim como ocorre na maioria dos países, os investimentos, as políticas públicas e atuação empresarial tendem a eleger um estado ou região, sendo acompanhado pelos fluxos de capital. Assim, os estados do centro e norte do país ganharam destaque por sua proximidade com os Estados Unidos, negligenciando os estados do sul e sudeste do país (composto pelos estados de Campeche, Chiapas, Guerrero, Oaxaca, Puebla, Quintana Roo, Tabasco, Veracruz y Yucatán), aprofundando disparidades históricas¹⁶².

Para convencer a população de suas ações, o Estado mexicano utilizou um discurso emotivo: “el cambio de México no será inteligente si no potencia, la energía, entereza e imaginación de su recurso fundamental: los mexicanos y mexicanas¹⁶³”. Este,

¹⁶⁰ Vincent Fox Quesada foi o sexagésimo quarto presidente do México que cumpriu seu mandato no período de 2000-2006. Membro do Partido da Ação Nacional (PAN) foi o primeiro candidato a vencer o Partido Revolucionário Institucional (PRI) que estava no poder há 70 anos. Ele era, além de um candidato influente, o presidente da Coca-Cola América Latina.

¹⁶¹ Ver MÉXICO, Presidencia de la República. *Plan Puebla-Panamá – Capítulo México: Documento Base*. Março de 2011. Disponível em: <http://www.rmalc.org/historico/ppp/index.php.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

¹⁶² *Ibid.*

¹⁶³ “A mudança de México não inteligente se não potencia a energia, inteireza e imaginação de seu recurso

por seu turno, procura aglutinar os cidadãos, estados e municípios em um objetivo comum: desenvolvimento das regiões sul e sudeste, como perspectiva estratégica no que diz respeito ao desenvolvimento nacional, mas também no tocante a maior participação do país no comércio regional, propondo, pela primeira vez “a participar de maneira decisiva en una macro-región de vital importância para México: Centroamérica”¹⁶⁴.

Fox representava a possibilidade de mudança, por ser o primeiro a vencer o Partido Revolucionário Institucional (PRI), há 75 anos no poder central¹⁶⁵. Antes disso, havia sido governador de Guanajuato, estado localizado no centro do país. Era um momento peculiar na história, visto que o México ainda vivenciava uma conturbação político-financeira herdada de administrações anteriores, de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) e Ernesto Zedillo (1994-2000). Eles se culpavam mutuamente pela situação a qual México se encontrava: o país passava por uma das maiores crises, devido à falta de reservas, conhecido como *efeito tequila*. A cotação do dólar aumentou 100%, diminuindo a liquidez do país e da população como um todo.

Salinas ainda teve que lidar com o levante do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN). Os indígenas e simpatizantes da causa, deflagraram uma grande revolta no sul do México, Chiapas, no dia 1º de janeiro de 1994, no dia em que seria assinado o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). Este seria o grande causador da crise e dos inúmeros conflitos sociais, políticos e dos entraves econômicos.

Essa era a realidade social, política e econômica que Fox tinha que enfrentar, ao passo que era o representante da classe empresarial alinhada à política econômica desenhada pelos EUA, uma das poucas classes favorecidas com o TLCAN. Percebe-se, nesse sentido, que o presidente eleito tinha um caminho a traçar: i) ganhar a confiança da população frente aos projetos neoliberais empunhados pelo TLCAN por provocar uma mudança drástica na vida do cidadão; ii) lidar com a luta pelo reconhecimento da autonomia dos Estados e povos indígenas; iii) manter os laços com sua classe, conter a

fundamental: os mexicanos e mexicanas. *Ibid*, p. 3.

¹⁶⁴ [...] “participar de maneira decisiva em uma macro-região de vital importância para México: América Central”. *Ibid*, p. 4.

¹⁶⁵ A Constituição mexicana não permite a reeleição em nenhuma das instâncias de governo, mas por mais que se mudasse a figura do presidente, o partido possuía tamanho poder a ponto de determinar a pauta política presidencial. O caso mais emblemático foi o de Luis Donaldo Colosio-Murrieta. O candidato do PRI foi assassinado durante a corrida presidencial no dia 23 de março de 1994. As investigações levavam a crer que os mandantes eram do próprio partido. No dia 28 de setembro do mesmo ano, apenas meses após o assassinato de Colosio, o presidente do PRI, José Francisco Ruiz Massieu, também foi morto, eliminando assim os dois maiores líderes do partido.

inflação, ganhar a confiança do mercado, ir em busca de novos investimentos, enfim, encontrar o caminho do desenvolvimento.

Do ponto de vista político, era o momento de buscar a unidade social e política de um país diverso, dividido; promover o diálogo com os setores da sociedade que sentiram o impacto, positivo e/ou negativo, do TLCAN, estabelecer uma pauta no mínimo interessante para amenizar as disparidades econômicas entre regiões; atender às demandas dos indígenas e camponeses; propor mudanças no que dizia respeito ao rumo do próprio país. O Plan Puebla-Panamá foi o caminho que Fox encontrou para alcançar estes objetivos. O Plano procura, em primeiro lugar, fazer com que as regiões sul-sudeste tivessem condições semelhantes aos estados do norte e centro do país. O sul-sudeste seria a nova região de desenvolvimento, atraindo novos investimentos, aumentando o potencial *produtivo* do país, provocando o crescimento de sua economia. Entretanto, também procura valorizar a experiência democrática, o nível de vida da população, aumentar sua capacidade de consumo e valorizar sua cultura.

O Plano é, em realidade, uma verdadeira incógnita, uma vez que os especialistas, a sociedade civil organizada, os movimentos indígenas e camponeses realizaram, desde o primeiro momento, críticas duríssimas àquele, tanto por seu conteúdo como pelo processo democrático praticado pelo mesmo¹⁶⁶. Contudo, não detalharam em suas críticas, o Plano como um todo. De modo que qualquer cidadão, vigorosamente empenhado em compreender o momento político que o México estava passando, atém-se a partes muitas vezes desconexas, já elaborando, antecipadamente, suas conclusões.

Certamente, o que será apresentado e analisado aqui são as partes mais importantes do projeto; procurar-se-á abarcar o documento como um todo, mas elencando as questões essenciais para o presente trabalho. Valorizar-se-á, seguramente, tudo aquilo que se refira à questão ambiental, as relações ancestralmente estabelecidas entre sociedade e natureza. Entende-se que o meio ambiente é parte central do processo de Integração Física Regional. Por um lado, por compreender que o Capital articula, não apenas as forças produtivas, mas sobremaneira, a matéria-prima necessária para produzir mercadorias¹⁶⁷; assim como o uso militar efetivado pelo Estado para agredir as

¹⁶⁶ Marín faz uma crítica essencial ao caráter democrático do Plano, visto que esse pretende ser alvo de consultas constantes pela população, mas as estas ocorreram na fase inicial e se resumiram a cidades muito pequenas, localizados em províncias, quase escondidas. Ver: MARÍN, Andrés Barreda. **Los Peligros del Plan Puebla-Panamá**. In.: Mesoamérica, los ríos Profundos: Alternativas Plebeyas al Plan Puebla-Panamá. México: Instituto Maya, 2001. p. 133-144.

¹⁶⁷ Importante lembrar o que foi posto no primeiro capítulo por Hilferding, no que tange a necessidade de articular o capital financeiro e capital natural, estabelecendo o monopólio completo sobre todo o

comunidades indígenas em resistência na selva¹⁶⁸.

Por outro lado, os entendimentos sobre a natureza trazem à tona, não apenas duas concepções distintas de mundo, mas dois mundos completamente distintos: o Estado, economistas ortodoxos e investidores enxergam a natureza como possibilidade de investimento, ainda que sob o cuidado ou a tutela do discurso e, apenas deste, do desenvolvimento sustentável; em confrontação a esta ideia estão indígenas, camponeses e simpatizantes que veem *la madre tierra* como fonte de vida, portanto, sagrada e devidamente respeitada.

Os indígenas mexicanos, especialmente, acreditam que pode haver muitos caminhos a serem seguidos, por isso a luta por parte de determinadas sociedades ou grupos para o reconhecimento da autonomia do Estado Indígena. Outras sociedades e grupos defendem a liberdade ou autonomia de viverem, inclusive, sem Estado. O que não quer dizer que não haja diálogos entre sociedades, nem renúncia do conhecimento técnico alcançado, mas apenas que se possui diferentes concepções/formas de produzir e reproduzir a vida. Durante o “Encuentro Nacional Indígena y Campesino”, ocorrido entre 7 e 9 de março de 2014 em Cuetzálán, Puebla, o discurso de um representante do *Movimiento Agrario Indígena Zapatista* (MAIZ) deixa muito claro essa concepção quando disse: “mi abuela decía que los maíces nativos hay muchos colores ¡así son las ideas!”¹⁶⁹ (*sic.*). Fica explícito, nesse caminho, a complexidade, tanto das relações indígenas como do próprio México, diante das transformações que o país estava e está passando.

Por isso, acredita-se que a análise do documento é importante por pelo menos três motivos: i) não recorrer a meras suposições, mas sim aos fatos apontados, elencados e propostos pelo Plano, haja vista sua relevância para esse trabalho; ii) é uma obrigação fazê-lo em respeito a toda sociedade mexicana, que desde a assinatura do TLCAN olha com desconfiança as relações internacionais pelo fato de valorizar as políticas neoliberais e levantou toda uma discussão política, econômica, existencial. Discussões essas que coadunaram em um sem número de protestos, artigos jornalísticos e científicos; e iii)

processo de produção, configurando uma das formas possíveis de imperialismo.

¹⁶⁸ Y aunque suene exagerado, se requiere terminar el repaso de las diversas actividades en el CBM [Corredor Biológico Mesoamericano] haciendo un especial reconocimiento a los biólogos del complejo militar industrial que se han dedicado al diseño de armas ambientales y biológicas para la agresión de las comunidades indígenas de la selva en resistencia. Mención necesaria no sólo por su hábil bombardeo de ratas y culebras [cobras], fumigación con desfoliantes y agroquímicos que destruyen selectivamente los cultivos, introducción de maíz transgénico en la región de la selva [...]. MARÍN, *op cit*, p. 157.

¹⁶⁹ “Minha avó dizia que os milho nativos tinham muitas cores. Assim são as ideias” (*Sic.*). Tradução do autor. Frase dita por um representante do Movimento Agrário Indígena Zapatista (MAIZ).

recuperar a confiança dos movimentos sociais, especialmente, indígenas e camponeses em relação aos pesquisadores. Nessa perspectiva, iniciar-se-á a análise do Plano no subitem que segue.

3.1 Esmiuçando o Plan Puebla-Panamá

As manifestações iniciaram-se três meses antes de Vicent Fox começar seu mandato e se seguiram até fins de 2003. No entanto, não quer dizer, em absoluto, que o Plano deixou de existir, pelo contrário, fortaleceu-se nos bastidores da política e da mídia, ganhou corpo e procurou articular o capital financeiro (capital bancário + capital industrial), eximindo do debate os setores da sociedade supramencionado. De todo modo, o debate se estendeu pelo fato de o Plano ser uma espécie de panaceia. De acordo com o Capítulo México do Documento Base

Para la región Sur-Sureste de México el Plan Puebla-Panamá centra su atención en un conjunto de acciones gubernamentales seleccionadas estratégicamente para atacar en forma directa algunas de las causas estructurales del rezago de la región, en las áreas de desarrollo humano, infraestructura, cambios institucionales y regulatorios, y políticas de estado que promuevan, incentiven y faciliten las inversiones productivas privadas¹⁷⁰.

As propostas do Plano são, no mínimo, contraditórias, visto que propõem ações governamentais que promovam, incentivem e facilitem os investimentos privados, anunciando de pronto, mudanças no marco regulatório que já vislumbram, de maneira antecipada, renúncia de garantias de direitos conquistados pela Revolução Mexicana (1910-1920). Ao passo que procura elevar o desenvolvimento humano da região, diminui poderes institucionais e desregula leis, historicamente conquistadas. Assim, inicia o documento que, ao longo de toda sessão dedicada ao diagnóstico, faz um levantamento descritivo da região sul-sudeste.

A região composta pelos nove estados (**Mapa 3**) – possui uma superfície de 502.738 km² que representa 25,79% do território mexicano; ocupa ¼ do território

¹⁷⁰ Para a região Sul-Sudeste de México o Plan Puebla-Panamá centra sua atenção em um conjunto de ações governamentais selecionadas estrategicamente para atacar de forma direta algumas das causas estruturais referentes ao atraso da região, nas áreas de desenvolvimento humano, infraestrutura, câmbios institucionais e regulatórios e políticas de estado que promovam, incentivem e facilitem os investimentos produtivos privados. Gobierno de México. **Plan Puebla-Panamá**: Capítulo México – Documento Base. Marzo, 2001. Disponível em: <http://www.rmalc.org/historico/ppp/index.php.html>. Acesso no dia 29 de novembro de 2014. p. 3.

nacional. Uma questão interessante a se destacar é que, para além dos baixos índices de desenvolvimento humano; educacional; empregatícios; entre outros – é a grande concentração da população indígena. Em 1995, 87,7% dessa população não falavam espanhol. Sem mencionar a situação de isolamento em que muitas famílias indígenas se encontram. No mesmo período, havia 52 mil localidades com menos de 100 habitantes, 15 mil entre 100 e 499 habitantes e pouco mais de 4 mil localidades que possuíam entre 99 e 500 habitantes¹⁷¹.

Mapa 3 – Divisão dos Estados Mexicanos

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI)

¹⁷¹ *Op cit.*

Havia, nessa perspectiva, um movimento em mão dupla: de um lado a crescente urbanização e do outro o isolamento de milhares de famílias indígenas, vivendo em condições precárias. O que é visto pelo Plano como um problema, devido à dificuldade de acesso a unidades escolares, serviços públicos básicos de saúde, a mercados, tanto para compra quanto para escoamento dos excedentes produzidos.

Uma outra questão importante, revelada no diagnóstico, é o levantamento preciso e minucioso sobre os recursos naturais da região. Abrange desde diferenças climáticas entre estados como diferenças de solo, sua capacidade de recuperação em relação às atividades agrícolas, áreas de bosque e florestas tropicais, dos tipos de vegetais até ressaltar a presença abundante de água e de rios importantes presentes na região.

La región Sur Sureste es muy rica en recursos naturales. Tiene una gran variedad de suelos y una biodiversidad, cuenta con agua en abundancia y ríos importantes, tiene una extensión costera muy importante, tiene extensiones importantes de bosques y selvas, cuenta con importantes yacimientos de hidrocarburos y minerales metálicos y no metálicos, y alberga un número importante de reservas naturales¹⁷².

A descrição é acompanhada de comentário discriminatório quando afirma que “parece existir um círculo vicioso entre pobreza y degradación ambiental”¹⁷³. Culpar a pobreza e os pobres pelos passivos ambientais é, no mínimo injusto, comparado aos usos realizados pelas empresas urbanas e/ou rurais. Mesmo com toda capacidade produtiva, investimentos em tecnologias, as empresas têm demonstrado pouca capacidade e criatividade, sobretudo as que se aplicam às linhas de investimentos do Plano de reduzir o potencial destrutivo em relação à natureza. Seguido deste comentário, vem uma descrição sobre o recurso mais precioso da região, a água:

La abundancia de recursos naturales en la región Sur Sureste del país se caracteriza por presentar importantes afluentes de agua, concentrándose asimismo en ella la mayor parte de la precipitación pluvial del país. En ella se concentran también los más grandes acuíferos del país y los menos explotados. Esta región incluye precisamente a las nueve entidades federativas que reciben los mayores volúmenes de precipitación [...] con] medias superiores al promedio nacional. La gran disponibilidad de agua en la región es sin duda uno de los grandes activos de la misma¹⁷⁴.

¹⁷² *Op cit.* p. 52.

¹⁷³ “Parece existir um círculo vicioso entre pobreza e degradação ambiental”. *Op cit.* p. 53.

¹⁷⁴ *Op cit.* p. 56.

“Ativos”, nesse caso particular, diz respeito ao termo da economia financeira. O ativo seria, assim, um bem ou direito que dispõe de valor a ser negociado no mercado e que permite obtenção de lucro. Percebe-se, nessa perspectiva, que a depreciação dos pobres em relação ao cuidado com a natureza é seguida de uma propaganda da abundância da biodiversidade, em especial, aquífero como instrumento de venda a setores empresariais que, supostamente administrem e cuidem da água de maneira “sustentável”. A Nestlé é uma das empresas que vem defendendo esse posicionamento: a privatização para o bem cuidar da substância mais importante para a manutenção da vida¹⁷⁵.

De fato, o objetivo do Plano é atender uma demanda diversificada, ampliando ao máximo o número de investidores no país. Na mesma linha do anteriormente mencionado, relacionado à água, o Plano toca em um aspecto mais amplo, a biodiversidade (**Mapa 4**), com destaque aos estados de Oaxaca, Chiapas, Veracruz e Guerrero. Os quatro são os mais ricos em espécies de animais e vegetais: “En general, en los estados del Sur Sureste del país se encuentra casi el 70 por ciento de la biodiversidad del país”¹⁷⁶. Neste patrimônio natural, encontra-se quase a metade da população animal e 60% da flora endêmica, protegida pela legislação mexicana e por acordos internacionais.

¹⁷⁵ Após o impeachment da presidente Dilma Rousseff realizado no Brasil, as multinacionais sinalizaram o desejo de privatizar o aquífero Guarani que possui 1,2 km² e Temer aceitou negociar com esses setores. E a Nestlé há muito vem promovendo um discurso privatizador, demonstrando a íntima relação entre a privatização e o cuidado com o bem maior da humanidade. Ver: <http://www.correiodobrasil.com.br/multinacionais-querem-privatizar-uso-da-agua-e-temer-negocia/>; <http://www.e-farsas.com/e-verdade-que-o-presidente-da-nestle-quer-privatizar-agua.html>.

¹⁷⁶ “Em geral, nos estados do Sul-Sudeste do país se encontra quase 70% da biodiversidade do país”. Gobierno de México. *Op cit.* p. 58-59.

Mapa 4 – Recursos Naturais do México

Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas y Geografía (INEGI)

Contudo, o Plano menciona as florestas como recursos que podem ser explorados ou extraídos. Destaca que as únicas quatro entidades federativas que possuem cobertura vegetal acima de 50% de seu território estão na região sul-sudeste: Quintana Roo, Campeche, Guerrero e Oaxaca. Na região, encontra-se também os remanescentes da Floresta Tropical Úmida (*Floresta Tropical Lluviosa*), erradicada em mais de 90% do território nacional. Para medir o grau de deterioração dos recursos naturais, bem como sua capacidade de regeneração foi elaborado o indicador de “Qualidade Ecológica dos Recursos Naturais”, chegando à seguinte conclusão:

La región Sur Sureste contiene el 11.9 por ciento del total nacional de la superficie con alta calidad ecológica, aunque también dentro de la región se encuentra alrededor del 5 por ciento de la baja calidad ecológica del total de país. Seis de los nueve estados de la región presentan más del 30 por ciento de su superficie con calidad ecológica

alta o muy alta; éstos son: Quinta Roo, con el 90.0 por ciento; Campeche, con 77.5 por ciento; Guerrero, con el 54.5 por ciento; Oaxaca, con el 50.5 por ciento; Yucatán, con el 43.5 por ciento. Los estados de la región que presentan ya una mala calidad ecológica son Puebla (con el 52.5 por ciento de su territorio en dichas condiciones), Tabasco (con casi el 40 por ciento de su superficie), y Veracruz con el 28 por ciento)¹⁷⁷.

A estratégia permanece: enaltecer a natureza regional, categorizando-a como recurso e responsabilizar as populações rurais pela destruição desse patrimônio. O Plano afirma que na região “prevalece uma gran cantidad de comunidades dispersas que practican la agricultura nómada, utilizando el sistema roza-tumba-quema”¹⁷⁸. De acordo com o documento, que não citou nenhum órgão de Estado, esse método é responsável por incêndios florestais não controlados e provoca um desflorestamento de 4 hectares por chefe de família. Para o Plano

Las actividades de los habitantes de la región Sur Sureste constituyen un riesgo ambiental, pudiendo provocar una extinción masiva y selectiva de especies animales y vegetales. Actualmente las especies más presionadas son los de los grandes depredadores y herbívoros (jaguar, tapir, grison, ocelote, puma, águila arpía; los ornamentales: guacamayas, loro, etc) y las especies que a pesar de estar protegidas son cazadas para carne de monte (quetzal, pavón)¹⁷⁹.

¹⁷⁷ “A região sul-sudeste contém 11.9% do total nacional da superfície com alta qualidade ecológica, ainda que também dentro da região se encontra em torno de 5% da baixa qualidade ecológica total do país. Seis dos nove estados apresentam mais de 30% de sua superfície com qualidade ecológica alta e muito alta; estes são: Quintana Roo, com 90.9%; Campeche, com 77.5%; Guerrero com 54.5%; Oaxaca com 50.5%; Yucatán com 44.8%; e Chiapas com 43.5%. os estados da região que apresentam uma má qualidade ecológica são Puebla (com 52.5% de seu território em ditas condições), Tabasco (com 40% de sua superfície) e Veracruz (com 28%). *Op cit.* p. 61-62.

¹⁷⁸ “Prevalece uma grande quantidade de comunidades dispersas que praticam a agricultura nômade, utilizando o sistema de roça-tomba-queima”. *Op. Cit.* p. 62. De acordo com Mazoyer e Roudart quando os agricultores que promovem esse tipo de agricultura “deparam com uma floresta primária poderosa, os cultivadores florestais munidos de machados e de facões se empenham em abrir uma clareira parcial: cortam somente a vegetação que cresce abaixo das árvores e fáceis de abater. Nos meios arborizados menos pujantes, o desmatamento se acentua a tal ponto que quase a totalidade da madeira de pé pode ser abatida, sendo que apenas algumas árvores úteis são conservadas. Em todo caso, quer seja parcial ou completo o abate não é um desmatamento integral, porque não inclui arrancar os cepos (ou seja, a destoca) nem uma limpeza sistemática do solo. Após o abate, o terreno estará entulhado em sua superfície com folhagens e ramagens e troncos mortos a serem eliminados antes de semear ou de plantar. O procedimento mais comum consiste em deixar secar esse material vegetal, depois queimá-lo pouco antes das chuvas e procedendo a sementeira de forma que os cultivos se beneficiem ao máximo dos minerais nutritivos contidos nas cinzas”. MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP. p. 132. Nesse caminho é possível perceber que o alarde feito pelo Plano não corresponde ao que é praticado pelos indígenas no México.

¹⁷⁹ “As atividades dos habitantes da região sul-sudeste constituem um risco ambiental, podendo provocar uma extinção massiva e seleta de espécies animais e vegetais. Atualmente as espécies mais pressionadas são os de grandes predadores e herbívoros (jaguar, tamanduá, furão, jaguatirica, puma, águia arpía; os ornamentais: araras, loros, etc) e as espécies que apesar de estarem protegidas são caçadas para carne

Não se está procurando deslegitimar os dados mencionados, tampouco menosprezar os cuidados que o Plano possui em relação ao patrimônio natural do país, mesmo porque, de acordo com o indicador de “Qualidade Ecológica”, a soma das categorias relativas à alta e muito alta fragilidade totalizam 80% do território nacional. No entanto, há de se levar em consideração duas questões: i) a complexidade da agricultura nômade e o tempo de recuperação da vegetação; ii) a resposta “encontrada” pelo Plano em delegar a administração dos “recursos” florestais da região a indústrias não se mostrou eficiente em nenhum recanto do planeta.

Nesse caminho, o discurso pleiteado pelo Estado, do cuidado com o meio ambiente nacional, depara-se com ruídos e mesmo com a falta de compreensão lógica do cuidado defendido pelas empresas. Ou, não menos distantes da desonestidade do Estado mexicano em defender discursivamente a proteção do meio ambiente, enquanto, na prática, procura articular setores produtivos para dinamizar a economia, utilizando a natureza como recurso primeiro. Do ponto de vista estratégico, para o desenvolvimento, pode parecer uma boa causa, uma vez que desde a década de 1980 a economia mexicana vem passando por sucessivas crises sem ter tempo hábil para recuperar-se. No entanto, a médio e longo prazos pode trazer sérias consequências para a população.

O diagnóstico realizado pelo Plano é amplo e aponta todas as principais áreas econômicas da região (agricultura, agroindústria, pesca, energia e turismo), assim como as deficiências estruturais (moradia, rodovias, portos e aeroportos). Dentre os muitos pontos de grande relevância, ater-se-á em apenas dois: agroindústria e energia¹⁸⁰, sobretudo suas relações e uso da biodiversidade. Esses dois pontos ou iniciativas são demasiadamente complexos devido a marcos legais, (re)organização social da terra, impactos socioambientais, proposta econômica, entre outros. Além disso, acredita-se que todas as ações previstas no Plano para satisfazer essas indústrias, acabam por provocar pressões fortes em relação às florestas, bosques, água consequentemente aos rios, comunidades indígenas e campesinas. Estas atividades não se desenvolvem de maneira isolada, levando-nos a mencionar, e mesmo expor, de maneira prolongada, questões como a história sobre os interesses da região Ístmica (Istmo de Tehuantepec – localizado entre

(quetzal, pavão). Gobierno de México. *Op.cit.* p. 63

¹⁸⁰ As diferenças entre essas duas atividades econômicas podem parecer, por vezes, demasiadamente clara, mas, em alguns momentos não será possível efetuar uma diferenciação precisa. O agronegócio pode ter relações estreitas com a produção de energia e vice-versa.

os estados de Oaxaca e Veracruz), que considerou-se ser a raiz do Plano. Nesse caminho, sua estruturação viária, iniciativa pública e privada, incentivo à industrialização, certamente, serão considerados nesse trabalho. Há iniciativas voltadas a outras áreas econômicas, apesar de não estarem presentes em forma de item ou subitem do Plano, possuem grande relevância devido ao impacto provocado por essas atividades, são elas: o turismo e a indústria mineira.

É importante compreender que o momento político vivenciado por México, a euforia do mercado, muito embora passageira, em relação à eleição de Vicent Fox levava a crer que o desenvolvimento era uma opção, a qual os governos anteriores não quiseram ou não acharam necessário. Fox surgiu como um fenômeno do exercício pleno da democracia e do novo caminho a ser seguido por México. Todavia, o desenvolvimento, que parecia uma opção de governo, demonstrou-se uma incógnita; aparentavam os caminhos serem bem traçados, contudo, apresentaram-se como trilhas selvagens que impossibilitaram romper com a monotonia do verde, fazendo-se perder em meio às folhagens espinhosas, animais peçonhentos, grandes predadores e distâncias tortuosas. O Plano não estava propondo nada de novo, pelo contrário, lançava-se com maior força no poço que México já havia se jogado no momento em que assinou o TLCAN e relegou ao mercado a responsabilidade de estabilizar a economia.

Nessa perspectiva, na tentativa de diminuir os impasses que o país encontrava para crescer, fez-se um levantamento das defasagens. De acordo com o Plano, apesar de México acumular as funções de grande produtor e consumidor de energia, o sistema nacional possui problemas consideráveis, o crescimento demográfico e econômico, acompanhado da redução de investimentos em infraestrutura, são geradores de tensões no sistema energético do país, provocando pressão para que se abrisse para investimentos privados. Somado a isso, a crescente demanda por gás natural sem o acompanhamento do aumento da produção, motivou a alta nos preços, provocou desajustes no mercado de gás natural, podendo causar ao México, a dependência por importações.

Seria, no mínimo, contraditório, um país rico em recurso energético tornar-se dependente. De acordo com o Plano, a região sul-sudeste possui tais recursos em abundância, sobretudo, no que diz respeito a hidrocarboneto¹⁸¹ e possui as principais jazidas petrolíferas do país, aí se encontram as represas de maior envergadura. E, como

¹⁸¹ Hidrocarboneto é uma classe de compostos orgânicos formadas apenas por carbonos e hidrogênios. Os hidrocarbonetos de cadeia curta são gases, em sua maioria porque eles são mais fáceis de volatilizar.

não podia ser diferente, devido à grande precipitação pluviométrica, a presença dos mais importantes rios do país e com um conjunto de represas, a região sul-sudeste possui o maior potencial hidroelétrico da nação. De fato, possui as três principais hidroelétricas (Angostura, Chicoasén e Malpaso); são as maiores produtoras e distribuidoras de eletricidade. Contudo, há um pequeníssimo detalhe: a região é pouco favorecida por seu potencial. A maior parte do que é produzido é distribuído em todo o país. Sem mencionar a atividade agrícola, responsável por 70% do consumo de água¹⁸², com especial atenção para pecuária e a produção de biocombustíveis.

Os estados de Veracruz, Chiapas e Guerrero possuíam juntas, em 2000, “más del 85% de la capacidad instalada de energia eléctrica de la región”¹⁸³. No entanto, a produção efetiva não traduz o abastecimento: “En Chiapas, Veracruz e Yucatán alcanza valores entre 50 y 100% mayores que la media nacional, mientras que en el resto de los estados de la región va del 5 al %0% de la media nacional”¹⁸⁴. Na tentativa de solucionar, tanto o baixo aproveitamento dos recursos energéticos pela própria região sul-sudeste, quanto à precária infraestrutura e abastecimento deficiente, em termos qualitativos e quantitativos, propõe-se que haja uma força conjunta entre empresas paraestatais – a exemplo da *Comisión Federal de Electricidad* (CFE) e *Petróleos Mexicanos* (PEMEX) – e investidores privados, com o intuito de construir novas unidades na região. O Plano propõe a construção de seis hidroelétricas, uma termoelétrica, uma central de Abastecimento de Destilados Petrolíferos, uma Petrolífera Ambiental e uma área de Exploração de Petróleo (**Tabela 2**).

Tabela 2: Projetos Energéticos Estratégicos propostas para a Região Sul-Sudeste

Tipo de Projeto	Projeto	Tipo de Obra
Termoelétrica	Central Ciclo Combinado para satisfazer a demanda de energia elétrica dos estados da península de Yucatán	Central termoelétrica de ciclo combinado de 250 MW
Hidroelétrico	Central Hidroelétrica Manuel Moreno Torres (Chicoasén) 2ª	Instalação de três turbinas geradoras de 300 MW cada uma, incluindo seus equipamentos auxiliares e obras civis associadas.

¹⁸² Dados disponibilizados pela Food and Agriculture Organization of United Nation (FAO). Acesso em <http://www.fao.org/brasil/noticias/pt/>.

¹⁸³ Gobierno de México. *Op cit.* p. 104.

¹⁸⁴ Gobierno de México. *Op cit.* p. 105.

Hidroelétrico	Rede Associada a Hidroelétrica Manuel Moreno Torres (Chicoasén) 2ª Etapa permitirá adicionar 1,15 MW à capacidade de transmissão atual	Obras de transmissão, adicionar quatro linhas de transmissão de circuito duplo de 400 KV, uma de 243 km da Central Hidroelétrica Chicoasén a Julie, outra de 170 km de Julie a Cerro de Oro, 170 km de Cerro de Oro a Tecai e outra mais de 25 km de Temascal a Cerro de Oro
Hidroelétrico	Projeto Hidroelétrico Boca del Cerro. Rio Usumacinta a 8 km de Tenosique, Tabasco. Capacidade instalada de 560 MW	Instalação de oito unidades turbo geradores tipo bulbo de eixo horizontal, localizadas no exterior do leito do rio Usumacinta
Hidroelétrico	Projeto Hidroelétrico Copainalá, na bacia do Rio Grijalva. Capacidade instalada de 210 MW	O projeto aproveita os gastos turbinados pela Central Hidroelétrica Ingeniero Manuel Moreno Torres, regulados eficientemente no açude da represa La Angostura com uma obra de reduzidas proporções que o fazem técnica e economicamente atrativo.
Hidroelétrica	La Parota Armazena a água do Rio Papagayo, Guerrero, para produzir 765 MW	Construção de uma represa de 162 metros de altura e instalação de três grupos turbo geradores.
Hidroelétrica	San Juan Telecingo, sobre o rio Balsas, no município de Zumpango del Río, Guerrero. Capacidade instalada de 609 MW.	Construir uma cortina de cimentada com chapa de concreto no parâmetro a montante.
Abastecimento de destilados a Península de Yucatán	Abastecimento de destilados petrolíferos à Península de Yucatán demandados na zona de influência de Leona Vicario, Quintana Roo em forma confiável, segura, eficiente e preservando o meio ambiente. Redução de custos de transporte de destilados, substituindo os autos tanques por dutos.	Construir um novo poliduto para envios lotificados dos produtos requeridos e dutos para combustível de avião para o abastecimento do aeroporto de Cancún. Se estima que para 2001 se contará com uma capacidade de armazenamento de 196 MBLS.
Petroleiro Ambiental	Projeto Cantarell Integral (Campeche, a 80 km de Ciudad del Carmen, classificado como super-gigante, o mais importante do México e sexto do mundo), dando cumprimento aos padrões internacionais para manter o equilíbrio ecológico e proteger e preservar o meio ambiente.	Estão instalando estruturas de tratamento de águas negras e reabilitando os sistemas de drenagem atmosféricos e de águas residuais nos complexos de produção existentes. Sistemas de desafogue de complexos de produção, incineradoras, compactadores e trituradoras.
Exploração Petroleira	Delta del Grijalva (localizado ao sudoeste de ciudad de Frontera, Tabasco). Aumentar a oferta de aceite e gás em uma média de 55 mdb e 168.6 mmpcd, respectivamente, no período de 2001-2006	Exploração das jazidas de petróleo no Delta del Grijalva. Reserva original de 1,038 milhões de barris de petróleo cru.

Fonte: Plan Puebla-Panamá Capítulo México: Documento Base.

É importante ressaltar que, apesar de o capítulo México se ater às particularidades

do país, está incluso em um projeto de Integração Física Regional. A energia seria uma das *commodities* a ser comercializada de maneira integrada. Nesse contexto, o excedente produtivo seria exportado para outros países da região mesoamericana ou da América do Norte. Em realidade, sabe-se que os Estados Unidos possuem um grande mercado consumidor, e, apesar de serem o maior produtor de energia do mundo, não produz o suficiente para atender ao mercado consumidor¹⁸⁵.

No que tange ao agronegócio, apesar do grande potencial hídrico que a região possui, apenas 0.6 milhões de hectares (9.4% do montante nacional) apresentam infraestrutura de irrigação. Ao que concerne à pecuária, no período de 1995 a 2000, o governo central canalizou 11.8% do gasto médio anual para infraestrutura de irrigação. Os estados do norte e centro do país receberam mais investimentos enquanto o sul-sudeste dependiam da sazonalidade.

O Plano reconhece que os investimentos centralizados no norte e centro do país são resultados de políticas discriminatórias que acabaram por aumentar as disparidades regionais. No entanto, afirma que a estrutura da terra e a exclusividade do Estado para investir em atividades estratégicas acabaram por reprimir o desenvolvimento da região. A culpa recae sobre o artigo 27 constitucional.

186 derivadas del Artículo 27 Constitucional vigentes hasta 1999 sobre la posesión o arrendamiento de grandes extensiones de tierras afectaron de manera especial a la región Sur Sureste. La región tiene condiciones adecuadas para productos perennes (café, plátano, azúcar, palma africana, y productos maderables, entre otros) cuyo cultivo es más eficiente en plantaciones de amplia extensión y que requieren de amplios recursos financieros. La seguridad en los derechos de la tierra es esencial para los productores de dichos cultivos¹⁸⁶.

E continua:

Por último, el régimen de derechos de propiedad sobre los

¹⁸⁵ A nova fase revolucionária do petróleo, com a produção do xisto, mais economicamente viável pode provocar um freio nos interesses dos Estados Unidos na importação desta fonte. Contudo, a questão energética naquele país é um assunto de Segurança Nacional, o que leva a crer que, dificilmente deixará de manter suas parcerias seguras de importação do petróleo cru, ao contrário, a tendência é ampliar a parceria, ainda que efetivamente não haja a importação.

¹⁸⁶ “As restrições derivadas do Artigo 27 Constitucional vigentes até 1994 sobre a posse o arrendamento de grandes extensões de terra afetaram de maneira especial a região sul-sudeste. A região tem condições adequadas para produtos perenes (café, banana, dendê e madeira, entre outros) cuja cujo cultivo é mais eficiente em plantações de ampla extensão e que requer amplos recursos financeiros. A segurança, em termos legais, é essencial para os produtores de ditos cultivos”. Gobierno de México. *Op cit.* p. 112-113.

hidrocarburos y el agua también han afectado al sureste. Esta región del país está muy bien dotada de petróleo y gas natural (Chiapas, Campeche y Tabasco), y cursos de agua que pueden ser aprovechados para generar energía eléctrica (Chiapas). Así, la región contribuye con más del 45% del PIB sectorial de minería, petróleo, electricidad, gas y agua, más de tres veces la contribución que hace la región al PIB total. Sin embargo, como consecuencia del marco legal vigente, las rentas derivadas de la explotación de hidrocarburos y de la hidroelectricidad, son apropiados fundamentalmente por el sector público federal, lo que limita la derrama de ingresos en la zona por este concepto¹⁸⁷.

México, assim como toda a América Latina, sempre esteve sob o comando de oligopólios, mas ao contrário de outras nações, teve uma ascensão liberal em 1853, que se fez sentir mais fortemente no primeiro governo de Benito Juárez, entre 1859 e 1860, quando foram promulgadas as Leis da Reforma que separavam Igreja e Estado¹⁸⁸. Entretanto, foi ao longo do *porfiriato*¹⁸⁹ que se estabeleceram as primeiras regras afim de regular o investimento estrangeiro. Foi apenas no período revolucionário que elaborou, com inspiração, o artigo 27 constitucional, acompanhado de longos debates, e por isso, o último artigo a ser aprovado pela constituinte de 1917.

O artigo 27, sem sombra de dúvidas, era o artigo que definia o país como tal, uma instituição que versava sobre os marcos legais centrais, assim como estabelecia uma relação clara com o campo, sua estrutura e recursos naturais estratégicos. O artigo foi derrubado para que dessa vez ao TLCAN assinado em 1994¹⁹⁰. Uma questão importante a ser esclarecida: o campo não foi esquecido pelo fato de o Estado central ser responsável pelos investimentos. O próprio Plano reconhece o potencial e a importância da região em relação a produtos de subsistência e de exportação:

¹⁸⁷ “Por último, o regime de direitos de propriedade sobre os hidrocarbonetos e a água também têm afetado o sul-sudeste. A região do país está muito bem dotada de petróleo e gás natural (Chiapas, Campeche e Tabasco), e cursos de água que podem ser aproveitados para gerar energia elétrica (Chiapas). Assim, a região contribui com mais de 45% do PIB setorial de mineração, petróleo, eletricidade, gás e água, mas de três vezes a contribuição que faz a região ao PIB total. Porém, como consequência do marco legal vigente, as rendas derivadas da exploração de hidrocarbonetos e da eletricidade são apropriadas fundamentalmente pelo setor público federal, o que limita o derramamento de investimentos na zona. *Op cit.* p. 113. Esses trechos foram copiados do texto de LEVY, Santiago; DÁVILA, Henrique; KESSEL, Georgina. *El Sur También Existe. Economía Mexicana*. Volumen 2, México, segundo semestre de 2002. p. 232-233. O Plano não faz qualquer menção ao artigo em seu corpo, mas fundamenta suas bases no mesmo.

¹⁸⁸ Ver: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; BARBOSA, Fernanda Bastos. **Pacificar a história:** passado, presente e futuro nas formas de pensar a política mexicana na transição do século XIX ao XX. *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, número 7, nov/dez 2011, p. 134-156.

¹⁸⁹ Porfiriato é um período na história do México no qual o poder central mexicano esteve sob o controle de Porfirio Díaz durante 30 anos: de 28 de dezembro de 1877 e 25 de maio de 1911.

¹⁹⁰ URDANIVIA, Frederico Novelo. **La Política Exterior de México en la era de la Globalización**. Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco: México, 2000.

La región es la principal productora del país de diversos productos agrícolas. En esa se produce el 100% del cacao, del agave mezcalero y de la higuerilla, casi el 97% de la piña, casi el 93% del café cereza, el 91% del tejocote, casi 89% del mamey, casi 83% de la yuca alimenticia, el 78% de la papaya (y el 74% de la maradol y el 70% de la roja), el 75% del rabanito, el 74% del plátano, casi el 73% de la toronja, el 71% de la copra, el 64% de la mandarina, el 61% del arroz palay, el 57% del cacahuete, el 58% de la caña de azúcar, el 55% del mango, el 52% de la naranja y cerca del 47% del tamarindo¹⁹¹.

E continua, afirmando que:

Entre 1960 y 1998 la [producción] de la región se incrementó en un 80%, para alcanzar en el último de esos años 6.14 millones de hectáreas, o un 32.7% de la superficie total cosechada del país de entonces (18.8 millones de hectáreas). En esa superficie se produjeron 46.2 millones de toneladas de productos agrícolas, o un 33.6% de la producción total nacional (137.6 millones de toneladas). Los rendimientos unitarios promedio de la región son así prácticamente iguales que los nacionales. Por otra parte, el valor total de la producción agrícola de la región fue en 1998 de 41.9 miles de millones de pesos, o un 26.9% del valor total de la producción nacional (155.9 miles de millones de pesos). Ello significa que la región produce cultivos de menor valor comercial unitario que el promedio nacional¹⁹².

Nesse contexto, fica evidente que o problema não é a regulamentação agrícola, a baixa produtividade ou a inutilização da terra. O problema é que a produção da região é voltada para a subsistência que possui baixo valor agregado, mas que alimenta a população. Há, sem sombra de dúvidas, um discurso ideológico para valorizar os produtos agroexportadores, transformando a região em uma grande república bananeira e *maquiladora*. Parte dos produtos agroexportadores citados nem dizem respeito à alimentação. É, em largo sentido, reflexo da política que México corroborou ao assinar o

¹⁹¹ “A região é a principal produtora do país de diversos produtos agrícolas. Nela se produz 100% do cacao, do agave e do bordo (árvore característica da América do Norte, conhecida nos EUA como maple), quase 97% do abacaxi, quase 93% do café cereja, 91% do tejocote, quase 89% do mamey (fruta muito semelhante ao sapoti), quase 83% da mandioca, 78% do mamão (74% da maradol e 70% do vermelho), 75% do rabanete, 74% da banana, quase 73% da toronja, 71% da copra (polpa oleaginosa da amêndoa do coco-da-baía), 64% da tangerina, 61% do arroz, 57% do amendoim, 58% da cana de açúcar, 55% da manga, 54% da laranja e cerca de 47% do tamarindo. Gobierno de México. *Op cit.* p. 72.

¹⁹² Entre 1960 e 1998 a [produção] da região cresceu 80% para alcançar no último ano 6.14 milhões de hectares ou 32.7% da superfície total colhida do país de então (18.8 milhões de hectares). Nessa superfície se produziu 46.2 milhões de toneladas de produtos agrícolas ou 33.6% da produção nacional (137.6 milhões de toneladas). A média dos rendimentos unitários da região são assim praticamente iguais a produção nacional. Por outro lado, o valor total da produção agrícola da região em 1998 foi de 41.9 bilhões de pesos ou 26.95 do valor total da produção nacional (155.9 bilhões de pesos). Isso significa que a região produz cultivos de menor valor comercial unitário que a média nacional. *Op cit.* p. 72.

tratado e que acabou refletindo no abandono do campo.

Em 2007, o México experienciou uma crise alimentar muito forte. A *tortilla* (derivada do milho), produto básico da alimentação do mexicano, que custa MXN 5,00 o kg, teve um aumento significativo, chegando a MXN 20,00 o kg, provocando uma crise alimentar que ficou conhecida como “*Crisis de las tortillas*”. Isso ocorreu pelo fato de o milho, assim como a cana-de-açúcar, ser um alimento versátil e capaz de produzir tanto alimento como combustível. Em meio à crise energética nos Estados Unidos, uma grande parte da produção do milho foi destinada à produção de etanol, o que causou uma pressão no preço do alimento.

Para os alimentos que podem ser utilizados para a produção de energia, a priorização de seu destino depende diretamente dos preços negociados no mercado financeiro. Assim, a questão de segurança alimentar se adjunta ao tema abordado anteriormente: segurança energética. O problema é que se estabelece um processo hierárquico em termos de segurança, e por vezes, o alimento deixa de ser crucial para o Estado e o mercado, seja pelos preços atrativos de bioenergia, seja por uma crise energética.

Segundo a mitologia asteca, o milho é um alimento sagrado. Em um período de fome generalizada, um Deus, *Centeotl*, realizou o auto-sacrifício para se tornar alimento para a população. A partir desse momento, toda a organização da sociedade mesoamericana se daria por meio do milho. No princípio, toda família, de maneira conjunta revezava as atividades na *milpa* – local de plantio do milho – uma vez que esse era um alimento demasiadamente sensível e qualquer mudança poderia provocar danos a ele. A partir do momento que as técnicas de produção do milho foram aprimoradas, já não era mais necessário destinar todo o trabalho familiar para o cuidado disso. No entanto, toda a atividade estaria ligada à terra. Quando os povos pré-hispânicos olharam para os céus, foram com o intuito de desvendá-lo e realizar suas previsões em benefício de suas *milpas*¹⁹³.

Nesse sentido, o milho não é apenas um alimento para as populações mesoamericanas, mas um símbolo responsável por organizar a sociedade (plantio, colheita e produção da *tortilla*), ao longo do processo histórico. Não por acaso os movimentos indígenas e campesinos têm a compreensão que “*sin maíz no hay país*”. No

¹⁹³ *Milpas* é o lugar destinado a produção do milho. FLORESCANO, Enrique. **Origen y Desarrollo de los Problemas Agrários en México 1500-1821**. Secretaria de Educación: Era, 1986.

entanto, em muitos momentos esse sujeito histórico é reduzido a um bem meramente econômico, a um objeto de negociações.

Com o advento do TLCAN, México deixou de incentivar a produção de alimento no país, inclusive do milho, uma vez que era mais barato importar que produzir, tornando-se um país muito dependente de alimentos, chegando a importar, atualmente, cerca de 50% dos alimentos que consome¹⁹⁴. De 1994 a 2000, a participação da produção nacional de milho reduziu 10% (de 86% para 76%)¹⁹⁵, ao passo que sua produção cresceu de 15 milhões de toneladas em 1993 para 22 milhões de toneladas em 2004¹⁹⁶. Em 2015, a produção de milho no México atingiu 25 milhões de toneladas, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO)¹⁹⁷. Nessa perspectiva, não houve, precisamente o negligenciamento da produção por parte dos produtores, mas sim um aumento considerável na demanda, sobretudo por parte das indústrias, da agropecuária e a destinação de grande parte da produção para geração de energia, etanol.

Em realidade, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), os pequenos produtores, camponeses, são os grandes responsáveis pela segurança alimentar. Apesar de possuírem apenas 12% de todas as terras agrícolas, geram 80% dos alimentos no mundo. Na América Latina, apenas 1% da população é produtora agrícola, o que demonstra a fragilidade alimentar. Com a crise alimentar de 2008, os pequenos produtores vêm cobrando medidas sérias para regularizar e incentivar a produção de alimentos, exceto aqueles países que possuem a segurança alimentar como critério de Segurança Nacional, a exemplo dos Estados Unidos¹⁹⁸.

No entanto, em concordância com o Plano, para aumentar o rendimento produtivo da região, seria necessário não apenas derrubar o artigo 27 constitucional que versava

¹⁹⁴ Ver FERNANDEZ-VEGA, Carlos. México SA. Opinión. Jornada. Publicada no dia 22 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2014/04/22/opinion/03601eco>. Acesso no dia 24 de abril de 2014.

¹⁹⁵ CASTILLO, Javier Balderas. **Intereses y Resistencias: El Plan Puebla-Panamá y el Corredor Carretero Oaxaca-Istmo-Huatulco.** Texas: Texas Center. Disponibilizado em: <http://www.texascenter.org/publications/ppp.pdf>. Acesso em 20 de março de 2014.

¹⁹⁶ SALCIDO, Gerardo Torres. De la producción de Maíz al consumo social de la tortilla: políticas de producción y abastecimiento urbano. Ciudad de México: UNAM, 2009. p. 24.

¹⁹⁷ FAO. FAO prevê queda na produção de cereais na América Latina e Caribe em 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/414862/>. Escritório da FAO para América Latina e Caribe. Acesso em 18 de maio de 2016.

¹⁹⁸ 87 % dos produtores agrícolas se encontram na Ásia e Pacífico; 8% na África e 4% na Europa. É importante frisar que na América Latina a propriedade do pequeno agricultor é de 20 hectares em média. Ver: GONZALES, Susana. **Campesinos poseen sólo 12% de la tierra pero alimentan el mundo. La Jornada.** Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/12/19/campesinos-principales-afectados-por-cambio-climatico-unctad-1280.html>. 19 de dez de 2015. Acesso em 19 de dezembro de 2015.

sobre a propriedade da terra e sua organização social, mas desregular o poder do Estado em relação aos investimentos estrangeiros, assim como valorizar produtos agroexportadores, sob o regime de *plantaciones*. Historicamente, tanto no México como em toda América Latina este sistema e produtos vêm se demonstrando inviáveis por duas razões simples: i) sua produção desregula a produção de alimentos de subsistência, causando pressão nos processos, dificultando o acesso; ii) a plantação não diz respeito apenas ao tamanho da terra, mas as relações nela estabelecidas (trabalhos análogos à escravidão, sistema de punição minucioso, complexo e elaborado, uso e exploração dos recursos naturais em abundância, poluição dos solos e água, entre outros) – a plantação é, nesse sentido, uma organização social do sistema de produção agrícola¹⁹⁹.

A proposta de efetivação da mudança da propriedade da terra é encampada por um discurso desenvolvimentista que encobre, sob uma leve camada de verniz, o intuito real do Estado. A perspectiva é criar, nos nove estados da região, polos de desenvolvimento capaz de reter o fluxo migratório para os Estados Unidos, ao passo que impulsiona a aglomeração no entorno daqueles, acelerando o processo de urbanização e o consequente abandono do campo.

El proceso de urbanización continuará tanto a nivel nacional [...] como en todos los estados de la región. Entre los años 2000 y 2025 la población rural de la región Sur Sureste podría reducirse, no solo en términos relativos, sino incluso en números absolutos en 2 millones de habitantes²⁰⁰.

Dessa maneira, à medida que o campo for esvaziando, não haverá outra alternativa senão a conformação de grandes propriedades de terra e a institucionalização da plantação para produção de *commodities* que, não necessariamente, terá utilidade alimentícia. Percebe-se, nesse contexto, que México não está buscando alternativas para fugir do esquema de dependência estabelecida no sistema-mundo-capitalista (como visto no Capítulo I). O Plano busca aproveitar ao máximo recursos naturais do país para diversificar sua produção, todavia não sai do esquema da produção de bens primários, com baixo valor agregado ou possui grande volatilidade dos preços devido aos fluxos do

¹⁹⁹ Ver. MINTZ, Sidney W.; WOLF, Eric. Fazendas e Plantações. In. O Poder Amargo do Açúcar: Produtores Escravizados, Consumidores Proletarizados. Recife: EDUFPE, 2003.

²⁰⁰ “O processo de urbanização continuará tanto a nível nacional [...] como em todos os estados da região. Entre 2000 e 2025 a população rural da região sul-sudeste poderá reduzir, não apenas em termos relativos, mas inclusive em termos absolutos em 2 milhões de habitantes”. Gobierno de México. *Op cit.* p. 119.

mercado e que provoca a exaustão da terra. Somado a esses fatores supramencionados, está a disponibilidade da mão de obra indígena, campesina, pobre e excedente que cumpre com os requisitos, tanto das *maquiladoras* quanto das plantações que ajudam a tornar o produto mais competitivo.

Estas questões não levariam, por si só, o investimento privado. Para que isso pudesse ocorrer, o Plano elaborou um conjunto de estratégias capaz de aglutinar os diversos setores industriais: terra, água, biodiversidade e mão-de-obra barata não se demonstram suficientes. Deve haver um incentivo ainda maior: “bajos costos en la instalación de empresas”²⁰¹; além disso, o Plano “promoverá también el desarrollo de instrumentos crediticios apropiados, que permitan a los empresarios de la región captar los beneficios de la apertura del país”²⁰² e será responsável por captar investimentos para as áreas de serviços e infraestrutura, bem como “en nichos regionales que impulsarán la dinámica económica regional: agricultura; agroindustria y biotecnología; textil; partes electrónicas; autopartes; petroquímica y, en particular, turismo sustentable”²⁰³. De acordo com o Plano,

La región cuenta con condiciones climáticas privilegiada, el trópico húmedo, diversidad de recursos biológicos y agrícolas, gran abundancia de agua, importantes reservas de hidrocarburos, sitios históricos y ecológicos únicos, y abundantes recursos humanos. Dado ese conjunto de ventajas comparativas, la región Sur Sureste presenta oportunidades de inversión promisoras especialmente en: Petroquímica, Minería, Industria Maquiladora; Turismo [...] la Pesca y la Agricultura²⁰⁴.

Na expectativa de alcançar tais objetivos, o Plano prevê a modernização do marco regulatório da economia, a eliminação das ditas políticas discriminatórias e o estabelecimento de “acuerdo de coordinación con la SEMARNAT [Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales] para hacer compatible la regulación en materia de medio ambiente; y legislación estatal en materia de agua”²⁰⁵. Percebe-se que o acordo que

²⁰¹ “Baixos custos na instalação de empresas”. *Op cit.* p. 163.

²⁰² “Promoverá também o desenvolvimento de instrumentos creditícios apropriados que permitam aos empresários da região captar os benefícios proporcionados pela abertura do país. *Op cit.* p. 164.

²⁰³ “Nichos regionais que aquecerão a dinâmica econômica regional: agricultura; agroindústria e biotecnologia; têxtil; partes eletrônicas; peças automotivas; petroquímica e, em particular, turismo sustentável. *Op cit.* p. 163.

²⁰⁴ “A região conta com condições climáticas privilegia, o trópico úmido, diversidade de recursos biológicos e agrícolas, grande abundância de água, importantes reservas de hidrocarboneto, sítios históricos e ecológicos únicos e abundantes recursos humanos. Dado esse conjunto de vantagens comparativas, a região sul-sudeste apresenta oportunidades de investimentos promissores, especialmente com relação a: Petroquímica, Mineração, Indústria Maquiladora; Turismo [...] Pesca e Agricultura. *Op.cit.* p. 166.

²⁰⁵ “Acordo com de coordenação com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMARNAT) para fazer compatível a regulação em matéria de meio ambiente; e legislação estatal em matéria de água”. *Op cit.* p. 165.

procurar-se-á efetivar é para fazer com que as leis ambientais e de água sejam compatíveis com a exigência do mercado e não o contrário. Talvez, o maior exemplo que México teve foi a tentativa de privatizar a água, em março de 2015. A mobilização social, a visibilidade dada pela mídia, bem como as divergências encontradas na Câmara Federal impossibilitaram, ainda que temporariamente, que esse fato ocorresse²⁰⁶.

Acredita-se que uma questão importante a ser ressaltada é a repetição considerável, ao longo das 177 páginas que o documento faz sobre a disponibilidade de riquezas/recursos naturais, de modo que quem se ativer a uma parte ou ler o documento de maneira isolada pode ter a dimensão das vantagens que o Plano oferece. Uma outra questão é que, ao longo do documento, o Plano é o sujeito da ação. Ele é o responsável por articular os mais diversos setores privados, captar recurso, criar instrumentos creditícios, desregular marcos legais e dialogar com os demais países da região. Não há governos, bancos, empresas privadas, apenas o Plano. Este é um dos motivos para caracterizar o Plano como vivo, visto que de fato faz nascer um sujeito capaz de atender as demandas de mercado e as necessidades da população. Em realidade, demonstra ser uma excelente forma de eximir responsabilidades dos agentes que estão por detrás do mesmo, que elaboraram estudos, realizaram pesquisas e o escreveram. Mas quem está por detrás do Plano? Quem são os maiores interessados em sua efetivação? Essas e outras perguntas serão respondidas no próximo subitem.

3.2. Desvendando o Plan Puebla-Panamá

Para compreender o Plano se faz necessário entender algumas questões: i) quais suas intenções?; ii) tem relação direta com o TLCAN?; iii) quem são seus idealizadores? Essas questões guiam, por certo, todo o âmbito do Plano, e, ora ajudam ora atrapalham. De um lado estão pesquisadores a exemplo de Solís²⁰⁷, os movimentos indígenas e camponeses, defendendo que o Plano é, antes de qualquer coisa, um caminho encontrado pelos Estados Unidos para efetivar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). De outro lado, está um grupo que acredita que, ao menos aprioristicamente, não está

²⁰⁶ Ver LA JORNADA. “**Defiende tu agua, defiende tu vida**”, piden artistas mexicanos en video. La Jornada. Publicado em 21 de mar de 2015. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/03/21/201cdefiende-tu-agua-defiende-tu-vida201d-piden-artistas-mexicanos-en-video-9057.html>. Acesso em 21 de mar de 2015.

²⁰⁷ SOLÍS, Daniel Villafuerte. **Más allá del Plan Puebla-Panamá**. Comercio Exterior, vol. 54, número 4. Abril de 2004.

diretamente relacionado ao TLCAN, como Castillo²⁰⁸ por, pelo menos dois motivos, quais sejam: i) as maquiladoras não são produtos do tratado, mas uma política que México empreendeu a partir de 1965; e ii) a importância geoestratégica da mesorregião sul-sudeste é assunto debatido e alvo de interesses externos e internos desde 1823. Sobre esses aspectos, em particular, debruçar-se-á, a partir de agora.

Na região sul-sudeste de México, encontra-se uma das faixas de terra mais estreitas que liga o Golfo de México (Oceano Atlântico) ao Pacífico, denominado Istmo de Tehuantepec, localizado entre os estados de Oaxaca e Veracruz. O Istmo possui, historicamente, uma importância geoestratégica, seja como rota comercial entre os Maias, localizados no sudeste mexicano e América Central – e as populações do altiplano; seja como trânsito²⁰⁹.

Hernán Cortés, em suas expedições realizadas no século XVI e o filósofo Alexander Von Humboldt, no século XVIII, já haviam destacado a importância do Istmo de Tehuantepec. Na ocasião, Humboldt levantou a possibilidade de criar uma via de comunicação interoceânica, mencionando o caráter político e a importância econômica para as nações. Isso, certamente, seria possível no século seguinte quando houve o desenvolvimento do setor ferroviário, alcançado pelos Estados Unidos e Europa; a construção do canal de Suez, em 1869. Esses adventos chamaram a atenção de companhias internacionais, interessadas em explorar a estratégia ístmica diante do crescente mercado internacional²¹⁰.

A partir do século XIX, seu potencial econômico produtivo foi espaço conflitivo de interesses nacionais e internacionais. Os Estados Unidos não poderiam deixar de se interessarem pelo istmo, tentando, nesse caminho, estabelecer diversos acordos. Acredita-se que o mais importante, dentre eles, foi o tratado de Guadalupe-Hidalgo, firmado em 1848, no qual foi proposto a compra do istmo²¹¹. Este é um dos momentos que a história

²⁰⁸ Javier Balderas. **Intereses y Resistencias: El Plan Puebla-Panamá y el Corredor Carretero Oaxaca-Istmo-Huatulco**. Texas: Texas Center. Disponibilizado em: <http://www.texascenter.org/publications/ppp.pdf>. Acesso em 20 de março de 2014.

²⁰⁹ Ver: ORTIZ, Arturo. **Aspectos de la economía en el Istmo de Tehuantepec**. México: Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM, 1971.

²¹⁰ Ver: ORTIZ, *Op cit.* MARTINEZ-LAGUNA, Norma; SÁNCHEZ-SALAZAR María Teresa; IZQUIERDO, José María Casado. **Istmo de Tehuantepec: un espacio geoestratégico bajo la influencia de intereses nacionales y extranjeros. Éxitos y fracasos en la aplicación de políticas de desarrollo industrial (1820-2002)**. México: Investigaciones Geográficas. Boletín del Instituto de Geografía, UNAM. Núm. 49, 2002, p. 118-135. CARRASCAL, Eurosia. **“Transporte y dependencia en el Istmo de Tehuantepec”**, El puerto industrial de Salina Cruz, Oaxaca. Seminario Franco-Mexicano, 1982. Instituto de Geografía, UNAM-Centro de Investigaciones y Documentación de América Latina, México, 1984.

²¹¹ Martinez-Laguna; Sánchez-Salazar; Izquierdo. *Op cit.*

política permite a presença do contraditório e abre precedentes para ironias, preciosismos, hipocrisia dos chefes de Estado. Explica-se: 1848 foi o ano que a guerra entre os dois países terminou. Houve grandes perdas humanas em ambos os lados. A essa guerra México deu outro nome: “la intervención de Estados Unidos en México”²¹². Na ocasião, México perdeu mais da metade do seu território; os EUA ainda tiveram a reprobatória atitude de propor a compra do istmo.

Após este, houve outros tratados como o da *Mesilla*, em 1853, “que autorizó la construcción del ferrocarril y estableció la libre circulación de personas, mercancías y tropas estadounidenses por la dicha zona”²¹³; e o tratado de Maclane-Ocampo, em 1859, que ratificava o tratado anterior, mas não logrou aprovação do senado dos EUA²¹⁴. As obras da linha férrea iniciaram em 1859, mas devido aos atrasos e atropelos administrativos, sua inauguração só ocorreu quase quarenta anos depois, em 1894. Houve uma corrida das empresas navais para formalizar suas atividades, com o intuito de aproveitar os extremos portuários para o comércio internacional, utilizando como elo entre os extremos, as estradas de ferro.

Concomitante a isso, o achado de importantes jazidas de petróleo na costa *veracruzana*, no Golfo do México, levou a concretização e crescimento da indústria na região. Todavia, a revolução causou incerteza no cenário financeiro internacional, provocando o recuo dos acionistas. A isso, soma-se o advento da construção do Canal do Panamá, em 1915, que levaria a quase paralização dos portos e estradas férreas. A região, especialmente, o estado de Veracruz, vai ter atenção internacional na década de 1920, devido à retomada da produção do Petróleo²¹⁵. A partir desse momento, a atenção conferida a região ístmica irá depender de inúmeros fatores: das oscilações do mercado internacional e nacional; das crises econômicas; projetos de governos; conflitos de interesses; entre outros.

O ano de 1920, apesar de já passada a revolução, ainda demonstrava certa fragilidade política. A luta do então presidente da República Venustiano Carranza para impedir a candidatura de um militar, com receio de que se repetira o caso de Porfírio Díaz.

²¹² “A intervenção dos Estados Unidos no México”.

²¹³ “Que autorizou a construção da ferrovia e estabeleceu a livre circulação de pessoas, mercadorias e tropas estadunidenses pela dita zona”. *Op cit.* p. 119.

²¹⁴ Ver: Martínez-Laguna; Sánchez-Salazar; Izquierdo. *Op cit.*; BARRIOS, Rufino. **El Istmo de Tehuantepec en la encrucijada de la historia**. México: Centro de Estudios Económicos y Sociales, 1987; TOLEDO, Alejandro. Geopolítica y desarrollo en el Istmo de Tehuantepec. México: Centro de Ecología y Desarrollo, 1995.

²¹⁵ Ver: Martínez-Laguna; Sánchez-Salazar; Izquierdo. *op cit.*; Toledo, *op. cit.*

Nesse contexto, foi desencadeado o que ficou conhecido como *Revolución de Agua Prieta*²¹⁶. Vários chefes militares – partidários de Álvaro Obregón, que manifestavam o interesse em candidatar-se – rebelaram-se e acabaram por assassinar Venustiano Carranza²¹⁷. Muito embora o conflito fora instaurado, tentava-se dar, nos primeiros governos revolucionários, um novo dinamismo à região. Desta maneira, foi instituído “*Puertos Libres de México*”, que tinha como objetivo a reativação dos portos, promovendo a redução de taxas alfandegárias, da administração das ferrovias e da frota mercante. Os efeitos foram praticamente inexistentes para os portos do istmo (Coatzacoalcos e Salina Cruz).

Em 1926, o então presidente Plutarco Elías Calles (1924-1928) suspendeu o sistema de *Puertos Libres*. Iniciava-se uma forte crise que acabou aprofundando-se em 1929, fechando não apenas o Porto Salina Cruz, em Oaxaca, como também o *Ferrocarril Nacional de Tehuantepec* (FCTN) que ligava os dois portos²¹⁸. Talvez, a época áurea do Istmo de Tehuantepec (**Mapa 5**) tenha sido no período nacionalista de México, durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940). Nesse período, o governo promoveu políticas para reativação e desenvolvimento do istmo que foi acompanhado pelo da indústria petroleira e sua regulação feita pelo Estado, através da Petróleos Mexicanos (PEMEX). O Estado concentrou atenção ao sul do istmo que havia sido o mais prejudicado. Reativou, assim, o porto de Salina Cruz (**Mapa 5**), não apenas o reabilitando, mas também construindo toda uma infraestrutura, reinserindo o *Sistema de Puertos Libres*, construção de um duto originário de Minatitlán (finalizado em 1939) e de tanques para armazenar derivados. Tais iniciativas fizeram com que o Porto de Salina Cruz se tornara o principal de toda a costa do Pacífico, tanto em termos de armazenamento como distribuição de produtos petrolíferos²¹⁹.

²¹⁶ “Revolução de Água Prieta”. Agua Prieta é um município do estado de Sonora, localizado na fronteira norte do país. Esta foi o último movimento armado do período da Revolução Mexicana.

²¹⁷ LEÓN, Samuel; PÉREZ, Germán. **De fuerzas políticas y partidos políticos**. México: Plaza y Valdés Editores, 1988.

²¹⁸ Ver CASTILLO, Javier Balderas. **Intereses y Resistencias: El Plan Puebla-Panamá y el Corredor Carretero Oaxaca-Istmo-Huatulco**. *Op cit.*

²¹⁹ Toledo *op. cit.*; Ortiz *op. cit.*; HIERNAUX, Daniel. **La Integración transistmica: notas sobre las relaciones entre los puertos industriales de Coatzacoalcos y Salina Cruz**. México: Instituto de Geografía, 1984.

Mapa 5 – Localização do Istmo de Tehuantepec

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI)

Mapa 6 – Visão aproximada do Ismo

Fonte: Google Maps

Cárdenas possuía uma perspectiva política ampla, vista em raras ocasiões na história. Este presidente não concedeu atenção única e exclusiva à indústria petroleira, construiu a primeira obra de armazenamento hidráulico; a *Presa Las Pilas* (na margem do rio Tehuantepec); empreendeu esforços para fortalecer a educação rural. Suas iniciativas fizeram com que o movimento econômico da região retornasse, promovendo o regresso das atividades dos portos, bem como da estrada de ferro (FCNT). Entretanto, no final de seu sexênio, o Canal do Panamá já demonstra sinais de esgotamento, não sendo suficiente para o número de relações comerciais realizadas e, por isso, voltou-se ao debate sobre abrir um caminho interoceânico pelo Istmo de Tehuantepec, que certamente o maior beneficiário seria os Estados Unidos.

Não por acaso foi ventilada a possibilidade de o governo estadunidense formalizar uma proposta legislativa que concederia ao Presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) a faculdade de obter uma concessão territorial, por parte do governo mexicano, com a finalidade de abrir um canal, com tamanho suficiente e capacidade de comportar os navios de grande porte. Essa proposta – muito embora, não houvesse qualquer cabimento, uma vez que poderia trazer danos ao próprio país, sobretudo, sua perda de soberania – ganhou ressonância em setores da sociedade, tornando-se proposta política na corrida eleitoral de 1940 por Juan Almazán. Todavia, Manuel Ávila Camacho (1940-1946) não se demonstrou simpatizante, mas certamente, o Istmo de Tehuantepec continuaria sendo importante, assim havia uma priorização para a adequação da comunicação entre os portos, assim como sua ligação com o centro do país²²⁰.

Até a década de 1960, a indústria petroleira teve crescimento constante, seguido por toda a estruturação ístmica criada para facilitar o diálogo interoceânico, importante para o país: a construção da rodovia que ligava Coatzacoalcos a Salina Cruz, em 1958; a construção da represa Benito Juárez, em 1961; e a criação do Distrito de Irrigação de Tehuantepec, em 1962. Sem mencionar o crescimento das empresas estatais e o surgimento de novas. Em 1965, sob o comando de Gustavo Díaz Ordáz (1964-1970), o governo mais truculento da história do México²²¹, iniciou-se o programa de *Maquiladoras*. De acordo com este, as empresas estrangeiras poderiam se posicionar na fronteira norte de México e importar materiais sem pagar impostos. As *maquiladoras* tinham um limite legal para comercializar seus produtos no interior do México, concentrando-se, majoritariamente na exportação.

Segundo Castillo²²², o Tratado de Livre Comércio, permitiu que houvesse uma mudança nos padrões legais, fazendo com que a produção efetivada pelas *maquiladoras* pudesse ser comercializada no interior do México. Assim, este setor passou a instalar

²²⁰ Ver: Castillo *op.cit.*; RUIZ CERVANTES, José. “Promesas y saldos de un proyecto hecho realidad”. En.: REINAAOYAMA, Leticia (coord.). Economía contra sociedad, el Istmo de Tehuantepec. México: Editora Nueva Imagen, 1994, p. 33-117.

²²¹ O governo de Gustavo Díaz Ordáz coincidiu com o grande movimento internacional de contracultura que, lutava por mudanças nos padrões éticos e políticos e articulou amplos setores da sociedade: estudantes secundaristas e universitários, trabalhadores, professores, intelectuais, etc. Houve várias manifestações ao longo do ano, causando conflitos diretos entre manifestantes e a polícia. No dia 02 de Outubro de 1968, o comando de greve – Consejo Nacional de Huelga – propôs uma grande manifestação, partindo da Praça das Três Culturas de Tlatelolco, onde haveria a concentração do movimento. O que seria uma manifestação pacífica acabou tornando-se o maior massacre da história recente do México, um desentendimento entre setores da polícia e exército acarretou na morte de milhares de jovens.

²²² Ver: Castillo *op.cit.*

indústrias próximo de grandes centros consumidores como Cidade do México, Guadalajara e León o que resultou em um grande crescimento da indústria, tanto nacional como regionalmente (sul-sudeste).

O maior crescimento observado se deu entre o estabelecimento do Tratado de Livre Comércio (TLC) e o ano de 2000, quando houve uma recessão mundial. Segundo o autor, o crescimento da indústria *maquiladora* não está atrelada ao Tratado, mas sim à desvalorização do peso que acabou por incentivar o investimento devido ao baixo custo de mão-de-obra. Por certo, o aumento da demanda dos EUA por produtos, também contribuiu para a expansão da indústria. Contudo, o que mais impactou e contribuiu para isto se sucedera foi a eliminação do artigo 304 da constituição que retirou os requisitos referentes à porcentagem destinada à exportação. Assim sendo, uma *maquiladora* poderia vender toda sua produção em território nacional, localizando-se próximo de grandes centros consumidores.

De todo modo, a indústria petroleira era o mote maior do Estado. Na década de 1970, o estado de Veracruz já concentrava a maior parte dos investimentos. Isso ocorreu devido à própria dinâmica econômica, visto que, naquele estado se concentrava toda iniciativa privada, enquanto o complexo oaxaquenho dependia da política de Estado desenvolvida por cada governo e do crédito internacional para o desenvolvimento da indústria nacional. De 1972 a 1976, foram descobertas novas fontes de energia; em 1973, o aumento nos preços do petróleo cru formalizou o auge do produto no México, pondo o país em quarta colocação referente à produção de hidrocarboneto; em 1980, houve uma reorientação dos investimentos – construção e ampliação de grandes complexos petroquímicos, reduzindo o investimento na ampliação de refinarias²²³.

²²³É importante compreender que os fluxos migratórios de um lado a outro do Istmo de Tehuantepec acompanharam o ritmo da economia, das políticas e das estratégias de investimentos de cada governo. Além disso, a política de negligenciar as refinarias viria a prejudicar, consideravelmente, o país na atualidade, uma vez que não possui capacidade para refinar todo o petróleo necessário para o consumo nacional. Nesse caminho, México exporta petróleo cru para os Estados Unidos (US\$ 37 bilhões) e importa petróleo refinado (US\$ 22.9 bilhões), dados referentes a 2014. Na primeira metade de 2016, México importou 12,694 bilhões de litros de gasolina, somando um montante de US\$ 4,938 bilhões de dólares. Ver: Reina *op cit*; Toledo *op. cit*; Miguez-Laguna; Sánchez-Salazar; Izquierdo. *op cit*; MORALES, Roberto. **México, el segundo que más gasta en importar gasolina**. El Economista. Disponível em: <http://eleconomista.com.mx/industrias/2016/09/20/mexico-segundo-que-mas-gasta-importar-gasolina>. Publicado em 20 de set 2016. Acesso em 19 de out de 2016; MEANA, Sergio. **¿Por qué México necesita importar petróleo?** El Financiero. Disponível em: <http://www.elfinanciero.com.mx/economia/por-que-mexico-necesita-importar-petroleo.html>. Publicado em 05 de set de 2016. Acesso em 19 de out de 2016; The Observatory of Economy Complexity: <http://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/mex/>.

Com a queda dos preços do petróleo, a instauração da crise em 1982 e a falta de capacidade de México de formalizar o pagamento da dívida externa fez com que o presidente Miguel de la Madrid (1982-1988) firmasse um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tal acordo incluía medidas neoliberais, a exemplo: a privatização de empresas públicas; a política de investimento estrangeira; e a orientação da produção para atender as demandas do mercado internacional. Para que houvesse a efetivação do acordo, foi iniciado o processo de “modernização” da PEMEX²²⁴.

Lázaro Cárdenas, ao criar a PEMEX e pôr o Estado em um papel de destaque na regulação da atividade petrolífera, procurou estabelecer duas classificações que iriam guiar a produção deste recurso estratégico: básico e secundário. O Estado seria o único que poderia explorar os petroquímicos classificados como básico, restando às empresas privadas contentarem-se com os secundários. A “modernização” da PEMEX forçava a reclassificação desses produtos – os básicos tornaram-se secundários – o que acabou por permitir a exploração pelo setor privado. Percebe-se, desse modo, que a “modernização” está diretamente relacionada com a desregulação²²⁵.

Essa foi a primeira reforma energética realizada por um governo mexicano²²⁶. Embora não tenha sido visto nem reconhecido como tal, retirar as leis que regulamentam o setor energético nacional caracterizam uma reforma de fato. É certo que algumas medidas governamentais, como a concentração da exploração de produção, negligenciando a capacidade de refinamento, já abria precedentes para maior participação do setor privado.

O governo de Ernesto Zedillo (1994-2000) estava completamente associado com o capital privado estadunidense. Foi durante o seu governo que houve maior privatização das empresas estatais e a retirada do artigo 27 constitucional que, no caso da empresa petrolífera, colocaria 49% de suas ações em mãos do setor privado. Em relação a PEMEX, com o intuito de dar continuidade à inserção privada no setor energético, Zedillo deu continuidade aos pacotes creditícios. No entanto, o maior agravante foi que o Estado pôs em risco a soberania nacional quando disponibilizou aos Estados Unidos a informação estratégica da empresa. Apenas em 1996 a PEMEX redefine sua estratégia.

²²⁴ Ver: Ortiz, *op cit.*; Reina *op cit.*; Toledo *op. cit.*; Miguez-Laguna; Sánchez-Salazar; Izquierdo. *op cit.*

²²⁵ *Op cit.*

²²⁶ Entende-se desregulação no sentido econômico do termo: diminuição da intervenção do Estado na economia pela supressão das regras que regulamentam.

Em 1995, Zedillo traz a público o “*Plan Nacional de Desarrollo Sexenal*”²²⁷, propondo a formação de sete corredores de “*Integración Urbano Industrial*”²²⁸, pondo o istmo no centro nervoso da conexão e da importância que teria nessa nova fase do México com relação a aproximação com o vizinho do norte e as relações comerciais estabelecidas por meio do TLCAN²²⁹. Em 1996, Zedillo apresentou o “*Programa Integral de desarrollo para el Istmo de Tehuantepec*”²³⁰, conformando 64 projetos e um investimento de 19 bilhões de pesos.

Los proyectos se orientaron a la necesidad de crear el sistema multimodal transístico, la privatización de la petroquímica, un plan de desarrollo forestal, el establecimiento de una planta automotriz y el mejoramiento de las comunicaciones, con la finalidad de concentrar algunas etapas de las cadenas productivas mundiales, integrar las costas del norte y el sureste del país y, posteriormente, construir el cruce interoceánico de mercancías²³¹.

O “*Megaproyecto del Istmo*” já se aproximaria, de maneira mais contundente, com o Plan Puebla-Panamá devido ao planejamento integrado de atividades condizentes a vários setores da economia. No entanto, é possível perceber que o interesse na região sudeste, em especial o Istmo de Tehuantepec, remonta ao século XIX. Faz-se crer que aí já estariam presentes as raízes daquilo que viria a se conformar como PPP. Contudo, há outros projetos que irão dar conformidade ao Plano e que procurar-se-á detalhar no próximo e último capítulo.

²²⁷ “Plano Nacional de Desenvolvimento do Sexênio”.

²²⁸ “Integração Urbano Industrial”.

²²⁹ Castillo, *op. cit.*

²³⁰ “Programa Integral de desenvolvimento para o Istmo de Tehuantepec”.

²³¹ “Os projetos se orientaram para a necessidade de criar o sistema multimodal transístico, a privatização da petroquímica, um plano de desenvolvimento florestal, o estabelecimento de uma indústria automotriz e o melhoramento das comunicações, com a finalidade de concentrar algumas etapas das cadeias produtivas mundiais, integrar as costas do norte e do sudeste do país e, posteriormente, construir o cruzamento interoceânico de mercadorias”. Ver: Míguez-Laguna; Sánchez-Salazar; Izquierdo. *op cit.* p. 128.

4. REORDENAMENTO POLÍTICO DO PLAN PUEBLA-PANAMÁ

O Plan Puebla-Panamá, além de se apresentar como uma espécie de panaceia, procura ilustrar sua natureza inovadora, formado pela força de dois elementos políticos essenciais: o caráter democrático representado pela saída do Partido Revolucionário Institucional (PRI) do poder central; e a capacidade e habilidade do novo governo em pensar diferente, propor novas saídas. A bem da verdade, o Plano não surgiu aleatoriamente, suas raízes históricas já foram expostas acima, mas não são as únicas. O Plano é, na realidade, uma síntese de outros projetos, programas e mesmo pesquisas. O próprio documento-base reconhece o apoio de organizações paraestatais e instituições internacionais, dentre eles: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL); o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA); o Instituto Interamericano para Cooperação Agrícola (IICA); o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE). De acordo com Marín

No se trata de un plan comandado por una sola mente, perversamente dedicada a “conquistar el mundo”. Se trata de un producto colectivo muy sofisticado que – de acuerdo a las complejas circunstancias actuales de la acumulación mundial del capital – busca esclarecer cuáles son las mejores oportunidades lucrativas en la región para los principales grupos de poder centrados en Estados Unidos²³².

Para os mais conservadores e desavisados, o autor estaria desenvolvendo, de maneira clara e minuciosa, uma certa perseguição aos Estados Unidos. No entanto, em se conhecendo a história do México e um pouco do ímpeto expansionista do vizinho do Norte, como procurou-se mostrar anteriormente, reconhece-se, ao menos, a possibilidade de os EUA possuírem a intenção de expandir o raio de ação do seu capital, *soft power*²³³, não necessariamente expandir seu território, mas usar sua zona de influência como espaço de produção e reprodução do capital. Pode-se perguntar ainda: mas, como México

²³² “Não se trata de um plano comandado por uma mente apenas, perversamente dedicada a “conquistar o mundo”. Se trata de um produto coletivo muito sofisticado que – de acordo com as complexas circunstâncias atuais da acumulação do capital – busca esclarecer quais são as melhores oportunidades lucrativas na região para os principais grupos de poder centrados nos Estados Unidos”. MARÍN, Andrés Barreda. **Los Peligros del Plan Puebla-Panamá**. In.: Mesoamérica, los ríos Profundos: Alternativas Plebeyas al Plan Puebla-Panamá. México: Instituto Maya, 2001. p. 137.

²³³ O conceito de *Soft Power* foi proposto por Joseph Nye; está relacionado com “a capacidade de um Estado em obter o que deseja através do poder de atração da sua cultura, das suas ideias, das suas políticas domésticas [sobretudo sua política macroeconômica] e de sua diplomacia”. Nye, Joseph. **Soft Power – The means to success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

permitiu/permite tal façanha? Por certo, não foi, assim como não é, o desejo de sua população, mas dentro da estratégia de uso do território mexicano, incluiu-se os principais grupos do poder econômico do país, no que Marín denominou de “*procesos generales de disolución de la nación*”²³⁴. Não houve – por parte do Estado, muito menos do setor privado – interesse em elaborar programas e políticas que procurassem solucionar, de maneira precisa, as raízes da pobreza do sul-sudeste mexicano, mas apenas o intuito de explorar a região economicamente.

O autor faz um levantamento dos projetos, programas e pesquisas que deram bases ao Plan Puebla-Panamá. Além de identificar que o Plano integrou programas locais ou regionais de desenvolvimento, tais como: as experiências da “*Comisión del Río Balsas*”²³⁵; o Programa de Chontalpa²³⁶, o Programa de Mezcaltepec²³⁷; e o Programa de Papaloapan²³⁸. Além desses, Marín identificou sete grupos de documentos oficiais elaborados nos EUA, México e América Central com o apoio de funcionários dos governos e *think thanks*²³⁹ estadunidenses ou centro-americanos.

O primeiro programa revelado por Marín é o Corredor Biológico Mesoamericano (CBM) elaborado pelo Banco Mundial. Não causa estranheza que esta instituição tenha interesse na institucionalização de áreas de preservação, uma vez que foi incorporado em sua política, nos idos da década de 1990. O incentivo de criar áreas de preservação era acompanhado da amortização da dívida, caso permitissem em seu estatuto o uso e o manejo sustentáveis, monitoradas por organizações ambientalistas estadunidenses. De acordo com o autor, o CBM é, antes de qualquer coisa, um laboratório de estudos, análise de ecossistemas e engenharia genética que transformam os bancos genéticos, bem como o conhecimento²⁴⁰ indígena em bancos de conhecimentos locais²⁴¹. A formação do

²³⁴ Marín *op cit.* p. 137.

²³⁵ “Comissão do Rio Balsas”. O rio corta os estados de Guerrero e Michoacán com uma extensão de 771 km. Em seu curso alto, denominado *Atoyak*, também cortam os estados de Puebla e Tlaxcala. É um dos maiores rios;

²³⁶ Chontalpa é uma das cinco sub-regiões produtivas do estado de Tabasco. Seu nome deriva do grupo étnico *Chontal* que possui seu território na região. Esta, por sua vez, é de grande importância por compor a região hidrográfica do rio Grijalva

²³⁷ Mezcaltepec é um pequeno povoado localizado na cidade de Quechultenango, no estado de Guerrero

²³⁸ Papaloapan é um nome de origem náhuatl – *papaloti* (mariposa) e *apan* (lugar de) – a junção desses dois nomes dão forma ao “Rio das Mariposas”. É um rio importante que desagua no Golfo de México e corta os estados de Puebla, Oaxaca e Veracruz.

²³⁹ *Think Thanks* são grupos de interesses que produzem conhecimentos sobre assuntos estratégicos, difundem ideologias e procuram influenciar em processos de mudanças econômicas, sociais e políticas.

²⁴⁰ O autor utiliza o termo “saberes indígenas” ao invés de conhecimentos indígenas. Contudo, há por parte de setores da sociedade, especialmente a academia, um menosprezo em relação ao saber, sobretudo, quando trata-se de saber popular ou indígena. Nesse caminho, preferiu-se utilizar o termo conhecimento, uma vez que atribui o mesmo peso do conhecimento científico.

²⁴¹ Marín, *op cit.*

corredor se mostra falha, visto que propõe a convivência pacífica de Áreas Naturais Protegidas (ANP) com o sistema de plantação, separados por áreas de amortecimento.

O conhecimento ocidental tem dificuldade em compreender a natureza como sistema integrado. Ainda que haja a separação por área de amortecimento, a área preservada não deixa de receber impacto, tanto pela poluição dos rios a jusante ou a montante quanto pela poluição dos solos e toda ação antrópica. Diz-se conhecimento ocidental porque mesmo os ambientalistas têm a dificuldade de compreender tal fato, defendendo, por vezes, o uso de tecnologias mais limpas como solução dos problemas. A substituição da tecnologia não põe fim à degradação humana consequente de trabalho análogo à escravidão, tampouco reduz o impacto da destruição florestal e perda da biodiversidade vegetal e animal. Os discursos ambientalistas ou do cuidado com o meio ambiente mascaram as reais intenções de organismos multilaterais.

De todo modo, Marín equivoca-se quando afirma que esse é o antecedente mais antigo do Plan Puebla-Panamá, mas acerta quando afirma que o CBM é “el laboratorio donde se experimentan programas de privatización de bioriquezas”, além de experimentar “la creación de nuevas instituciones interregionales con que se impulsa la privatización y desnacionalización de recursos estratégicos como la biodiversidade y el agua”²⁴². O PPP, como sucessor mais robusto do CBM, seria nesse caso um instrumento capaz de pressionar os países mesoamericanos a facilitar o acesso às riquezas naturais da região.

Além do CBM, há outros documentos que demonstram o interesse da região. O segundo grupo de documentos analisados pelo autor tinha conteúdos geopolíticos e havia sido elaborado pela CEPAL, BID e por centros universitários estadunidenses. Esses documentos fazem sínteses idênticas sobre a efetiva integração mesoamericana, propondo a construção e a modernização das rodovias, a construção de corredores interoceânicos, como já visto mencionado antes. O terceiro documento que fundamenta o PPP é o *Plan de Desarrollo Urbano* (1995-2000), publicado em 1996, seis anos antes, no governo de Ernesto Zedillo. O quarto grupo de documentos é um conjunto de estudos realizados por distintas instituições²⁴³ que procuraram diagnosticar e propor o desenvolvimento de infraestruturas distintas e promover maior integração viária, energética e telefônica.

²⁴² “[...] o laboratório onde se experimentam programas de privatização de bioriquezas” [...] “a criação de novas instituições inter-regionais com que se impulsa a privatização e desnacionalização de recursos estratégicos como a biodiversidade e a água”. Marín, *op cit.* p. 139

²⁴³ Centro Latino-americano para Competitividade e o Desenvolvimento Sustentável (CLADS); CEPAL; Central American Isthmus. Diagnostic Study fo the Petroleum Industry, IDB/FOMINFLCAL Project, janeiro de 2000); Centro de Estudos Integrados de Desenvolvimento Comunal (CEDEC); entre outros.

Sem sombra de dúvidas, esse é um dos antecedentes fundamentais do planejamento turístico na região. No entanto, o Plano vai propor a ampliação da área de atuação do turismo, englobando os nove estados da região. Requerem-se, nesse caminho, o desenvolvimento de um sistema básico de acesso em sintonia com os projetos de integração viária, energética, enfim, com as ações aviltadas pelo PPP. Estão previstas a criação e a efetivação de duas regiões turísticas: a região Palenque-Cascadas de Agua Azul que inclui os municípios de Palenque e Chilón, localizados ao norte de Chiapas (zona arqueológica de reconhecimento internacional); e o corredor Cancún-Riviera Maya que inclui os municípios de Isla Mujeres, Benito Juárez, Solidaridad e Cozumel, localizados no estado de Quintana Roo²⁴⁴.

Em realidade, a região tem chamado a atenção do setor privado, do mercado imobiliário e hoteleiro. O Plano destaca, por certo, os impactos positivos do turismo, além de mencionar, de maneira adequada, os possíveis impactos ambientais, mas em nenhum momento faz menção às pressões que grandes empresas do setor turístico têm realizado com o intuito de privatizar ilhas, a exemplo de Cozumel. O Plano não é transparente no que tange à condução para a efetivação da atividade turística na região. A ilha tornou-se um alvo das empresas investidoras do ramo turístico: hotéis, bares, restaurantes, clubes. Muito embora a comunidade tenha somado esforços para tentar frear o processo privatizador, não tem conseguido chamar atenção do poder público, mesmo porque autoridades se encontram completamente envolvidas²⁴⁵.

O caso emblemático da ilha ocorreu em 2005, quando candidatos a cargos públicos participaram da marcha *Ventanas al Mar*²⁴⁶, na tentativa de conter ou ao menos frear, a privatização e, sobretudo, a mudança da paisagem que impedia a visualização do mar (o protesto era, principalmente, sobre o direito à paisagem, à utilização e à vivência do território como um todo). Estes quando estavam em exercício de seus cargos já em 2007 – o senhor Gustavo Ortega, prefeito; e a senhora Ady Joaquín, deputada federal – assim como muitos políticos que depois de eleitos negligenciam a postura adotada em companhia, já não mais se importavam com a apropriação da ilha por parte do setor empresarial, pelo contrário, passaram a incentivar e facilitar o acesso²⁴⁷.

²⁴⁴ Gobierno de México. Capítulo México: Documento Base. *Op cit.*

²⁴⁵ GUARDADO, Gustavo Marín. **Sin Tierras no Hay Paraíso**: turismo, organizaciones agrarias y apropiación territorial en México. España (Tenerife): PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, nº 15, 2015.

²⁴⁶ “Janelas ao Mar”.

²⁴⁷ RESTREPO, Iván. **Privatización de Litorales y uso de plaguicidas**. La Jornada. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2007/08/13/index.php?section=politica&article=016a2pol>. Acesso em 28

Por sua vez, o sétimo e último documento é o texto produzido por Levy, Kessel e Dávila. Talvez seja o documento mais citado e criticado por pesquisadores que se dedicaram em estudar e analisar o Plano, inclusive porque é uma síntese de todos os programas que dão bases ao PPP. Aliás, o texto é o que vai dar vida ao Plano como tal, assim como guiar as ações para sua efetivação. Em *El Sur también Existe*, cria-se a expectativa de defesa à apropriação histórica realizada pelos europeus, no entanto, abordam o TLCAN de maneira decepcionante, ao afirmarem que

El 1º de enero de 1994 Chiapas sorprendió a México y al mundo. La entrada en vigor del *Tratado de Libre Comercio del Norte* (TLCAN), prueba inequívoca de un México dispuesto a entrar de lleno en la modernidad coincide, no casualmente, con el descubrimiento, para muchos, de un México desconocido y, para otros, constancia del olvido, pobreza y marginación en la que una gran cantidad de ciudadanos se encuentran sumergidos. Con el inicio del conflicto armado en Chiapas se hizo patente la gravedad de la problemática de la entidad²⁴⁸.

Acredita-se que os autores possuem uma noção muito específica de modernidade – a aceitação do neoliberalismo como condutor dos processos econômicos e das relações sociais – sem compreender a dinâmica das sociedades indígenas. Além disso, demonstram um profundo desconhecimento sobre a história: a região sul-sudeste foi encontrada pelos espanhóis no século XVI e não foi esquecida. Os inúmeros projetos e políticas, anteriormente tratados ilustram os interesses na região, logo o levante de Chiapas não foi o agravante, mas o resultado dos conflitos.

Todos diagnósticos referentes à população, clima, relevo, biodiversidade, água e o conseqüente potencial da região para incorporar o sistema de plantação foram feitos por esses autores. A suposta preocupação com a pobreza vivenciada pela população omite, em meio às opiniões e propostas, as reais intenções. Levam a crer que aqueles desconhecem as causas relativas à marginalização. Assim como as soluções apontadas não demonstram qualquer tentativa de reverter o problema.

A partir disso, iniciam o diagnóstico dos problemas e causas da pobreza. Afirmam

de nov 2016.

²⁴⁸ “1º de janeiro de 1994 Chiapas surpreendeu o México e o mundo. A entrada em vigor do *Tratado de Libre Comercio del Norte* [grifo do autor] (TLCAN), prova inequívoca de um México disposto a entrar de cheio na modernidade coincide, não casualmente, com o descobrimento, para muitos, de um México desconhecido e, para outros, constância do esquecimento, pobreza e marginalização cuja uma grande quantidade de cidadãos se encontram submersos. Com o início do conflito armado em Chiapas se fez patente a gravidade da problemática da entidade”. DÁVILA, Enrique; KESSEL, Georgina; LEVY, Santiago. **El Sur también existe**: un ensayo sobre el desarrollo regional de México. Economía Mexicana Nueva Época, volumen XI, número 2, segundo semestre de 2002, p. 206.

que a dispersão populacional é resultado de políticas públicas, destacando: estabelecimento de preços artificiais altos para produtos agrícolas, em especial o milho; incentivo do cultivo em terras com vocação florestal; pontos de vendas de alimento subsidiado a preços uniformes; e a divisão da propriedade agrícola que impactou diretamente na localização, tamanho e características das parcelas de terra²⁴⁹. A maior parte das explicações se reduzem, nem mesmo à questão econômica, mas, essencialmente, à política de preços aplicada pelo Estado; uma medida encontrada para não provocar alteração na alimentação básica do cidadão comum, ou melhor, no produto essencial à mesa: a tortilha.

Desse modo, é possível perceber que há pelo menos dois equívocos na análise realizada: i) a região, ao contrário do mencionado, é alvo de políticas públicas desde 1823 – políticas essas que promoveram grandes deslocamentos demográficos, tanto para abrir espaços para estradas, indústrias, portos quanto pela oferta de emprego e os consequentes assentamentos humanos em áreas de risco; ii) há no México um número considerável de “povos originários” – que já estavam presentes em áreas isoladas desde a chegada dos espanhóis e resistiram ou, simplesmente, não sentiram a força do processo colonizador, agora com fôlego renovado com o Estado ocidental mexicano. Nenhuma iniciativa de construção de corredores viários – seja interoceânicos no Istmo de Tehuantepec ou conectando a região sul-sudeste com o centro comercial do país – levaram em consideração ou procuraram conectar essas comunidades isoladas. O objetivo sempre foi construir os corredores para facilitar o fluxo de mercadorias²⁵⁰.

Além das questões supracitadas, os autores ainda mencionam problemáticas estruturais como a repartição da terra (consagrada pela constituição de 1917) que promoveu impacto na localização, tamanho e características¹⁸⁶ acima. Em primeiro lugar, acredita-se que o fato de expor os números referentes à região sul-sudeste é uma forma de excluir ou omitir as particularidades. Mesmo em considerando a região como um todo, percebe-se que existe cultivo e uma grande participação na produção de alimentos de subsistência reconhecido pelo próprio Plano (como visto anteriormente). Em isolando cada Estado do todo, é possível apontar que aqueles que, historicamente, são alvos de políticas públicas e iniciativa privada, exemplo de Oaxaca, os dados comprovam a alta produtividade que o Estado possui. A manipulação dos dados tem como objetivo justificar

²⁴⁹ Dávila, Kessel e Levy. *Op cit.*

²⁵⁰ Castillo; Toledo; Ortiz; Martinez-Laguna; Sánchez-Salazar; Izquierdo. *op cit.*

as ações do Estado na região: a institucionalização da plantação. Por sinal, pelo menos dois dos produtos mencionados pelos autores – café e açúcar – são sazonais e não perenes como afirmado. Na sequência, os autores elaboraram uma proposta que foi ocultada no Documento Base do Plano:

Para dar mayor seguridad a la tenencia de la tierra, resulta imprescindible que se perfeccionen las reformas a la legislación agraria con el objeto de reflejar el hecho de que una parte de las tierras ejidales²⁵¹ son de uso comunal – pastos y montes, principalmente. Asimismo es necesario remover obstáculos jurídicos a la operación eficiente del Programa de Certificación de Derechos Ejidales, con particular énfasis en el sureste²⁵².

Os autores já haviam mencionado questões a respeito da posse do Estado sobre recursos estratégicos (petróleo, água e hidrocarboneto) que evitava o derramamento de investimentos na região. Essa e outras partes do texto “*El Sur también existe*” foram copiadas *ipsis litteris* pelo Plano – já apresentado na primeira parte desse capítulo. Com isso, deixou-se implícito a necessidade de realizar uma reforma energética. Contudo, na passagem acima mencionada, expuseram claramente os problemas referentes à estrutura da terra, deixando perceptível a necessidade de uma reforma radical ao propor a retirada de qualquer obstáculo jurídico. Nesse contexto, crê-se que as reformas estruturais que foram empreendidas no México a partir de 2012 tiveram como precedentes o Plan Puebla-Panamá, assim como aqueles que deram bases a sua conformação. A respeito das reformas, ir-se-á abordar no próximo item.

4.1 A Reestruturação do PPP

Até o final de 2003, houve no México um grande número de protestos contra o Plano promovidos por diversas instituições. Com a crise de 2002, somado aos protestos

²⁵¹ Ejido no México são as propriedades rurais de uso coletivo. De acordo com a lei agrária da constituição mexicana os ejidos são divididos em três categorias distintas: a) terras parceladas – pertence a um indivíduo que possui o direito da terra, que pode alienar de outros indivíduos, mas não pode vendê-la, se destina apenas para uso e fruto; b) terras de uso comum – são aquelas que se encontram no limite entre duas ou mais propriedades e todos podem utilizá-la, mas não há a posse da terra; c) terra para assentamento humano – pertencem ao Estado, mas são divididas entre os menos favorecidos para que dela possam tirar seu sustento, mas não podem utilizá-la como se fosse propriedade privada.

²⁵² “Para dar maior segurança à propriedade da terra, se faz imprescindível que se aperfeiçoem as reformas da legislação agrária com o objetivo de refletir o feito de que uma parte das propriedades comunais – pastos e montes, principalmente. Se faz necessário também, remover obstáculos jurídicos à operação eficiente do Programa de Certificação dos Direitos Comuns, com particular ênfase no Sudeste. Dávila, Kessel, Levy. *Op cit.* p. 244.

que tomavam o país, o Plano recuou, deixou de fazer parte das manchetes dos principais jornais impressos e televisivos do país, inclusive, chegaram a anunciar que a falta de verba, prejudicava a viabilidade de sua execução, e, por conseguinte, não havia condições de dar continuidade ao mesmo. Contudo, isso não passou de uma estratégia encontrada pelos seus defensores. Em março de 2004, o PPP buscou fortalecer seus mecanismos institucionais, organizando-se de maneira articulada e com uma coordenação hierarquizada, assentando suas bases formalmente, através da “Acta que Institucionaliza el Mecanismo del Plan Puebla-Panamá”²⁵³, na qual se identifica suas principais instâncias: a “Cumbre de Presidentes”²⁵⁴; e a “Comisión Ejecutiva (CE)”²⁵⁵ como carro chefe na condução e efetivação do Plano, tendo como seu órgão de apoio a “Dirección Ejecutiva (DE)”²⁵⁶.

Em 2007, ocorreu em Campeche/México, durante os dias 09 e 10 de abril, a “Cumbre para el Fortalecimiento del Plan Puebla-Panamá”²⁵⁷. De acordo com o informe oficial publicado, a Conferência de Campeche renovou o compromisso político ao mais alto nível e estabeleceu metas para consolidá-lo, enfocando nas áreas: a) fortalecimento institucional; b) maior articulação com outros mecanismos regionais; c) depuração da carteira de projetos e incorporação de critérios para seleção e gestão; e d) posicionamento e difusão.

A nova estrutura possibilitava a formalização de Escritórios Nacionais, estabelecendo, nesse caminho, uma maior articulação entre os países por meio dos Ministérios da Fazenda, assim como entre os setores empresariais dos países envolvidos, com o intuito de dar suporte às ações de programação orçamentária e de gestão de projetos, conformando a “Comisión de Promoción y Financiamiento”²⁵⁸. A comissão seria chefiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE) e Corporação Andina de Fomento (CAF). E tinha como objetivo maior facilitar a gestão dos recursos financeiros e apoiar os países na promoção e captação de recursos, além de fortalecer a cooperação.

Durante a Conferência, os participantes consideraram que o Plano não possuía uma difusão eficiente no concernente à relação com a sociedade civil. Desse modo,

²⁵³ “Ata que Institucionaliza o Mecanismo do Plan Puebla-Panamá. Disponível em: http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr.opalc/files/PPP_0.pdf.

²⁵⁴ “Conferência de Presidentes”.

²⁵⁵ “Comissão Executiva”.

²⁵⁶ “Direção Executiva”.

²⁵⁷ “Conferência para o Fortalecimento do Plan Puebla-Panamá”.

²⁵⁸ “Comissão de Promoção e Financiamento”.

estabeleceram como uma das prioridades do Plano o fortalecimento da estratégia de comunicação para informar sobre os trabalhos e os resultados obtidos e almejados.

A não eficiência comunicacional é evidente. Acredita-se na importância em lembrar que a falta de clareza sobre o Plano, seus objetivos, iniciativas, foram razões dos protestos realizados por movimentos sociais, indígenas e camponeses. O Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) encampou uma marcha de Chiapas ao Distrito Federal para exigir, não apenas esclarecimentos sobre o Plano, mas para lutar pelo reconhecimento dos direitos de autonomia (*autodeterminación*) dos povos indígenas perante ao Congresso Nacional.

Do dia 10 a 12 de maio de 2001, aconteceu na cidade de Tapachula, Chiapas, o “I Foro de Información, Análisis y Propuestas: El Pueblo es Primero Frente a la Globalización”²⁵⁹, articulado pela Diocese de Tapachula, *La Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio (RMALC)* y *Centro de Investigaciones Económicas y Políticas de Acción Comunitaria (CIEPAC)*²⁶⁰. O Fórum teve uma presença maciça, não apenas da sociedade civil mexicana, mas também de países da América Central, que estavam sentindo a forte presença das ações do Plano. Ao total, foram contabilizadas a participação de 250 representantes de 131 organizações, tanto da sociedade civil como de produtores mexicanos e centro-americanos. Além de contar com a participação de professores e pesquisadores acadêmicos, críticos do Plano. Nesse encontro, foi confeccionada uma declaração:

Considerando que cualquier plan de desarrollo debe ser resultado de un proceso democrático, y no de un proceso autoritario, rechazamos firmemente el llamado Plan Puebla Panamá (PPP) porque es un renovado proyecto de colonización salvaje de Centroamérica Sur-Sureste de México y países Centroamericanos, el arribo de los intereses del gran capital, las transnacionales y de las oligarquías. Un plan que profundizará aún más el empobrecimiento de los pueblos y la destrucción de nuestras culturas y de la naturaleza. Rechazamos categóricamente el intento de imponer estos planes pasando por encima de la voluntad de los intereses de nuestros pueblos. Expresamos nuestra propuesta de impulsar procesos de integración de nuestros pueblos bajo principios democráticos, de equidad, justicia, sustentabilidad, pero emanados de las necesidades y diversidad cultural, social y económica de cada uno de ellos. La historia nos ha demostrado que solo a partir de un proceso de planeación e integración de abajo hacia arriba se puede asegurar el respeto a los derechos de los pueblos, comunidades y sociedad en su conjunto, a partir del respeto a la diversidad. Los

²⁵⁹ “I Fórum de Informação, Análise e Propostas: O Povo é Primeiro Frente à Globalização”.

²⁶⁰ “Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio (RMALC) e Centro de Investigações Econômicas e Políticas de Ação Comunitária (CIEPAC)”.

participantes demandamos abrir amplios espacios de participación, información, consulta, y debate público con la sociedad civil y con todas las instancias gubernamentales. Rechazamos cualquier simulación de consulta pública, como la que se ha realizado en algunos estados de la República mexicana. Estos procedimientos antidemocráticos son violatorios de la fracción sexta del Artículo 169 de la OIT, relativa a los Derechos de los Pueblos Indígenas, así como de diversos artículos del Protocolo de Derechos Económicos, Sociales y Culturales de la ONU, que nuestros gobiernos están obligados a respetar y vigilar que sean respetados. Afirmamos que, después de analizar y reflexionar sobre la grave crisis en que se encuentra la mayoría de los productores y pobladores de la región, producto de políticas públicas equivocadas y en su mayoría tomadas antidemocráticamente, repetir y profundizar esos esquemas bajo otro nombre no garantiza ningún crecimiento ni desarrollo a favor de la mayoría de la población, y por el contrario amenaza con agudizar la polarización social, la exclusión y la insustentabilidad. Rechazamos la repetición de estrategia de inversión autoritarias que, como muchas de las sugeridas por los intereses de los organismos financieros internacionales multilaterales como el Banco Mundial y del Banco Interamericano Desarrollo, no solo no resuelven, sino que empeoran la situación económica y solo sirven para dar garantía al gran capital, de las empresas transnacionales y de las oligarquías nacionales y locales. Se consideró que el Plan Puebla Panamá, es el resultado de una estrategia de expansión del capital que responde a la llamada globalización neoliberal de la cual forma parte el Acuerdo de Libre Comercio para las Américas (ALCA). El PPP se trata de un programa que quiere ser impuesto una vez más como lo fueron los Programas de Ajuste Estructural y los Tratados de Libre Comercio, con la situación agravante de que es promovido desde el Gobierno Mexicano y abarca a países centroamericanos, lo cual, en el mejor de los casos, es un abuso y una violación a la soberanía de los pueblos del Istmo centroamericano. Denunciamos todas las estrategias orientadas a destruir la economía, nacional, campesina y popular sustento de la soberanía alimentaria y laboral. Y por ello exigimos que se fortalezcan las iniciativas de resistencia, tanto las de índole económica solidarias, equitativas y sustentables, como las que presentaron como ejemplo las organizaciones de productores cafetaleros y de bienes alimentarios básicos. Rechazamos las acciones de biopiratería, de apropiación de la diversidad cultural a través de patentes que pretenden privatizar los saberes comunitarios. Exigimos seriedad por parte de las instituciones a la demanda de moratoria a todos los contratos de bioprospección. Rechazamos la privatización de las Áreas Naturales Protegidas, como se pretende y se ponen en riesgo bajo el Corredor Biológico Mesoamericano. Apoyamos las iniciativas de las Áreas Naturales Protegidas Campesinas e Indígenas. [...] Llamamos a desarrollar y fortalecer todas las formas de resistencia y apoyar y alentar nuevas formas alternativas. [...] exigimos que cualquier política de integración debe combatir las raíces de la expulsión de nuestros compatriotas y en todo caso garantizar sus legítimos derechos humanos. [...] Nos sumamos al rechazo que el Congreso Nacional Indígena ha expresado hacia la distorsión de la ley de Derechos y Cultura Indígena que la mayoría del Poder Legislativo mexicano emitió, castrando el derecho de reconocerle a los Pueblos Indios el carácter de sujetos de derecho, la autonomía y el disfrute pleno territorios y de sus recursos naturales.

Exigimos se retome la Ley Cocopa y se incorpore a la Constitución. Manifestamos nuestro rechazo a la pretensión de garantizar procesos de integración subordinada y autoritaria de nuestros pueblos con el uso de los ejércitos, o la intimidación castrense. [...] Frente a este panorama, urgimos un rechazo a los megaproyectos incluidos en el Plan Puebla Panamá, y exigimos a los gobiernos de nuestros países un debate público e informado que incluya los impactos, económicos, sociales, culturales y ambientales y la discusión de proyectos alternativos de desarrollo e inversión. Los asistentes nos comprometemos a impulsar y construir un Plan Panamá México alternativo que represente los intereses de nuestros pueblos. Por ello llamamos a construir una Alianza Social Mesoamericana, en vías a fortalecer la Alianza Social Continental²⁶¹.

²⁶¹ “Considerando que qualquer plano de desenvolvimento deve ser resultado de um processo democrático e não um processo autoritário, repudiamos firmemente o chamado Plan Puebla-Panamá porque é um renovado projeto de colonização selvagem da América Central (Sur-Sureste de México y Países Centro-americanos), a chegada dos interesses do grande capital, as transnacionais e das oligarquias. Um plano que aprofundará ainda mais o empobrecimento dos povos e a destruição de nossas culturas e da natureza. Repudiamos, categoricamente a tentativa de impor estes planos passando por cima da vontade e do interesse de nossos povos. Expressamos nossa proposta de impulsar processos de integração de nossos povos sob princípios democráticos, de igualdade, justiça, sustentabilidade, mas emanados das necessidades e diversidade cultural, social e econômica de cada um deles. A história nos tem mostrado que apenas a partir de um processo de planejamento e integração de baixo para cima se pode assegurar o respeito aos direitos dos povos, comunidades e sociedade em seu conjunto, a partir do respeito à diversidade. Os participantes, demandamos abrir amplos espaços de participação, informação, consulta e debate público com a sociedade civil e com todas as instâncias governamentais. Repudiamos qualquer simulação de consulta pública, como a que se tem realizado em alguns estados da República mexicana. Estes procedimentos antidemocráticos são violações da seção sexta do Artigo 169 da OIT, relativa aos Direitos dos Povos Indígenas, assim como de diversos artigos do Protocolo de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, que nossos governos estão obrigados a respeitar e vigilar que sejam respeitados. Afirmamos que, depois de analisar e refletir sobre a grave crise em que se encontra a maioria dos produtores e moradores da região, produto de políticas públicas equivocadas e, em sua maioria, tomadas antidemocraticamente, repetir e aprofundar esses esquemas sob um outro nome, não garante nenhum crescimento nem desenvolvimento em favor da maioria da população e, pelo contrário, ameaça em agravar a polarização social, a exclusão e a insustentabilidade. Repudiamos a repetição da estratégia de investimentos autoritários que, como muitas das sugeridas pelos interesses dos organismos financeiros internacionais multilaterais como o Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento que não resolvem, apenas pioram a situação econômica e só serve para dar garantia ao grande capital, das empresas transnacionais e das oligarquias nacionais e locais. Se considerou que o Plan Puebla-Panamá (PPP) é resultado de uma estratégia de expansão do capital que responde a chamada globalização neoliberal, da qual fazem parte o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA). O PPP se trata de um programa que quer ser imposto uma vez mais como o foram os Programas de Ajuste Estrutural e dos Tratados de Livre Comércio, com a situação agravante de que é promovido pelo Governo Mexicano e abarca a países centro-americanos, o qual, no melhor dos casos é um abuso e uma violação à soberania dos povos do Istmo centro-americano. Denunciamos todas as estratégias orientadas a destruir a economia nacional, campesina e popular, sustento da soberania alimentar e trabalhista. E por isso exigimos que se fortaleçam as iniciativas de resistência, tanto as de índole econômica solidárias, equitativas e sustentáveis, como as que apresentam como exemplos as organizações de produtores cafeeiros e de bens alimentícios básicos. Repudiamos as ações de biopirataria, de apropriação da diversidade cultural através de patentes, que pretendem privatizar os saberes comunitários. Exigimos seriedade por parte das instituições a demanda de moratória a todos os contratos de bioprospecção. Repudiamos a privatização das Áreas Naturais Protegidas, como se pretende e se põem em risco na forma do Corredor Biológico Mesoamericano. Apoiamos as iniciativas das Áreas Naturais Protegidas Campesina e Indígenas. [...] Chamamos a desenvolver e fortalecer todas as formas de resistência e apoiar e alentar novas formas alternativas. [...] exigimos que qualquer política de integração deve combater as raízes da expulsão de nossos compatriotas e, em todo caso, garantir seus direitos humanos legítimos. [...] Nos somamos ao repúdio que o Congresso Nacional Indígena tem expressado em relação a distorção da lei de Direitos e Cultura Indígena que a maioria do Poder

A declaração é uma clara manifestação de repulsa, não apenas ao conteúdo do Plano em si, mas à forma, efetivação de suas ações e de tudo que está subjacente ao mesmo; da perspectiva geopolítica, ao perceberem que fazia parte de um projeto de integração maior (ALCA); dos interesses em privatizar as Áreas de Proteção Natural, através do CBM; da tentativa de fragilizar a economia popular e a produção indígena-campesina, fontes da soberania alimentar e laboral. Apontaram como agravante o fato de México estar à frente desse processo, expandindo a fronteira de atuação do capital financeiro, ferindo a soberania dos países da América Central. Contudo, é importante ressaltar que o Estado mexicano é apenas o porta-voz dos interesses de distintos setores da economia nacional e internacional, não minimiza sua culpa ou responsabilidade, todavia, é importante identificar a função que cada um ocupa no desenrolar do Plano.

De todo modo, os indígenas e campesinos classificaram o Plano como antidemocrático por simular consultas públicas; mas também, por ser um renovado projeto de colonização, vinculado ao grande capital. Identificaram o Plano como sendo o mesmo produto (TLC) de uma mesma política (neoliberal) sob um outro nome, rejeitando os megaprojetos inclusos naquele, exigindo espaços de participação, informação e consulta. Entretanto, em nenhum momento foi dito que se era contrário à integração. Na verdade, posicionaram-se contrariamente à integração na forma que está sendo conduzida pelos defensores do PPP. Comprometeram-se, inclusive, em impulsionar uma integração sob o princípio democrático, de igualdade, justiça, sustentabilidade, mediante à diversidade cultural.

A lei indígena foi um outro ponto mencionado, retrato de uma longa e dura luta, impelida pelos movimentos indígenas. Em fevereiro de 1996, o governo federal e o ELZN assinaram acordos relativos ao direito e culturas indígenas, conhecidos como “*Acuerdos de San Andrés Sakamch’en*”²⁶², frutos de um diálogo incessante, na tentativa de promulgar a paz em Chiapas, reconhecendo a autonomia e a autodeterminação dos povos

Legislativo mexicano emitiu, castrando o direito dos Povos Índios de serem reconhecidos como sujeitos de direito, a autonomia e o desfrute pleno de territórios e de seus recursos naturais. Exigimos que se retome a Lei COCOPA e se incorpore a Constituição. Manifestamos nosso repúdio a pretensão de garantir processos de integração subordinada e autoritária de nossos povos com o uso dos exércitos, ou a intimidação castrense. [...] Frente a este panorama, urgimos um repúdio aos megaprojetos incluídos no Plan Puebla-Panamá e exigimos aos governos de nosso país um debate público e informado que inclua os impactos, econômicos, sociais, culturais e ambientais e a discussão de projetos alternativos de desenvolvimento e investimento. Nós, observadores, nos comprometemos em impulsionar e construir um Plan Panamá México alternativo que represente aos interesses de nossos povos. Por isso evocamos a construir uma Aliança Social Mesoamericana, em vias de fortalecer a Aliança Social Continental”. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2001/07/16/oja51-forotapachula.html>.

²⁶² “Acordos de San Andrés Sakamch’en”.

indígenas. Quer dizer, precisamente, o reconhecimento de suas diferenças, mas de nenhum modo, menos mexicanos. A lei versava, inclusive, sobre a participação dos indígenas na tomada de decisão, quando ações do governo fossem efetuadas dentro de seus territórios, haja vista o reconhecimento de garantias relativas à integridade e à preservação das terras indígenas.

Em dezembro do mesmo ano, legisladores de vários partidos – Partido Revolucionário Institucional (PRI); Partido Acción Nacional (PAN); Partido de la Revolución Democrática (PRD); e Partido del Trabajo (PT) – elaboraram uma lei em que retomavam as questões mais importantes dos Acordos, conhecida como *Comisión de Concordia y Pacificación* (COCOPA). Não obstante, em 14 de agosto de 2001, o congresso nacional promove uma reforma da lei, desconhecendo o espírito e a essência dos Acordos. Os setores empresariais pressionaram para que a lei modificasse, conforme seus interesses, uma vez que não havia possibilidade de efetivar o PPP, sem que tais comutações fossem realizadas.

Nessa perspectiva, os dirigentes não estavam errados quando identificaram as fragilidades comunicacionais do Plano. Mas, não fizeram absolutamente nada para ampliar os canais de comunicação, os espaços de consultas que são premissas do próprio Plano; vangloriava-se com o fato de ser proposto em um momento de exercício pleno da democracia mexicana com o advento da eleição de Fox, a utilização de métodos e práticas antidemocráticas. Existe, em América Latina como um todo – por parte de dirigentes e setores empresariais – a certeza inabalável sobre os anseios e desejos da população. Quer-se dizer que aqueles têm plenas convicções sobre, não apenas o que a população quer, e sim, o que precisa e o que é melhor para ela.

Foi, nesse caminho, que em 2008, durante os dias 27 e 28 de junho, ocorreu em Villahermosa, Tabasco/México, a “X Cumbre del Mecanismo de Diálogo y Concertación de Tuxtla”²⁶³. Na ocasião, os dirigentes dos países da América Central e México, junto a representantes de instituições multilaterais, fizeram um balanço dos resultados obtidos com a reestruturação e fortalecimento do Plano. Acordaram dar um novo ânimo ao PPP, promovendo o que eles denominaram de “evolução”. Uma metamorfose perfeita, engendrando o *Proyecto de Integración y Desarrollo Mesoamérica*²⁶⁴, ou simplesmente,

²⁶³ “X Conferência do Mecanismo de Diálogo e Acordo de Tuxtla”.

²⁶⁴ “Projeto de Desenvolvimento e Integração de Mesoamérica”. A página oficial do Projeto é: <http://www.proyectomesoamerica.org/joomla/>.

*Proyecto Mesoamérica*²⁶⁵. Foram identificados alguns problemas: i) a ausência de comunicação e difusão do Plano; b) a duplicidade de projetos (aplicados pelo Plano e por um país em específico); c) a ênfase na economia e não necessariamente em programas sociais. No entanto, as modificações realizadas foram na forma e não no conteúdo.

O Plano trabalhava com oito Iniciativas Mesoamericanas, conhecidas como áreas temáticas e se designou uma área a cada país que fazia parte do Plano. Assim, Belize ficou com a área de Turismo; Costa Rica com Transportes; El Salvador com Telecomunicações; Guatemala com Energia; Honduras com Facilitação Comercial e Competitividade; Nicarágua com Desenvolvimento Sustentável; Panamá com Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; e México com Desenvolvimento Humano.

As mudanças, denominadas de forma e fundo do PPP, foram superficiais: consideraram um Programa de Integração e Desenvolvimento; substituiu-se o esquema supramencionado por um esquema de coordenação das iniciativas por projetos com base nos planos de trabalho anuais; modificou-se a estrutura organizacional do Plano, o que não refletiu em absolutamente nada (**ver a Estrutura Organizacional mais abaixo**); afinou-se com o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA).

O passo mais significativo, na realidade, foi a inclusão de mais dois países: República Dominicana e Colômbia. A inserção deste último no *Proyecto Mesoamérica*/PPP foi estratégica por pelo menos dois motivos: i) a Colômbia seria um elo entre o norte e o sul, ajuntando ao projeto de integração física do hemisfério – a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA); e ii) dar um caráter militarizado ao Plano, uma vez que inclui, ainda que subliminarmente o *Plan Colombia*²⁶⁶. Não por acaso, o México iniciaria, no mandato de Felipe Calderón Hinojosa (2006-2012), a guerra contra o narcotráfico, uma pauta importante da política externa dos EUA.

²⁶⁵ “Projeto Mesoamérica”

²⁶⁶ O “Plano Colômbia” é um acordo bilateral entre Estados Unidos e Colômbia, assinado em 1999 pelos presidentes Bill Clinton e Andrés Brestanas; possui três objetivos: i) revitalização social e econômica; finalizar o conflito armado e criar uma estratégia contra o narcotráfico.

Estrutura Organizacional do *Proyecto Mesoamérica*/PPP²⁶⁷

²⁶⁷ A Estrutura Organizacional foi desenhada pelo autor com base nas especificações do Informe Ejecutivo. Ver: PROYECTO MESOAMÉRICA. **El PPP: Avances, retos y perspectivas** – evolución del Plan Puebla Panamá hacia un Proyecto de Integración y Desarrollo de Mesoamérica (Proyecto Mesoamérica)/Informe Ejecutivo, 2008. Disponível em: <http://www.proyectomesoamerica.org/joomla/>. Acesso em 20 de mar de 2014.

Outra mudança que ocorreu foi, necessariamente, discursiva: o Plano passaria a dar maior ênfase ao desenvolvimento social e humano que à economia. É discursivo, em primeiro lugar, porque os números de projetos sociais não se equiparam em número, gênero e grau aos de infraestrutura; em segundo lugar, as carteiras vinculadas aos projetos demonstram inclinação em investir em grandes projetos (**Tabelas 3 e 4**). Os dados são referentes a 2008, podendo-se pensar na possibilidade de se tratar da primeira etapa do Plano, levando a acreditar que em um futuro próximo haveria um investimento mais contundente nas demais áreas. Conquanto, os gráficos preparados pelo próprio Plano, no balanço preparado pelos dirigentes, demonstram a completa ausência de investimentos nas áreas sociais e ambientais (**Gráficos 1 e 2**), ratificando-se, como mera intenção de investir, não se convertendo em objeto factível.

Tabela 3: Projetos Elaborados

Projetos			
Tema	Em Desenho	Em Execução	Total
Energia (Eletricidade e Renováveis)	3	3	6
Telecomunicações	1		1
Transporte	5	3	8
Facilitação Comercial	1	1	2
Saúde	1		1
Desastres Naturais	1		1
Desenvolvimento Sustentável	3		
Total Geral	14	8	22

Fonte: Informe Executivo do Proyecto Mesoamérica

Tabela 4: Carteira em Execução

Carteira em Execução		
Tema	Programa ou Projeto	Financiamento Obtido (Milhões de Dólares)
Energia	Programa Mesoamericano de Interconexões Elétricas (SIEPAC e Interconexão México-Guatemala)	425.8
Energia	Programa Mesoamericano de Hidro energia	170
Energia	Programa Mesoamericano de Eletrificação Rural	86
Telecomunicações	Autopista Mesoamericana da Informação (AMI)	18
Transporte	Rede Internacional de Estradas Mesoamericanas (RICAM em espanhol)	7,192
Transporte	Programa de Modernização de Infraestrutura Viária em Passagens Fronteiriças da América Central	8
Transporte	Rede Internacional de Aeródromos de Mesoamérica (RIAM)	7
Facilitação Comercial	I Fase do Programa de Modernização da Alfândega e Passagens Fronteiriças	3.01
Total		7,909.81

Fonte: Informe Executivo do Projeto Mesoamérica (obs. A soma está equivocada, o total seria de 7,850.62)

Gráfico 1: 62 Operações Concluídas²⁶⁸ **Gráfico 2: 45 Operações em Execução**

Fonte: Informe Ejecutivo do Proyecto Mesoamérica

²⁶⁸ Os dados são referentes aos anos de 2008-2015, referente ao balanço que os dirigentes realizaram. Os gráficos estão disponíveis na página oficial do *Proyecto Mesoamérica*. Ver: http://www.proyectomesoamerica.org/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=793&Itemid=281.

Além disso, o Plano se compromete em pensar na segurança alimentar, na expectativa de erradicar a fome na região, mas contradiz-se com as iniciativas propostas pelo mesmo. Explica-se: em 2009, foi criada a Rede Mesoamericana de Investigação e Desenvolvimento de Biocombustíveis (RMIDB), com a liderança de México e Colômbia. Na ocasião foi proposto, inclusive, criar um curso de pós-graduação Mesoamericano de Biocombustíveis. A proposta seria examinada pelos Bancos e por Universidades para avaliar e, possivelmente, financiar o curso²⁶⁹. Bom, se há intenção de financiamento dos projetos voltados à produção deste setor, a possibilidade de se pensar em segurança alimentar é nula, haja vista divergência de interesses; a tentativa de expandir a fronteira agrícola; e o consequente conflito no campo.

Nessa perspectiva, percebe-se que o Plano dá continuidade às suas atividades, sem o conhecimento da população. Os mecanismos de comunicação e difusão nem sequer saíram do papel e a proposta de formação de uma rede transversal com setores da sociedade civil ficou no campo das ideias. É certo que o diálogo com os empresários é contínuo e direto, viabilizado pelos Escritórios Nacionais ou participação nas Conferências promovidas pelo Plano. A não comunicação e difusão é uma estratégia encontrada pelo mesmo para evitar o desgaste das ações, devido a protestos e pressões sociais. Como a população mexicana não tem o conhecimento sobre a continuidade e desenvolvimento do PPP, os protestos são isolados ou lutam por causas separadas, sem ter a dimensão da complexidade que lhes assolam.

A Frente Nacional Indígena e Campesina em Defesa da Terra e do Território, forjada durante o I Encontro Nacional Indígena e Campesino em Defesa da Terra e do Território, em março de 2014, opôs-se aos megaprojetos de mineração que estavam se concretizando na serra norte do estado de Puebla e contra a construção de uma represa. O Movimento em Defesa da Vida e do Território (MODEVITE), representante de indígenas e campesinos de 11 municípios localizados ao norte de Chiapas, protestou no dia 20 de novembro do presente ano, contra as atividades extrativistas. Assim como uma série de protestos em todo sul-sudeste mexicano contra a privatização de ilhas, mudanças nas paisagens, concessão de atividades mineiras, entre outros.

Nesse contexto, é imprescindível destacar que o mais importante não são as ações promovidas pelo Plano: o estabelecido e escrito nos Informes Executivos ou mesmo no

²⁶⁹ PROYECTO MESOAMÉRICA. **XIII Cumbre del Mecanismo de Diálogo y Concertación de Tuxtla:** Informe Ejecutivo 2009-2011. Mérida/Yucatán/México, 2011

Documento Base; mas sim, as façanhas veladas, as manobras e a interferência direta no Estado para satisfazer os interesses empresariais. Não por acaso foram encampadas 11 reformas estruturais em apenas 20 meses: i) reforma energética; ii) reforma em matéria de telecomunicações e radiodifusão; iii) reforma em matéria de concorrência econômica; iv) reforma financeira; v) reforma tributária; vi) reforma laboral; vii) reforma educativa; viii) reforma do código penal; xix) nova lei de amparo; x) reforma política eleitoral; e xi) reforma em matéria de transparência. Dentre elas, pode-se destacar como sendo fundamental para o presente trabalho, as reformas Energética²⁷⁰ e do Laboral²⁷¹.

Em relação à Reforma Laboral, têm-se dois quesitos a serem considerados, quais sejam: i) novas formas de contratação; e ii) a regulamentação da subcontratação. No primeiro caso, cria-se uma nova categoria denominada “*contratos a prueba*”²⁷², permitindo ao empregador formalizar um contrato temporário. Muito embora a legislação não encoraje a utilização deste artifício mais de uma vez com o mesmo empregado, não limita a quantidade de vezes que uma empresa pode utilizá-lo. Tal mecanismo autoriza a empresa a não obter vínculo empregatício em determinados escalões da empresa. Acredita-se que a mesma manobra pode ser utilizada por empresas *maquiladoras* e setores agrários nos períodos de safra, eximindo-se de responsabilidades trabalhistas.

De toda forma, considera-se a regulamentação da subcontratação, um fator agravante haja vista legitimar a terceirização como norma, inclusive, em setores públicos e acaba por criminalizar os protestos, uma vez que em sendo regulamentada tais condições de trabalho, respalda-as mediante a lei, logo, não há possibilidade de manifestar qualquer tipo de insatisfação. Assim, o presidente da república em exercício, Peña Nieto (2012-2018), selou em bases muito bem alicerçadas os mecanismos anteriormente utilizados por empresas que estavam à margem da lei, pondo o código normativo em consenso com as práticas realizadas pelas mesmas.

Já a reforma energética é mais complexa, devido à promoção de mudanças estruturais na propriedade dos recursos energéticos, assim como na extração, armazenamento e comercialização. O artigo 27 constitucional versava sobre a inalienabilidade e imprescritibilidade da propriedade da nação sobre os hidrocarbonetos

²⁷⁰ GOBIERNO DE MÉXICO. **Reforma Energética**. Disponível em: <http://reformas.gob.mx/reforma-energetica/que-es>. Acesso em 20 de mar de 2014.

²⁷¹ GOBIERNO DE MÉXICO. **Reforma Laboral**. Disponível em: <http://reformas.gob.mx/reforma-laboral/que-es>. Acesso em 15 de ago de 2015.

²⁷² *Contrato a Prueba* – seria um contrato temporário para o empregado ter um tempo de adaptação, capacitação e adequação das circunstâncias de competitividade, especialização e desenvolvimento do mercado de trabalho.

no subsolo e a proibia expressamente de outorgar concessões para exploração e extração. As comutações efetivadas permitirão ao Estado estabelecer contratos à PMEX ou a empresas privadas, com a justificativa de possuir jazidas de hidrocarbonetos ociosas por falta de investimento, de capacidade de execução ou ausência de tecnologias de ponta.

O artigo 28 constitucional, por seu turno, considerava a exploração e extração de petróleo e gás como atividades estratégicas. Conquanto, as permutas realizadas permitem ao Estado contratar empresas para prestação destes serviços. Uma vez mais, o Estado mexicano modificou a categoria de um recurso natural estratégico básico para secundário, permitindo à iniciativa privada explorar, extrair e comercializar os produtos e subprodutos adquiridos. Além disso, o próprio refinamento dos produtos petrolíferos poderá ser feito pela empresa privada. Exime-se completamente a responsabilidade do México sob investimentos não apenas em refinarias, mas também em relação à exploração, extração, produção de novas tecnologias, qualificação de mão-de-obra, entre outros. É a continuidade de uma política iniciada nos anos de 1980 como pôde-se perceber.

Salienta-se, ainda, que estão preparando a Reforma Agrária, diretamente relacionada com a Reforma Energética. Faz-se imprescindível perceber a diferença entre as propostas de Reforma Agrária do Brasil – bandeira de luta dos movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) – que visa à divisão da propriedade da terra negligenciada por seus donos, para assentar famílias e produzir alimentos. Contudo, no México, isso foi feito em 1917, com a formulação da Constituição resultado da Revolução.

Nessa lógica, as mudanças propostas são para favorecer a formação de latifúndios. No capítulo concernente à matéria de hidrocarboneto, obriga-se a empresa pagar aos titulares da terra uma porcentagem do lucro. A lei estabelece, ainda, os padrões de negociação entre investidores e proprietários relativos ao uso da terra, obrigando ambas as partes valorarem o terreno. Contudo, se por ventura nenhum acordo for alcançado, o Estado torna-se o mediador do diálogo. Em permanecendo o impasse, o Estado pode expropriar a terra em benefício do investidor, mas isso só ocorrerá quando for decidido que o aproveitamento da terra será um benefício para o desenvolvimento do país²⁷³. Nesse ínterim, dá-se ao setor energético mais segurança em seus investimentos. Entretanto deve-se lembrar que o setor o energético é amplo, abrindo precedentes para a

²⁷³ LA JORNADA. **Preparan reforma agraria para dar “certeza legal” a inversionistas**. 15 de may de 2015. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/05/15/preparan-reforma-agraria-para-dar-201ccerteza-legal201d-a-inversionistas-9946.html>. Acesso em 15 de mai de 2015.

os empresários relacionados com o setor de biocombustíveis utilizarem desses recursos para o uso ou expropriação da terra, além de, obviamente, abrir precedentes para apropriação da água.

Nesse percurso, é imprescindível sublimar-se que em março de 2015 houve a tentativa – por parte de setores empresariais, com participação dos legisladores mexicanos – de privatizar a água. Muitos foram os subterfúgios utilizados, a justeza e eloquência discursiva, sobretudo, quando se tratava de julgar a natureza humana: “cuando el precio de un producto es artificialmente bajo, se tiene tendencia a consumir más. [...] Es la naturaleza humana. Si se da un bien las personas lo derrochan y no lo aprecian”²⁷⁴, disse Ángel Gurría, presidente da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Quando a cobiça salta aos olhos, torna-se árduo, penoso compreender a realidade, reconhecer o fato de 70% do consumo de água ser para o agronegócio que em muitos casos se apropriam dos leitos dos rios, danificam aquedutos para irrigar suas propriedades; não paga um centavo sequer pelos abusos relativos ao uso de um bem, supostamente público. Somado a esses dados está o aumento de 400% da demanda de água para a fabricação de bens de consumo até 2050²⁷⁵.

Não se levou em consideração que 18 mil mexicanos perderem suas casas, devido à construção de represas. Em nível mundial, tem deixado mais pessoas sem lar que as guerras²⁷⁶. A própria OCDE, em um relatório de mais de 500 páginas referente às mudanças climáticas, projetou: 3,9 bilhões de pessoas no mundo podem sofrer com a falta de água até 2030. Isso seria 1,7 bilhão a mais que hoje, totalizando 47% da população mundial estimada para aquele ano. Como imaginado, as piores projeções reportam-se aos países mais pobres; 2,2 bilhões dessas pessoas estarão distribuídas entre os países do

²⁷⁴ “Quando o preço de um produto é artificialmente baixo, se tem a tendência em consumir mais. [...] É a natureza humana. Se se dá um bem as pessoas esbanjam e não o apreciam”. LA JORNADA. **Aumento del precio del agua conlleva a un riesgo social: expertos**. Publicado em 16 de abr de 2015. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/04/16/aumento-del-precio-del-agua-conlleva-un-riesgo-social-expertos-1295.html>. Acesso em 16 de abr de 2015; LA JORNADA. **Defiende tu agua, defiende tu vida, piden artistas mexicanos en video**. 21 de marzo de 2015. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/03/21/201cdefiende-tu-agua-defiende-tu-vida201d-piden-artistas-mexicanos-en-video-9057.html>. Acesso em 21 de março de 2015; BELLINGHAUSEN, Herman. **Zacacuautla: ejemplo de lucha donde la comunidad defiende agua y bosque**. La Jornada. Publicado em 21 de marzo de 2015. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2015/03/21/sociedad/033n1soc>. Acesso em 21 de março de 2015; CRUZ, Rubicela Morelos. **Paran ejidatarios construcción de acueducto en Ayala**. La Jornada. Publicado em 20 de marzo de 2015. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2015/03/20/estados/033n2est>. Acesso em 20 de março de 2015.

²⁷⁵ BARBOSA, Vanessa. **20 números revelam o drama da água no mundo**. Exame. Publicado em 23 de março de 2015. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/planeta-agua/tag/conflitos/>. Acesso no dia 23 de março de 2015.

²⁷⁶ LA JORNADA, *op cit*.

BRICS (Brasil, Rússia, China e África do Sul)²⁷⁷.

Somado a isso, o Estado mexicano concedeu 90 milhões de hectares de terra à indústria de mineração, sendo que 70% dessas empresas são estrangeiras. Dentre elas, 74% dos projetos de mineração estão nas mãos de empresas canadenses, totalizando 207 projetos; 15% com os Estados Unidos, representando 43 projetos; China 3%, com 8 projetos; Austrália 2%, com 6 projetos; Japão 2%, 5 projetos; outros 4%, 11 projetos²⁷⁸.

Isto posto, observa-se os inúmeros desdobramentos provocados pelas reformas. De acordo com Cabrera²⁷⁹, estas são frutos do Tratado de Livre Comércio, porém, acredita-se ser efeito do Plano: porque esperar 20 anos para realizá-las? As reformas foram efetivadas exatamente no momento de tomada de fôlego do PPP. Por certo, o Plano está diretamente ligado ao TLC, mas este só poderia acontecer mediante a modificação na legislação, nesse caso, o artigo 27 constitucional, efetivado em 1994. O restante das mudanças fez parte do aprendizado do empresariado frente às dificuldades encontradas; a forte mobilização social empreendida; os aspectos legais que arbitravam em favor dos indígenas. A alteração jurídica iniciou-se com a reforma da COCOPA, marco inicial do Plano, coadunando nas outras 11 reformas realizadas pelo governo central do México. E, ao contrário do mencionado por Solis²⁸⁰ ao afirmar o fato de o PPP não prever mudanças legislativas constitucionais. Pôde-se verificar no próprio Documento Base do Plano, analisado anteriormente, que a “modernização” da lei era necessária para o bom andamento e efetivação de suas ações.

Nessa perspectiva, é possível perceber o caráter geopolítico que o Plano possui: a pressão efetiva no concernente ao aspecto legal do país, na tentativa de conceder maior segurança aos investidores; a articulação entre distintos setores da economia em torno do projeto de integração física regional; os interesses pelos recursos naturais estratégicos presentes, em maior parte, no sul-sudeste mexicano; abraçando a cartilha do Banco Mundial. Dedicar-se-á à questão geopolítica no próximo item.

²⁷⁷ CHADE, Jamil. **ONU vê risco de conflito em 46 países por causa da água**. O Estadão de São Paulo. Publicado em 20 de março de 2008. Disponível em: <http://vida-estilo.estadao.com.br/noticias/geral,onu-ve-risco-de-conflito-em-46-paises-por-causa-da-agua,143249>. Acesso no dia 15 de novembro de 2014.

²⁷⁸ GARDUÑO, Roberto. **En manos extranjeras, 70% de las concesiones de exploración minera**. La Jornada. 26 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2015/04/26/politica/005n1pol>. Acesso em 26 de abril de 2015.

²⁷⁹ CABRERA, Sergio. **Las Reformas no México y el TLCAN**. Revista Problemas de Desarrollo, 180 (46), enero-marzo 2015.

²⁸⁰ SOLIS, Daniel Villafuerte. **Más allá del Plan Puebla-Panamá: del TLCAN al ALCA**. Comercio Exterior, vol. 54, número 4, abril de 2004.

4.2 A geopolítica do PPP

Pode-se perguntar o porquê México entrou cegamente na proposta do PPP: quais razões o país possuía para isso? Montenegro²⁸¹ expõe uma série de motivos que possivelmente levaram o México a efetivar, buscar condições para a realização do Plano, dentre estes destacam-se: i) a crescente dívida externa mexicana; ii) o desemprego acima das projeções; iii) os problemas sociais; iv) a grave situação econômica do México. Sem sombra de dúvidas são evidências fortes para se iniciá-lo. Conquanto, não se harmoniza como sendo o propósito maior. Os economistas julgam que se o México não tivesse assinado o TLCAN poderia ter crescido entorno de 5% ao ano contra os 2% alcançados. Já em 1994, no primeiro ano da efetivação do Tratado, o país teve grande queda na balança comercial, sem mencionar a alta inflação, a falência de médias e pequenas empresas, a desvalorização do Peso mexicano, os conflitos com os indígenas²⁸².

Desde o princípio, estabeleceu-se o Tratado e justificou-se sua importância por interesses econômicos, outrossim, geopolíticos. Os EUA conseguiram impor sua agenda de política externa à região, enfocando em três pontos: i) a guerra contra o narcotráfico; ii) a interrupção do fluxo migratório da América Central; iii) a liberalização da economia; iv) a segurança energética. O México consentiu encampar tais políticas. Na realidade, o primeiro ponto foi assumido como sendo uma questão de segurança nacional, no que tange a política anti-migratória, assumiu com muitas ressalvas, a bem da verdade; o Estado mexicano vinha tentando amenizar a rigidez da lei anti-migratória implementada e defendida pelos Estados Unidos. Este é um quesito complicado porque os dois países lucram com a imigração. O número de transferências ultrapassa os Investimentos Externos Diretos (IED), principal mote econômico do México. Em 2015, as remessas realizadas por mexicanos nos Estados Unidos às suas famílias alcançaram o montante de US\$ 24,8 bilhões, enquanto a IED não passou de US\$ 22 bilhões; para 2016, estima-se atingir US\$ 27 bilhões, representando 0,4% do PIB nacional²⁸³.

²⁸¹ MONTENEGRO, José Luís Cadena. **El Plan Puebla Panamá: ¿La Recolonización de América Latina?** Revista de Relaciones Internacionales. Estrategia y Seguridad. Vol 1, núm. 2, julio-diciembre, 2006, p. 121-155.

²⁸² : CASTILLO, Javier Balderas. **Intereses y Resistencias**, *op cit.*; SOLÍS, Daniel Villafuerte. **Más allá del Plan Puebla Panamá**, *op cit.*; CABRERA, Sergio. *Op cit.*

²⁸³ CARDOZO, Victor. **En enero-marzo llegarán más de 6 mil mdd en remesas**: Bdem. La Jornada. 3 de may de 2016. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2016/05/03/economia/022nleco>. Acesso em 3 de mai de 2016; COLOMBO, Sylvia. **México teme queda de remesas sob novo governo de Donald Trump**. Folha de São Paulo. 25 de nov. de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1835355-mexico-teme-queda-de-remesas-sob-novo-governo-de-donald-trump.shtml>. Acesso em 25 de nov de 2016.

Há, nesse ínterim, uma linha tênue entre as políticas e tratados assinados e os espaços de manobras que se criam pelo Estado menor (militar e territorialmente), na tentativa de fazer valer seus interesses. Expõe-se, assim, a complexidade das relações, favoráveis, mas nem sempre ao Estado maior. Historicamente, esses espaços de manobras sempre foram utilizados com muita primazia pelos países centro-americanos, como impecavelmente mostra Joseph S. Tulchin²⁸⁴. Talvez, o caso mais notório seja o do senhor Emiliano Chamorro, um latifundiário e membro do Partido Conservador da Nicarágua. Ele contratou por duas vezes o lobista estadunidense Chandler P. Anderson para negociar em seu favor.

O primeiro ensejo foi em 1909: o trabalho de Anderson era convencer o Departamento de Estado dos Estados Unidos a derrubar José Santos Zelaya, há muito tempo no poder da Nicarágua. O bom desempenho do trabalho de Anderson levou o Departamento de Estado a retirar o reconhecimento do governo de Zelaya. No entanto, este se sentia muito confortável em seu cargo e mandou dizer que não iria sair. Para Tulchin, esse é “um lembrete de que hegemonia não implica que a parte fraca não tenha poder e espaço para manipulações; como também não implica que os caprichos e as vontades da força hegemônica sempre serão atendidos”²⁸⁵. Vinte anos depois, Chamorro voltou a acionar seu amigo lobista porque gostaria de derrubar o presidente Juan Bautista Sacasa. Anderson tentou convencer o então secretário de Estado Charles Evans Hughes com a assertiva de Chamorro ser pró-EUA enquanto Sacasa priorizava o investimento inglês. Hughes não foi muito sensível a sua colocação e nada fez. Nesse caminho, Anderson teve que esperar o sucessor, Frank Kellogg, para conseguir atingir seus objetivos. Chamorro, ao contrário da primeira vez, tinha uma excelente articulação política para tomar o poder, mas toda manobra realizada, levou em absolutamente nada por não contar com a astúcia, perspicácia de um outro líder, Augusto Sandino. Percebe-se, por esse ângulo, o grande espaço de atuação política existente entre o poder hegemônico e os interesses de Estados em particular e de seus setores.

É evidente, todavia, que os espaços de manobras sejam preenchidos por concessões, arranjos econômicos, interesses políticos com a finalidade de se alcançar algo em benefício próprio. Não se está afirmando que México eximiu da sua soberania para manter os níveis de imigração com suas taxas atuais. Porém, não se pode deixar de

²⁸⁴ TULCHIN, Joseph S. **América Latina X Estados Unidos: Uma Relação Turbulenta**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

²⁸⁵ *Op cit.* p. 63.

considerar os números e a importância das transferências para as famílias mexicanas.

O terceiro ponto, a liberalização da economia, é um dos mais importante para os Estados Unidos²⁸⁶, ainda que estes não sigam à risca a cartilha neoliberal. Mesmo porque a região além de possuir todos os requisitos referentes à presença militar: mar, terra e ar²⁸⁷ – compartilhada, em larga medida com os EUA por sua proximidade, mas sobretudo, por sua área de influência – possui também fatores geoestratégicos, como procuramos mostrar anteriormente²⁸⁸. É preciso, com isso, compreendermos, ainda que minimamente, a geografia dos EUA (**Mapa 7**).

Mapa 7: Ilustração da Aproximação do México e EUA

Fonte: Guia Geográfico da América

²⁸⁶ As áreas que são reconhecidas pelo Estado como sendo tópicos da segurança nacional, os Estados Unidos concedem grandes subsídios à exemplo do setor agrícola.

²⁸⁷ GARCÍA NEGRETE, Jorge. **Geopolítica, quinta parte**. Esquema para una investigación Geopolítica. En: Revista Geográfica 4. Instituto Geográfico Militar. Quito: 1982. p. 27-58; SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. **Geography and International Politics in revolutionary change**. Journal of Conflict Revolution. IV nº1.

²⁸⁸ Entende-se geopolítica como estudo e análise dos atos e decisões políticas e geoestratégia o ambiente natural onde ocorrem. MARTINS, Raúl François. **Geopolítica e Geoestratégia: o que são e para que servem?** Instituto da Defesa Nacional. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1585/1/NeD78_RaulFrancoisMartins.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2015.

Em primeiro lugar, fica evidente a proximidade do sudeste dos EUA com toda a região mesoamericana, partilhando da totalidade do Golfo do México. Depois, é preciso reconhecer que há uma grande concentração da população estadunidense na costa leste por questões históricas e naturais como fertilidade da terra, água em abundância devido à vultuosa presença de rios, em especial o Mississippi, conformando o maior cinturão agrícola do mundo. Ao longo do processo histórico dos EUA toda atividade econômica foi-se afigurando entre a região do Mississippi e a costa do Atlântico, concentrando, desse modo, 80% de tudo o que é produzido²⁸⁹.

O país mais rico do mundo, o que mais investe em tecnologia, na ciência, depara-se com obras da natureza ora intransponíveis, todo o oeste estadunidense possui um relevo acidentado, as Montanhas Rochosas (como pode-se ver no mapa), dificultando o escoamento da produção, não apenas para os estados da região, mas também para os países do sudeste asiático, onde concentra volume de comércio importante. Nesse caminho, o Istmo de Tehuantepec é estratégico, haja vista facilitar o fluxo comercial. Outrossim, abre espaço para o capital estadunidense manar na região, ampliar sua zona de influência.

O Plan Puebla-Panamá foi um instrumento encontrado pelos Estados Unidos para conformar um traçado maior, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Iniciou-se com o TLCAN, abrindo possibilidades para o diálogo com os países da América Central e Caribe, incluindo estrategicamente, a Colômbia como elo entre os hemisférios²⁹⁰. Ademais, incorporou à sua segurança nacional outros parâmetros como a biodiversidade. Esta, em realidade, foi encorajada pelo Conselho de Segurança da ONU, em 1992, haja vista os fatores de instabilidade não militares, no âmbito social, econômico, humanitário e ecológico são, potencialmente, ameaças para a paz e segurança²⁹¹. Atualmente, a produção de energia é responsável por 15% do uso de água. Não obstante, crê-se veementemente que os maiores interesses giram em torno da apropriação dos

²⁸⁹ MARÍN, Andrés Barreda. **Los peligros del Plan Puebla Panamá**. *Op cit.*

²⁹⁰ CAPEDEPONT-BALLINA, Jorge Luis. **Mesoamérica o El Proyecto Mesoamérica**: La História como Pretexto. *LiminaR. Estudios Sociales y Humanísticos*, vol VIII, núm. 2, diciembre, 2010, p. 153-163; HYERNAUX-NICOLAS, Daniel. **El Plan Puebla Panamá**: ¿Una Nueva Visión del Desarrollo? Conference prononcé le 17 septembre 2002. Groupe de Recherche Sur L'integration Continentale. Disponível em: www.unites.uqam.ca/gric; FORERO, Eduardo Andrés Sandoval; PÉREZ, Robinson Salazar (coordenadores). **Lectura Crítica del Plan Puebla Panamá**. México: Colección Insumisos, 2003.

²⁹¹ FUENTES, Julia Isabel Martínez; FORERO, Eduardo Andrés Sandoval. **Agua, Desarrollo y Conflicto dentro del Plan Puebla Panamá**. *Revista de Sociedad, Cultura y Desarrollo Sustentable*. Enero-abril 2011, año/vol. 7, núm. 1. Universidad Autónoma Indígena de México, Mochicahui, El Fuerte, Sinaloa, p. 133-155.

recursos naturais, a **biodiversidade**.

Nesse caminho, faz-se imprescindível lembrar que a região sul-sudeste do México possui 70% da biodiversidade do país, 60% da flora endêmica e quase a metade da população animal (como mostrado anteriormente), além de possuir 30% da água doce, sendo os rios Grijalva e Usumacinta os maiores da região. Este último considera-se rio internacional por fazer fronteira com a Guatemala e é o sexto maior rio da América Latina; um rio caudaloso, com cerca de 75 bilhões de metros cúbicos de água ao ano²⁹². Ressalva-se que, muito embora o desmatamento tenha caído em 35% no México, ainda continua com a deflorestação de 90 mil hectares por ano²⁹³.

Amenta-se o fato de o Plano, em seu Documento-Base, reputar a floresta, a natureza, como seu principal ativo, planejando a atuação de inúmeros setores: mineração, extrativista, elétrico (hidroelétrico e energias “renováveis”), incentiva a conformação de plantações para produção de *commodities* de exportação. Dessa maneira, crê-se que o interesse na região e em sua biodiversidade é, majoritariamente, para a produção de energia. Os projetos levados a cabo ou em processos de efetivação mostram o grande interesse na construção de hidroelétricas. Mais uma vez, o essencial do Plano não está nas suas linhas claras, bem-postas e evidentes do seu Documento-Base, mas sim em suas entrelinhas, nas sombras, nos elementos que são omitidos da sociedade mexicana.

As questões ambientais vêm, ao longo da última década, tomando proporções ainda maiores, mudando hábitos da população, conceitos empresariais, obrigando as empresas a realizarem um grande investimento em relação à produção de novas tecnologias, bem como produtos sustentáveis (ecologicamente corretos), em diversos setores, inclusive, referente à mudança na matriz energética. Aliado a esse movimento, houve grande pressão por parte da sociedade civil, de intelectuais e de Organizações Internacionais para que os governos permutassem a matriz energética, deixando de produzir ou dando menos incentivo a combustíveis fósseis e adotassem os biocombustíveis como uma alternativa à redução de emissão de carbono na atmosfera. No entanto, a posição do governo tem sido ampliar as possibilidades energéticas e não substituir uma pela outra. Expõe-se, dessa maneira, a contradição existente entre a preocupação relativa às mudanças climáticas, aos sinais evidentes de desgaste da natureza

²⁹² Forero e Fuentes *op cit.*

²⁹³ LA JORNADA. **Pérdidas de Bosque en Latinoamérica y Caribe superan las del resto del Mundo.** 22 de mar. 2016. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2016/03/22/politica/017n1pol>. Acesso em 22 de mar. 2016.

e às velhas práticas econômicas²⁹⁴.

De acordo com Terán, os discursos alarmistas em relação à crise ambiental e sua propagação midiática podem provocar reações adversas por parte do setor empresarial, podendo haver, no agronegócio, em 2050, 429 milhões de hectares de terras destinados para o cultivo energético. Nem os países europeus, tampouco os Estados Unidos, estão interessados em produzir biocombustíveis, já que se é exigido uma grande quantidade de terra. Não por acaso esses países, Organizações Internacionais e grandes corporações, recomendam fortemente o cultivo energético nas regiões tropicais e subtropicais dos países ditos “subdesenvolvidos”, devido ao fato de estes possuírem condições climáticas mais favoráveis à produção de cana-de-açúcar e dendê, além de terem maior possibilidade de crescimento econômico e baixo custo de trabalho.

En los próximos años, si estas sugerencias son acogidas entusiastamente por los gobiernos y empresarios latinoamericanos, el debate sobre “los alimentos *versus* la energía” será bastante espurio. Para cuando los términos de la discusión sean adecuadamente acotados, entendidos y socializados, los capitales transnacionales ya habrán consolidado una nueva expresión de la división internacional del trabajo: los países desarrollados permanecerán como los principales oferentes mundiales de alimentos, trasladando su huella ambiental hacia los países no desarrollados, los nuevos espacios para la generación de bioenergía económicamente barata²⁹⁵.

A experiência histórica, não apenas brasileira, mas também caribenha e antilhana, mostra-nos que mesmo a plantação de cana-de-açúcar sendo destinada inteiramente para a produção de açúcar promovia, em largo sentido, uma pressão sobre a produção de alimentos de subsistência, e, conseqüentemente, sobre os preços dos alimentos. Atualmente, essa pressão permanece e amplia sua escala, deixando de ser local, alcançando níveis globais, levando em consideração que a concentração na monocultura,

²⁹⁴ TOLY, Noah J. **Globalization and the Capitalization of Nature: A Political Ecology of Biodiversity in Mesoamerica**. Bulletin of Science, Technology & Society, vol. 24, nº 1, February, 2004, p. 47-54.

²⁹⁵ “Nos próximos anos, se estas sugestões são acolhidas entusiasticamente pelos governos e empresários latino-americanos, o debate sobre “os alimentos *versus* energia” será bastante espúrio. Quando os termos da discussão sejam devidamente delimitados, entendidos e socializados, os capitais transnacionais já terão uma nova expressão da divisão territorial do trabalho: os países desenvolvidos permanecerão como os principais produtores mundiais de alimentos, transferindo sua pegada ecológica para os países não desenvolvidos, os novos espaços para geração de bioenergia economicamente barata”. TERÁN, Juan Fernando. **La economía de los biocombustibles: una mirada a los proyectos hegemónicos para América Latina**. In. FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 352-353.

não apenas reduz a produção de alimentos de subsistência, como provoca um aumento no preço das *commodities*. O então Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, vinha somando esforços para impor um limite, em relação à volatilidade dos preços globais dos alimentos por meio do fortalecimento da análise e da supervisão dos mercados futuros de *commodities*. “Essas medidas” – de acordo com a agência de notícias da ONU-Brasil – “devem ser orientadas para desencorajar a especulação, principal causa da flutuação dos preços”²⁹⁶.

Quando se trata de produção bioenergética, além dos problemas já mencionados, adentramos em superfícies mais delicadas, como a questão da “segurança nacional”. Terán, em conformidade com Forero e Fuentes²⁹⁷, declara que os países do G8, composto pela Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã Bretanha, Itália, Japão e Rússia tratam a bioenergia como “siendo ‘sugurizada’, es decir, convertida en un objeto de las políticas de seguridad militar, ambiental y/o humana”²⁹⁸. Assim sendo, os países responsáveis pela produção de bioenergia acabam por serem inseridos nas políticas de segurança nacional dos países do centro de poder, sobretudo, Estados Unidos e os países membro da Comunidade Europeia.

No caso particular dos Estados Unidos, as metas econômicas, defendidas em sua política externa, *soft power* são incorporadas aos objetivos geopolíticos e vice-versa. Dessa maneira, este país se sente muito à vontade em produzir políticas públicas se utilizando dos recursos naturais estratégicos de outros países de sua zona de influência, internacionalizando-os, em benefício próprio. Nessa lógica, o EUA inclui na sua dinâmica de segurança, não apenas o peso ideológico de seu *soft power*, mas as organizações da sociedade civil, dentre elas Organizações Não Governamentais (ONG’s) ambientalistas, os diplomatas em serviço de seus interesses em todo o mundo e as empresas multinacionais.

Assim, os Estados Unidos procuraram iniciar a implementação de sua estratégia a partir da *Primeira Conferência das Américas*, realizada em 2004, propondo, na ocasião, aumentar a integração energética entre os Estados Unidos, América Central e Caribe.

²⁹⁶ ONU-BRASIL. **ONU Defende Supervisão de Mercados Futuros de Commodities para Conter a Alta dos Preços dos Alimentos**. Disponível em: www.onu.org.br/onu-defende-supervisao-de-mercados-futuros-de-commodities-para-conter-alta-dos-precos-dos-alimentos. Acesso em 11 de Abril de 2012.

²⁹⁷ Forero e Fuentes. **Agua, Desarrollo y Conflicto dentro del Plan Puebla Panamá**. *Op cit.*

²⁹⁸ “Sendo ‘assegurada’, quer dizer, convertida em um objeto das políticas de segurança militar, ambiental e/ou humana”. TERÁN. *La economía de los biocombustibles: una mirada a los proyectos hegemónicos en América Latina*. p.341.

Além desse meio, os Estados Unidos empenharam-se em firmar acordos regionais, os quais tinham como objetivo desenvolver a indústria dos demais países, além de se comprometerem com o financiamento dos empreendimentos, durante todo o processo, desde o plantio até o processamento final dos biocombustíveis. Esses acordos não obtiveram êxito. Contudo, os Estados Unidos não desistiram de seu projeto e encontraram no Plan Puebla-Panamá (PPP) uma alternativa possível²⁹⁹.

De acordo com Porto-Gonçalves, os planos de integração regional devem ser analisados com muita cautela, porque “tendem a ser objeto de grandes disputas pelo controle da água nos próximos anos”³⁰⁰. Em sabendo que a agricultura é a atividade que mais demanda água, utilizando 70% do total do consumo humano, é possível perceber que a continuidade e mesmo o crescimento da produção de biocombustível não necessitam apenas de uma vasta extensão de terra, mas também de água. Apesar de o biocombustível ser considerado uma energia sustentável, sobretudo, por ser renovável, depende de recursos não renováveis, como a água.

De acordo com a *Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo* (FECOMERCIO/SP), para produzir um litro de etanol são necessários 2.107 (dois mil cento e sete) litros de água; para produzir um quilo de açúcar, são necessários 1.782 (um mil setecentos e oitenta e dois) litros de água. Nesse caso, se apenas uma usina, no Estado de São Paulo, produz um *rio de álcool*, 2 milhões de litros diários, como é o caso da Usina São Martinho, são gastos para essa produção 4.214.000.000 (quatro bilhões e duzentos e quatorze milhões) litros de água por dia.

Está justificado o fato de que as atenções se voltam para o continente latino-americano, para a região mesoamericana, em especial o sul-sudeste de México: possuidor de uma grande riqueza hídrica. Os megaprojetos, a exemplo do PPP, são tidos como saídas viáveis, tanto pelos países ditos “desenvolvidos” – haja vista solucionar, ao menos de imediato, os problemas relativos à água – quanto pelos governos e elite empresarial dos países “não desenvolvidos” e “emergentes”, em razão de terem a percepção que esses megaprojetos são uma forma de se inserir e se beneficiar das rotas de investimentos e dos processos do capital financeiro. Além de estreitar relações e configurar redes incluindo diversos setores empresariais de interesses mútuos.

²⁹⁹ Ver. TERÁN.

³⁰⁰ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina**. In. FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 209.

Os Estados Unidos, ao incorporarem a questão ambiental e energética como tópicos de segurança nacional, esgravatavam evitar problemas na produção e no abastecimento de energia, na região, assim como evitar conflitos de interesse externos ao bloco. Neste ínterim, o TLCAN reforçou a interdependência nos países do Norte, forjando um Complexo de Segurança Regional (RSC – são suas siglas em inglês)³⁰¹. Há um debate incessante sobre a questão da segurança energética, contudo, o conceito mais utilizado, ao menos adotado sob a perspectiva do Estado é a disponibilidade energética, em suas diversas formas (elétrica, hidrocarboneto e combustível), suficiente a preços acessíveis.

Desde a perspectiva dos países importadores, o fator mais importante é o abastecimento a preços acessíveis. Para os países exportadores de petróleo cru, o coeficiente elementar é o estabelecimento ou manutenção dos fluxos sem impedimentos. Os Estados Unidos reconheceram a impossibilidade de se possuir independência energética. Mesmo os grandes produtores de petróleo com a Arábia Saudita, Rússia, Noruega, Venezuela, Nigéria, Emirados Árabes Unidos, importam outras fontes de energia, seja elétrica, hidrocarbonetos, petróleo refinado ou carvão³⁰².

Rivera julga a independência um objetivo fútil, por mais atraente que possa parecer pelo simples fato de tirar de foco a questão maior: “gestionar la transición hacia un futuro más seguro y sustentable”³⁰³. Conquanto, o quesito da segurança energética depende de fatores, tais como: a) a dimensão que o país possui; b) o tipo de relação que possui com seus vizinhos; c) a disponibilidade de recursos estratégicos; d) a capacidade de exploração, produção e comercialização; e) o tamanho populacional; f) a capacidade de consumo; e g) o tipo de mercado energético que possui.

Nesse contexto, para Rivera, o RSC parece ser um caminho viável, mesmo porque é dinâmico, haja vista as mudanças econômicas e políticas poderem permitir uma alternância nos espaços de poder e nos papéis regionais. Desse modo, os RSC estariam, por assim dizer, vulneráveis às dinâmicas, tanto internas, motivadas por mudança no poder central, bem como uma possível transmutação no sistema político – e externas – a exemplo das crises regionais ou globais, ou questões territoriais.

O autor acredita ainda que o RSC possui características distintas, visto que são multipolares. Cada continente teria um ou um conjunto de líderes representantes. No caso

³⁰¹ Ver RIVERA, Roberto Domínguez. **El Complejo Regional de Seguridad energética en América del Norte**: el caso del petróleo y el poder regional. In.: BURGUETE, Alejandro Chanona (Coordinador). *Confrontando Modelos de Seguridad Energética*. Ciudad de México: UNAM, 2013.

³⁰² *Ibid.*.

³⁰³ “Gerir a transição para um futuro seguro e sustentável”. *Ibid.*, p. 240.

da Europa, Alemanha, França, Reino Unido e Itália incorporam este papel. No Oriente Médio, Irã, Arábia Saudita, Egito e Israel. Os únicos casos unipolares concentram-se na América: ao Norte estariam os Estados Unidos e ao Sul, Brasil³⁰⁴.

Esses líderes regionais possuem um papel importante, seja em relação à segurança militar, seja pela tutela ou peso representativo na região. No caso particular dos Estados Unidos, sentem-se à vontade para “sugerir” determinadas medidas de segurança aos países da região, do mesmo modo, podem pressionar os Estados a adotarem um conjunto de políticas. Nesse contexto,

El efecto inmediato de esta estructura es que el papel dominante estadounidense fija la agenda en el área de energía y seguridad. [...] La gran estrategia norteamericana en política exterior y las acciones resultantes indican que el país juega los papeles de líder y protector simultáneamente³⁰⁵.

Para os Estados Unidos estabelecer e manter uma imagem de líder e protetor, é uma forma estratégica de resguardar, de maneira intacta, a estrutura energética na região. Esse país, apesar de ser grande produtor de petróleo, não produz energia o suficiente para o consumo interno, tornando-se dependente dos outros dois países do Norte, Canadá e México, para satisfazer suas necessidades. E mesmo porque “identifica a la energía como un elemento esencial para mantener su posición hegemónica en el contexto global”³⁰⁶. Assim, México passa ser de grande importância para os Estados Unidos por ser um fornecedor, em certo sentido, estável.

Desse modo, os Estados Unidos passam a realizar algumas sugestões ao governo mexicano e, a mais importante, foi a Reforma Energética, possibilitando: a) internacionalização de Petróleos Mexicanos (PEMEX); b) a permissibilidade da contratação de empresas privadas para exploração, extração e comercialização; c) o investimento em novas tecnologias, possibilitando a extração de petróleo, em águas profundas; e d) a diversificação na matriz energética. De acordo com Olvera “se espera que se triplique la demanda de las energías renovables”³⁰⁷, que por sua vez pode provocar

³⁰⁴ *Ibid*, p. 242.

³⁰⁵ “O efeito imediato desta estrutura é que o papel dominante estadunidense fixa a agenda na área de energia e segurança [...] A grande estratégia norte-americana em política exterior e as ações resultantes indicam que o país joga os papéis de líder e protetor simultaneamente”. *Ibid*, p. 243.

³⁰⁶ “Identifica a energia como um elemento essencial para manter sua posição hegemônica no contexto global”. *Ibid*, p. 244.

³⁰⁷ “Se espera que se triplique a demanda por energias renováveis”. OLVERA, Marcela López-Vallejo.

uma pressão sob os preços dos alimentos e comprometer a sustentabilidade dos países³⁰⁸.

Há, nessa perspectiva, uma pressão sobre o México para incentivar a produção de biocombustíveis ou criar condições necessárias para os investidores estrangeiros terem segurança na execução e continuidade de seus projetos. Nesse caminho, o país abriu campo para isso: i) elaborou as reformas estruturais energética e laboral; ii) criou as condições para a subcontratação; iii) manteve os salários dos mexicanos a níveis miseráveis (MXN\$ 1.400 pesos/R\$ 280,00); iv) declarou a vocação da estrutura da terra no sul-sudeste ser em forma de plantação.

No entanto, uma questão não levada em consideração ao realizar um planejamento do uso programado e generalizado do biocombustível foi a condição sob a qual ele é produzido, como a mão-de-obra e as condições de trabalho impostas para a produção da cana-de-açúcar, além dos problemas acarretados pela expansão da fronteira agrícola.

Um dado preocupante em relação à efetivação dos megaprojetos na América Latina é que do ponto de vista empresarial e estatal a população indígena e campesina são inexistentes. O capital ignora, ou pior, não admite, de maneira alguma, a compreensão coletiva e/ou familiar da terra, da propriedade, dos recursos naturais e solapa com voracidade os que nelas acreditam.

Seguridad ambiental-energética en América del Norte: Regional Greenhouse Gas Initiative. In.: BURGUETE, Alejandro Chanona (Coordinador). *Confrontando Modelos de Seguridad Energética*. Ciudad de México: UNAM, 2013.

³⁰⁸ BURGUETE, Alejandro Chanona; VÁZQUEZ, Alberto Lozano. **Los desafíos de la seguridad energética y la sustentabilidad ambiental de México**. In.: BURGUETE, Alejandro Chanona (Coordinador). *Confrontando Modelos de Seguridad Energética*. Ciudad de México: UNAM, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente tese, defendeu-se que para realizar a expansão colonial os países europeus necessitaram impor uma concepção hegemônica de tempo, para então fixar uma perspectiva singular de história, organização e controle da sociedade; e espaço, nomeando os continentes de acordo com princípios religiosos, estabelecendo arbitrariamente a divisão internacional do trabalho no sistema-mundo-capitalista. Trabalho pago e escravo foram justificados cientificamente, a partir de uma hierarquização do padrão humano que no século XIX foi conhecido como raça. A racialização foi utilizada como forma de reconhecer os povos originários e africanos como não humanos (bárbaros/primitivos/selvagens). Ao forjar a América Latina, raça, esteve intimamente ligado, identificando seus habitantes como inferiores. Além destes elementos, constatou-se que para o sucesso da empreitada europeia foram necessários o fator biológico, *Imperialismo Ecológico*, a concentração econômica e a produção da fome como fundamentos do imperialismo.

Agregou-se para a discussão a contribuição de Hilferding, porque compreende o imperialismo como a manutenção de áreas coloniais, assim como a expansão do território econômico de um país por intermédio do capital financeiro. E, em menor medida, Ratzel, haja vista entender o imperialismo não como a dimensão do território já conformado, mas pelos vínculos que a nação sustenta em seu território, justificando a necessidade de sua ampliação. Estes autores são importantes porque ajudaram a elucidar o imperialismo, não como elemento característico de um tempo histórico particular, mas como permanência na história do presente.

A história das relações internacionais foi importante para a constatação de que os Estados Unidos conservaram os rudimentos do imperialismo. Antes mesmo de pôr em prática o ideal expansionista, justificou-o religiosamente através do Destino Manifesto e por uma concepção clara de raça, exemplificada e defendida a partir de uma dita superioridade cultural. Na mesma década em que tais princípios foram idealizados, empreendeu-se a guerra contra o México (1846-1848), suprimindo mais da metade de seu território, estabelecendo com toda a América Latina uma distinção de raça, marcada nas relações entre o continente latino-americano com os EUA.

O Tratado de Livre Comércio do Norte, assinado em 1994, ocasionou o princípio da precarização do trabalho, a inflação e a desvalorização do peso mexicano, além de alterações no modo de produção nos Estados Unidos e Canadá, causando desemprego,

reformas trabalhistas que levaram à perda de direitos conquistados. As empresas destes países buscaram maiores incentivos e encontraram no México, não apenas o acolhimento fraterno, mas impostos mais baratos, legislações mais frágeis, mão-de-obra barata, ausência de proteção trabalhista e frágil sistema previdenciário, reduzindo e muito, os custos operacionais do setor produtivo.

Mesmo os momentos que sucederam a assinatura do TLCN foram marcados por fortes tensões, não unicamente em relação ao conflito de interesses entre setores da sociedade, o levante de Chiapas, mas também dentro do próprio Partido Revolucionário Institucional (PRI). O candidato do partido, Luis Donaldo Colosio foi assassinado no dia 23 de março de 1994. Ernesto Zedillo (1994-2000) assume a candidatura presidencial e é eleito. Em setembro do mesmo ano, o presidente do partido e cunhado de Carlos Salinas de Gortari – o ex-presidente dos Estados Unidos Mexicanos – Jose Francisco Ruiz Massieu também foi morto. Duas figuras importantes foram eliminadas, levando a crer na divisão interna ou em interesses difusos que comprometeriam o caminhar do Tratado.

O TLCN foi, antes de qualquer coisa, um acordo entre empresários e amigos políticos. Não por acaso, após finalizar seu mandato, Ernesto Zedillo trabalhou nos altos cargos de empresas estadunidenses, tais como a Procter & Gamble (P&G), ALCOA e Union Pacific. Atualmente, desempenha a função de diretor do Centro para os Estudos da Globalização na Universidade de Yale³⁰⁹. Após o término de seu mandato, assume Vicent Fox Quesada (2000-2006) que foi presidente da Coca-Cola América Latina, amigo pessoal do presidente estadunidense George W. Bush (2001-2009).

Estes dois presidentes foram cruciais para dar continuidade e robustez ao Tratado de Livre Comércio e ao projeto neoliberal iniciado em 1980, pauta principal do *soft power* estadunidense. Tanto Zedillo como Fox garantiram o avanço do Tratado, mas também abriram precedentes para as mudanças políticas necessárias para a ação da iniciativa privada sobre o território mexicano. Ações marcadas por violências simbólicas e materiais, o não reconhecimento sobre as formas de organização indígenas/ camponesas e o completo menosprezo pelos recursos naturais comprovam a venda do país.

O projeto de Integração Física Regional é a etapa subsequente do TLCN e elucida de maneira contundente que a expansão do território econômico se dá sem a necessidade de empreender força bélica, apenas com o uso potencial das áreas de influência. Para alcançar tal objetivo, o capital financeiro por intermédio dos EUA, procurou, em um

³⁰⁹ Ver <http://ycsg.yale.edu/about-center-1>

primeiro momento, articular os setores econômicos estadunidense e mexicanos, por intermédio dos seus correlatos políticos. Posteriormente, criminalizou-se as atividades, práticas e técnicas agrícolas efetivadas por indígenas e camponeses na região sul-sudeste do México, fazendo uma defesa à privatização dos recursos naturais existentes como forma de garantir sua preservação, pressionando o Estado para intervir em favor dos empresários. O discurso modernizador se faz tão presente como no período colonial, igualando os indígenas à natureza, negando sua humanidade. Não por acaso, no dia 11 de novembro de 2016 – portanto atual – Martín Tonalmeyotl, escreveu em La Jornada, um texto intitulado: “*No Somos Indios, no Somos Indígenas, Somos Seres Humanos*”³¹⁰, requisitando a humanidade não apenas dos povos originários, mas dos pobres mexicanos, em sua maioria descendentes indígenas.

O Plano foi elaborado, praticamente, como visto nos capítulos III e IV, por Santiago Levy, Enrique Dávila e Georgina Kessel, mas com base em estudos financiados por *think thanks*, instituições de pesquisas estadunidenses, mexicanas e pelos Bancos de Desenvolvimento. Somado a estes, estão os projetos mencionados, sobretudo, o Corredor Mesoamericano, além de interesses geoestratégicos históricos na região ístmica que são as raízes do projeto de Integração Física Regional.

Para a viabilização do Plano, os vários setores da economia mexicana, estadunidense foram envolvidos e cogitou-se a participação do Investimento Externo Direto (IED), o capital financeiro, com a perspectiva de fazer do sul-sudeste mexicano um verdadeiro complexo agroindustrial, além de ser um cinturão de contenção da imigração centro-americana rumo aos EUA, uma vez que incentivaria as maquiladoras na região, na tentativa de conter o fluxo migratório.

Como forma de garantir ao capital seu pleno funcionamento e conseguir a mão-de-obra necessária para a efetivação do projeto, fez-se as reformas estruturais, em todos os níveis, principalmente, as reformas trabalhistas, energéticas e a reforma agrária posta em marcha. Utilizou-se como mecanismo propulsor os projetos turísticos e as concessões mineiras que chegam à frente dos processos legais e das reformas estruturais, apropriando-se dos recursos naturais (capital natural, principalmente a água) e expulsando os indígenas e camponeses de suas terras.

Para a garantia dos investimentos em *commodities*, as plantações passam a ser a

³¹⁰ TONALMEYOTL, Martín. **No Somos Indios, No somos Indígenas, Somos Seres Humanos**. La Jornada. 11 de nov de 2016. Publicado: <http://ojarasca.jornada.com.mx/2016/11/11/no-somos-indios-no-somos-indigenas-somos-seres-humanos-4653.html>. Acesso no dia 11 de novembro de 2016.

organização social da terra viável. Esta proposta foi formalizada por Santiago Levy, vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que leva a crer que o modelo de plantação é uma diretriz das instituições multilaterais, porque além de assegurar os investimentos, as empresas têm a capacidade de planejar suas safras em nível mundial e favorecer as negociações do mercado de futuros, além de funcionar com mão-de-obra barata e/ou análoga à escravidão.

O México percebe este projeto como elemento fundante para ampliar seu território econômico, utilizando as áreas coloniais do país para produzir e reproduzir o capital. Para isto, o Estado vem se eximindo da responsabilidade de regular as relações entre capital e populações nativas, voltando em decisões anteriormente aceitas e legalmente reconhecidas como o caso da autodeterminação e autonomia dos povos indígenas, por intermédio da lei COCOPA. Por certo, como o capital mexicano não conseguirá manter, por muito tempo, sua influência na região sul-sudeste, visualiza a América Central e Caribe como possibilidade de expansão de sua área de influência e manutenção das áreas coloniais, estabelecendo com os países vizinhos a mesma relação que os Estados Unidos efetivaram há mais de um século.

De fato, o imperialismo não reconhece outros padrões de racionalidade que não o europeu, trazendo consigo sua essência avassaladora, a pior de todas, a usurpação de vidas, sangues, terras, línguas e costumes³¹¹. Não cogita sequer a convivência mútua ou o reconhecimento legal das formas de ser e agir em troca da ampliação do território econômico do capital financeiro. Desse modo, percebe-se que o imperialismo é o mote maior da política estatal. Como força discursiva se utilizam dos mesmos preceitos europeus, não se desvencilhando dos aspectos coloniais que permeiam a economia/cultura e a política na América Latina.

Com a eleição de Donald Trump no dia 09 de novembro de 2016, muitas especulações foram feitas a respeito de seu mandato devido às promessas realizadas ao longo da corrida eleitoral. Toda declaração dada pelo novo mandatário estadunidense provocava ecos e ruídos no lado mexicano. O presidente Enrique Peña Nieto (2012-2018) se sentia na obrigação de responder às provocações, enfatizando a importância do México como principal parceiro comercial dos Estados Unidos, como maior importador e

³¹¹ Esta perspectiva não está presente apenas no México. Na conjuntura atual do Estado e governo brasileiro, procura-se expandir a fronteira agrícola sobre os territórios indígenas já demarcados e reconhecidos legalmente, reduzir ou retirar os direitos trabalhistas conquistados, reduzir o papel do Estado. As reformas e medidas encampadas pelo Estado brasileiro são muito semelhantes ao que o México fez a partir da assinatura do TLCN.

exportador. O posicionamento, por vezes, em tom desesperador de Nieto (a retomada insistente do papel do México frente à economia estadunidense em seus discursos) pôs em dúvida a autonomia e soberania do México frente aos EUA. Em realidade, o PRI perdia o mote maior de sua política internacional, da mesma forma, via esvair todo o esforço empreendido para concretizar as reformas tão defendidas por Peña Nieto.

A eleição de Trump somada à baixa popularidade de Peña Nieto, ocasionou uma onda de protestos, tanto no México como nos EUA. No caso mexicano, o candidato populista, Andrés Manuel López Obrador, ex-prefeito da Cidade do México e líder do Movimento Nacional de Regeneração do México, ganha apoio popular e se situa entre os favoritos para 2018. Além disso, o ex-presidente Vincent Fox, antes aliado dos EUA, se posicionou contrário ao comportamento de Trump por seus comentários racistas, anti-imigração e discurso de ódio. Indiretamente, fez uma defesa a sua própria política de governo: ao alinhamento político-econômico com os EUA; às ideias liberais adotadas ao longo de seu governo; à diminuição do papel do Estado junto à população. Entretanto, posicionou-se em defesa do México, do povo mexicano nos EUA.

Do lado indígena, EZLN convocou o V Congresso Nacional Indígena (CNI) – ocorrido entre os dias 29 e 31 de dezembro de 2016 em San Cristobal de las Casas, Chiapas – com o intuito de eleger uma mulher indígena que participará como candidata independente nas eleições do próximo ano³¹². A proposta indígena vai na contramão da política vigente e visa a atender as demandas das populações indígenas e camponesas, a exemplo da autodeterminação dos povos, valorização do trabalho, reconhecimento e demarcação de áreas naturais e sagradas, distribuição de renda, entre outros. Os Estados indígenas vêm demonstrando na prática como firmar seus territórios, estabelecer relações comerciais, econômicas e políticas, valorizar a educação e a cultura.

O mais interessante é que os indígenas, por mais que quisessem reconhecer a autonomia e autodeterminação de seus territórios, não cogitaram, até o presente momento, em tomar o poder do Estado Central. Nem por vias democráticas e muito menos autoritárias e ditatoriais. A iniciativa surge diante das circunstâncias e da possibilidade de um futuro ainda mais truculento para a população rural, sobretudo com as novas reformas em marcha.

Em um primeiro momento, poder-se-ia pensar que a nova conjuntura política, a

³¹² LA JORNADA. **Comienza Congreso Indígena que elegirá a mujer para la elección presidencial.** Visto em 30 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2016/12/30/politica/012n3pol>

eleição de Donald Trump, e as incertezas relativas ao Tratado de Livre Comércio do Norte, faria com que o México investisse tempo e dinheiro na efetivação do Plano, uma vez que os empresários e o capital mexicano possuem certa vantagem frente aos países da região. Conquanto, já há mais de cem dias da posse de Donald Trump, o cenário não tem sido nada favorável a ele. As promessas de campanha esbarraram nas oposições dentro do próprio partido – na ala moderada, a maior parte do congresso –, na refutação das “cidades santuário” contra a política anti-imigratória encampada e o discurso de ódio presente ao longo de sua campanha e do seu mandato, além do escândalo de espionagem envolvendo a Rússia.

No que diz respeito ao México, as propostas tanto populistas quanto indígenas tendem levar o país a outro caminho: ao rompimento das relações com os Estados Unidos, a relações menos assimétricas com os países mesoamericanos e caribenhos, a maior presença do Estado em relação à economia e sociedade. Seja como for, o México deve recuperar sua autonomia política e institucional, valorizar o campo arrasado pelo TLCN – em nome de sua soberania alimentar –, prestigiar o poli cultivo em detrimento das plantações e monoculturas de todo o tipo, reaver sua responsabilidade em relação à política energética. Ademais de incentivar, financiar, pesquisas que elucidem novos caminhos e formas de conduzir o país, desvinculando-se da política econômica do vizinho do Norte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **The Kigdom and the Glory**. California: Stanford, 2011.

ALBA, Carlos. **México después del TLCAN: el impacto económico y sus consecuencias políticas y sociales**. Foro Internacional, nº 171, 2003.

ÁLVAREZ, Ignacio Sosa (coord.). **América Latina: Enfoques historiográficos**. Ciudad de México: UNAM, 2009.

AMIN, Samir. **A crise do imperialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

ANDERSON, Perry. **A política externa norteamericana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO MEXICANO. **Las relaciones diplomáticas de México con sud-america**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1925.

ARNAU, Remedios Gómez; SUÁREZ, Rosío Vargas; REA, Julián Castro (coords.). **Las políticas exteriores de Estados Unidos, Canadá y México en el umbral del siglo XXI**. Ciudad de México: UNAM, 2002.

BARBOSA, Vanessa. **20 números revelam o drama da água no mundo**. Exame. Publicado em 23 de março de 2015. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/planeta-agua/tag/conflitos/>. Acesso no dia 23 de março de 2015.

BARKIN, David. **Um desarrollo distorsionado: la integración de México a la economía mundial**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1991.

BARRIOS, Rufino. **El Istmo de Tehuantepec en la encrucijada de la historia**. México: Centro de Estudios Económicos y Sociales, 1987; TOLEDO, Alejandro. **Geopolítica y desarrollo en el Istmo de Tehuantepec**. México: Centro de Ecología y Desarrollo, 1995.

BBC BRASIL. **Chávez chama Fox de ‘cachorro’ e gera polêmica no México**. 11 de novembro de 2005. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/11/051111_mexicoas.shtml. Acesso em 10 de outubro de 2012.

BETHELL, Leslie (org.). **A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas**. Vol. IX. São Paulo: Edusp, 2015.

BETHELL, Leslie (org.). **A América Latona após 1930: Estado e Política**. Vol. VII. São Paulo: Edusp, 2009.

BETHELL, Leslie (org.). **A América Latona após 1930**. Vol. VI. São Paulo: Edusp, 2009.

BÍBLIA. A. T. **Gênesis**. In: BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966. p.678-686.

BURGUETE, Alejandro Chanona; VÁZQUEZ, Alberto Lozano. **Los desafíos de la seguridad energética y la sustentabilidad ambiental de México**. In.: BURGUETE, Alejandro Chanona (Coordinador). Confrontando Modelos de Seguridad Energética. Ciudad de México: UNAM, 2013.

CABRERA, Sergio. **Las Reformas no México y el TLCAN**. Revista Problemas de Desarrollo, 180 (46), enero-marzo 2015.

CAPEDEPONT-BALLINA, Jorge Luis. **Mesoamérica o El Proyecto Mesoamérica: La História como Pretexto**. LiminaR. Estudos Sociais y Humanísticos, vol VIII, núm. 2, diciembre, 2010, p. 153-163.

CARDIM, Carlos Herinque. **A raiz das coisas, Rui Barbosa: o Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARDOZO, Victor. **En enero-marzo llegaron más de 6 mil mdd en remesas: Bdem**. La Jornada. 3 de may de 2016. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2016/05/03/economia/022nleco>. Acesso em 3 de mai de 2016.

CARRASCAL, Eurosia. **“Transporte y dependencia en el Istmo de Tehuantepec”**, El puerto industrial de Salina Cruz, Oaxaca. Seminario Franco-Mexicano, 1982. Instituto de Geografía, UNAM-Centro de Investigaciones y Documentación de América Latina, México, 1984.

CASTILLO, Javier Balderas. **Intereses y Resistencias: El Plan Puebla-Panamá y el Corredor Carretero Oaxaca-Istmo-Huatulco**. Texas: Texas Center. Disponibilizado em: <http://www.texascenter.org/publications/ppp.pdf>. Acesso em 20 de março de 2014.

CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina**. Revista Brasileira de Política Internacional, nº43 (2), 2000.

_____. **Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871)**. In. SARAIVA, José Flávio Sombra (Org). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **A instabilidade internacional (1919-1939)**. In.: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

COLOMBO, Sylvia. **México teme queda de remessas sob novo governo de Donald Trump**. Folha de São Paulo. 25 de nov. de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1835355-mexico-teme-queda-de-remessas-sob-novo-governo-de-donald-trump.shtml>. Acesso em 25 de nov de 2016.

CHADE, Jamil. **ONU vê risco de conflito em 46 países por causa da água**. O Estadão de São Paulo. Publicado em 20 de março de 2008. Disponível em: <http://vida-estilo.estadao.com.br/noticias/geral,onu-ve-risco-de-conflito-em-46-paises-por-causa-da-agua,143249>. Acesso no dia 15 de novembro de 2014.

CHANG, Ha-Joon. **O Mito do Livre Comércio e os Maus Samaritanos**: a história secreta do capitalismo. São Paulo: Campus-Elsevier, 2008.

CONTRERAS, Jorge Martínez; LEÓN, Aura Ponce de (coords.). **Darwin y el evolucionismo contemporáneo**. México: Siglo XXI, 2012.

CROSBY, Alfred B. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 17.

DÁVILA, Enrique; KESSEL, Georgina; LEVY, Santiago. **El Sur también existe: un ensayo sobre el desarrollo regional de México**. Economía Mexicana Nueva Época, volumen XI, número 2, segundo semestre de 2002, p. 206.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. São Paulo: Editora Record, 2002.

FAO. **FAO prevê queda na produção de cereais na América Latina e Caribe em 2016**. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/414862/>. Escritório da FAO para América Latina e Caribe. Acesso em 18 de maio de 2016.

FARIAS, Hélio Caetano. **Capital Financeiro e Geografia Política Clássica**: algumas notas sobre a expansão de poder dos Estados no final do século XIX. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Rio de Janeiro. Editora Letra Um: Rio de Janeiro, 2014.

FERGUNSON, Niall. **Civilização: Ocidente x Oriente**. São Paulo: Planeta, 2012.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; BARBOSA, Fernanda Bastos. **Pacificar a história: passado, presente e futuro nas formas de pensar a política mexicana na transição do século XIX ao XX**. Revista História da Historiografia. Ouro Preto, número 7, nov/dez 2011, p. 134-156.

FERNÁNDEZ, Francisco Lizeano; PEÑALOZA, Cynthia Araceli Ramírez (coords.). **Hacia una Historia del poder no México**. Ciudad de México: Maporrúa, 2013.

FERNANDEZ-VEGA, Carlos. **México SA**. Opinión. Jornada. Publicada no dia 22 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2014/04/22/opinion/036o1eco>. Acesso no dia 24 de abril de 2014.

FLORESCANO, Enrique. **Origen y Desarrollo de los problemas agrarios de México**. Ciudad de México: Consejo Nacional de Fomento Educativo, 1986.

FORERO, Eduardo Andrés Sandoval; PÉREZ, Robinson Salazar (coordenadores). **Lectura Crítica del Plan Puebla Panamá**. México: Colección Insumisos, 2003.

FUENTES, Julia Isabel Martinez; FORERO, Eduardo Andrés Sandoval. **Agua, Desarrollo y Conflicto dentro del Plan Puebla Panamá**. Revista de Sociedad, Cultura y Desarrollo Sustentable. Enero-abril 2011, año/vol. 7, núm. 1. Universidad Autónoma Indígena de México, Mochicahui, El Fuerte, Sinaloa, p. 133-155.

GARCÍA NEGRETE, Jorge. **Geopolítica, quinta parte**. Esquema para una investigación Geopolítica. En: Revista Geográfica 4. Instituto Geográfico Militar. Quito: 1982. p. 27-58; SPROUT, Harold; SPROUT, Magaret. **Geography and International Politics in revolutionary change**. Journal of Conflict Revolution. IV nº1.

GARDUÑO, Roberto. **En manos extranjeras, 70% de las concesiones de exploración minera**. La Jornada. 26 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2015/04/26/politica/005n1pol>. Acesso em 26 de abril de 2015.

GOBIERNO DE MÉXICO. **Reforma Laboral**. Disponível em: <http://reformas.gob.mx/reforma-laboral/que-es>. Acesso em 15 de ago de 2015.

GOBIERNO DE MÉXICO. **Reforma Energética**. Disponível em: <http://reformas.gob.mx/reforma-energetica/que-es>. Acesso em 20 de mar de 2014.

GOBIERNO DE MÉXICO. **Plan Puebla-Panamá**: Capítulo México – Documento Base. Marzo, 2001. Disponível em: <http://www.rmalc.org/historico/ppp/index.php.html>. Acesso no dia 29 de novembro de 2014. p. 3.

GOODY, Jack. **O Roubo da História**: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Contexto, 2008.

GONZALES, Susana. **Campesinos poseen sólo 12% de la tierra pero alimentan el mundo**. *La Jornada*. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/12/19/campesinos-principales-afectados-por-cambio-climatico-unctad-1280.html>. 19 de dez de 2015. Acesso em 19 de dezembro de 2015.

GOUROU, Pierre. **Por une géographie humaine**. Paris: Flammarion, 1973.

GUARDADO, Gustavo Marín. **Sin Tierras no Hay Paraíso**: turismo, organizaciones agrarias y apropiación territorial en México. España (Tenerife): PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, nº 15, 2015.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo Natural, criando a próxima revolução industrial**. São Paulo: Cultrix, 1999.

HIERNAUX, Daniel. **La Integración transistmica: notas sobre las relaciones entre los puertos industriales de Coatzacoalcos y Salina Cruz**. México: Instituto de Geografía, 1984.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HYERNAUX-NICOLAS, Daniel. **El Plan Puebla Panamá: ¿Una Nueva Visión del Desarrollo?** Conference prononcée le 17 septembre 2002. Groupe de Recherche Sur L'intégration Continentale. Disponível em: www.unites.uqam.ca/gric.

HUNDSON, Michael. **Trade, Development and Foreign Debt**. USA: ISLET, 2009.

KUMAR, Krisha. **Da sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1997.

KUPER, Adam. **Reinvenção da Sociedade Primitiva: Transformações de um Mito**. Recife (PE): Editora Universitária, 2008, p.28.

LAGOS, Ricardo (coord.). **A América Latina no Mundo: desenvolvimento regional e governança internacional**. São Paulo: Edusp, 2014.

LA JORNADA. **“Defiende tu agua, defiende tu vida”, piden artistas mexicanos en video**. La Jornada. Publicado em 21 de mar de 2015. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/03/21/201cdefiende-tu-agua-defiende-tu-vida201d-piden-artistas-mexicanos-en-video-9057.html>. Acesso em 21 de mar de 2015.

_____. **Preparan reforma agraria para dar “certeza legal” a inversionistas**. 15 de may de 2015. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/05/15/preparan-reforma-agraria-para-dar-201ccerteza-legal201d-a-inversionistas-9946.html>. Acesso em 15 de mai de 2015.

_____. **Pérdidas de Bosque en Latinoamérica y Caribe superan las del resto del Mundo**. 22 de mar. 2016. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2016/03/22/politica/017n1pol>. Acesso em 22 de mar. 2016.

LA JORNADA. **Comienza Congreso Indígena que elegirá a mujer para la elección presidencial**. Visto em 30 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2016/12/30/politica/012n3pol>

LAS CASAS, Bartolomé de. **O Paraíso Destruido: A Sangrenta História da América**. Porto Alegre – RS: L&PM, 2008.

_____. **Brevisima Relacion de La Destrucion de las Indias**. Barcelona-ES: Fontamara, 1979.

_____. **Apologética Historia Sumaria**. Ed. Edmundo O’Gorman: Universidad Nacional Autónoma de México, México 1967.

LEÓN, Samuel; PÉREZ, Germán. **De fuerzas políticas y partidos políticos**. México: Plaza y Valdés Editores, 1988.

LEVY, Santiago; DÁVILA, Henrique; KESSEL, Georgina. **El Sur También Existe. Economía Mexicana**. Volumen 2, México, segundo semestre de 2002.

LIMA, Marcos Costa. **Development and Globalization in Periphery: the missed chain**. Perspectivas, São Paulo, v. 32, p. 15-46, ju/dez. 2007.

LIMA, Marcos Costa. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. In.: PIMENTEL, José Vicente de Sá. *O Brasil, o BRICS e a agenda internacional*. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2013.

LUVIANOS, Alejandro Carrillo *et al* (cords.). **Recomposiciones regionales, sociales, políticas y culturales en el mundo actual**. D. F.: UAM-XOCHIMILCO, 2005.

MAQUIAVEI, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARÍN, Andrés Barreda. **Los Peligros del Plan Puebla-Panamá**. In.: Mesoamérica, los ríos Profundos: Alternativas Plebeyas al Plan Puebla-Panamá. México: Instituto Maya, 2001.

MARINO, Josep; SANDERS, William T.: **Prehistoria del Nuevo Mundo**. Barcelona: Edit. Labor, 1973.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARTINS, Raúl François. **Geopolítica e Geoestratégia: o que são e para que servem?** Instituto da Defesa Nacional. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1585/1/NeD78_RaulFrancoisMartins.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2015.

MARTINEZ-LAGUNA, Norma; SÁNCHEZ-SALAZAR María Teresa; IZQUIERDO, José María Casado. **Istmo de Tehuantepec: un espacio geoestratégico bajo la influencia de intereses nacionales y extranjeros**. Éxitos y fracasos en la aplicación de políticas de desarrollo industrial (1820-2002). México: Investigaciones Geográficas. Boletín del Instituto de Geografía, UNAM. Núm. 49, 2002, p. 118-135.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP.

MEANA, Sergio. **¿Por qué México necesita importar petróleo?** El Financiero. Disponível em: <http://www.elfinanciero.com.mx/economia/por-que-mexico-necesita-importar-petroleo.html>. Publicado em 05 de set de 2016. Acesso em 19 de out de 2016.

MENA L.N, Antonio Ortiz. **La dimensión económica de la política exterior mexicana: retos y disyuntivas**. In.: ARNAU, Remedios Gomez; SUÁREZ, Rosio Vargas; REA, Julián Castro (Coordinadores). *Las políticas exteriores de Estados Unidos, Canadá y México en el umbral del siglo XXI*. Ciudad de México: UNAM, 2003.

MENDONZA, Eduardo Jorge. **El TLCAN y la integración económica de la frontera México-Estados Unidos: situación presente y estrategias para el futuro**. Foro Internacional, vol XLV, núm. 3. Julio-septiembre 2005. Colegio de México: México.

MERLÍN-URIBE, Yair *et al*. **Environmental and socio-economic sustainability of chinampas (raised beds)**. In Xochimilco, Mexico City. International Journal of Agricultural Sustainability. 8 de octubre de 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2002.

MÉXICO, Presidencia de la República. *Plan Puebla-Panamá – Capítulo México: Documento Base*. Março de 2011. Disponível em: <http://www.rmalc.org/historico/ppp/index.php.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

MIGNOLO, Walter D. *The Idea of Latin America*. Oxford: Blackwell, 2005.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. *Obras do Barão de Rio Branco: Discursos*. Brasília, 2012.

MINTZ, Sidney. *O Poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Universitária UFPE, 2003.

_____. *Dulzura y Poder: el lugar del azúcar en la historia moderna*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1996.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: Uma Perspectiva Antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas: UCAM, 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres; NETO, Regina Beatris Guimarães; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (orgs.). *História, Cultura, Trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: Universitária UFPE, 2011.

MONTENEGRO, José Luís Cadena. *El Plan Puebla Panamá: ¿La Recolonización de América Latina? Revista de Relaciones Internacionales. Estrategia y Seguridad*. Vol 1, núm. 2, julio-diciembre, 2006, p. 121-155.

MORALES, Roberto. *México, el segundo que más gasta en importar gasolina*. El Economista. Disponível em: <http://eleconomista.com.mx/industrias/2016/09/20/mexico-segundo-que-mas-gasta-importar-gasolin>. Publicado em 20 de set 2016. Acesso em 19 de out de 2016.

MORUS, Thomas. *A utopia*. São Paulo: Escala, s/d.

NYE, Joseph. *Soft Power – The means to success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

OCAMPO, Estela; BIDON-CHANAL, Carlos. *La piedra del sol: notas sobre la concepción del tiempo entre los aztecas*. Boletín americanista, nº 31, 1981.

OLVERA, Marcela López-Vallejo. *Seguridade ambiental-ergética em América del Norte: Regional Greenhouse Gas Initiative*. In.: BURGUETE, Alejandro Chanona (Coordinador). *Confrontando Modelos de Seguridad Energética*. Ciudad de México: UNAM, 2013.

ONU-BRASIL. *ONU Defende Supervisão de Mercados Futuros de Commodities para Conter a Alta dos Preços dos Alimentos*. Disponível em: www.onu.org.br/onu-defende-supervisao-de-mercados-futuros-de-commodities-para-conter-alta-dos-precos-dos-alimentos. Acesso no dia 11 de Abril de 2012.

ORTIZ, Arturo. **Aspectos de la economía en el Istmo de Tehuantepec**. México: Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM, 1971.

PÁDUA, José Augusto de. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 209.

PROYECTO MESOAMÉRICA. **El PPP: Avances, retos y perspectivas – evolución del Plan Puebla Panamá hacia un Proyecto de Integración y Desarrollo de Mesoamérica** (Proyecto Mesoamérica)/Informe Ejecutivo, 2008. Disponível em: <http://www.proyectomesoamerica.org/joomla/>. Acesso em 20 de mar de 2014.

PROYECTO MESOAMÉRICA. **XIII Cumbre del Mecanismo de Diálogo y Concertación de Tuxtla**: Informe Ejecutivo 2009-2011. Mérida/Yucatán/México, 2011.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. En.: *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 120.

_____. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In.: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra/Portugal: Edições Almedina, 2009, p.75.

RAZZO, Francisco. **A imaginação totalitária: os perigos da política como esperança**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

RECLUS, Élisée. **Do sentimento da natureza nas sociedades modernas e outros escritos**. São Paulo: Edusp, 2015.

RESTREPO, Iván. **Privatización de Litorales y uso de plaguecidas**. La Jornada. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2007/08/13/index.php?section=politica&article=016a2pol>. 28 de nov 2016. Acesso em 28 de nov de 2016.

REYES, Elda Pérez. **La política exterior de México hacia sudamérica, 1900-1910**. Tese de Doutorado – Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Michoacana de San Nicolás, 2011.

RIVERA, Roberto Domínguez. **El Complejo Regional de Seguridad energética en América del Norte: el caso del petróleo y el poder regional**. In.: BURGUETE, Alejandro Chanona (Coordinador). *Confrontando Modelos de Seguridad Energética*. Ciudad de México: UNAM, 2013.

RIVERO, Oswaldo de. **O Mito do Desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2002.

RUIZ CERVANTES, José. “**Promesas y saldos de un proyecto hecho realidad**”. En.: REINA AOYAMA, Leticia (coord.). *Economía contra sociedade, el Istmo de Tehuantepec*. México: Editora Nueva Imagen, 1994, p. 33-117.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALCIDO, Gerardo Torres. **De la producción de Maíz al consumo social de la tortilla: políticas de producción y abastecimiento urbano**. Ciudad de México: UNAM, 2009. p. 24.

SÁNCHEZ, J. Rafael Campos. **Primeros contactos diplomáticos entre México y Brasil**. D.F.: Editorial Praxis, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Edusp, 2005.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHWARTZ, Gilson. **O capital em jogo: fundamentos filosóficos da especulação financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Tradução Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.

SECRETARÍA DE EDUCACIÓN PÚBLICA. **Patrimonio de la humanidad**. En: *Ciudades Mexicanas*. México, México: Fondo editorial de la plástica mexicana, 2003.

SLOTEDIJK, Peter. **Regras para o Parque Humano: Uma Resposta à Carta de Heidegger sobre o Humanismo**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina**. ALAS. Disponível em: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf. Acesso em 05/09/2016.

SOLIS, Daniel Villafuerte. **Más allá del Plan Puebla-Panamá: del TLCAN al ALCA**. *Comercio Exterior*, vol. 54, número 4, abril de 2004.

STIGLITZ, Joseph. The Promise of Global Institutions. In: David Herd e Anthony McGrew. **The Global Transformations Reader Introduction to the Globalization Debate**. Cambridge, UK: Polity Press, 2003. p. 479.

SUDAREV, Vladimir. **México y América Latina: nueva etapa de relaciones**. Traducción

del artículo publicado en la revista rusa Латинская Америка No 6, 2013.

TERÁN, Juan Fernando. **La economía de los biocombustibles: una mirada a los proyectos hegemónicos para América Latina.** In. FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 352-353.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TONALMEYOTL, Martín. **No Somos Indios, No somos Indígenas, Somos Seres Humanos.** La Jornada. 11 de nov de 2016. Publicado: <http://ojarasca.jornada.com.mx/2016/11/11/no-somos-indios-no-somos-indigenas-somos-seres-humanos-4653.html>. Acesso no dia 11 de novembro de 2016.

TOLY, Noah J. **Globalization and the Capitalization of Nature: A Political Ecology of Biodiversity in Mesoamerica.** Bulletin of Science, Technology & Society, vol. 24, nº 1, February, 2004, p. 47-54.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina X Estados Unidos: Uma Relação Turbulenta.** São Paulo: Editora Contexto, 2016.

TURNER, John Kenneth. **Mexico Barbaro.** D.F.: COSTA-AMIC, 2013.

URDANIVA, Frederico Novelo. **La Política Exterior de México en la era de la Globalización.** Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco: México, 2000.

URDANIVIA, Frederico Novelo; SALGADO, José Flores. **Alternativas para la Integración de América del Norte.** Producción Económica, 2008, 2010. México: UAM Xochimilco.

_____. **La economía mexicana ante el agotamiento del Tratado de Libre Comercio de América do Norte.** Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco: México, 2006; ALBA, Carlos. México después del TLCAN: el impacto económico y sus consecuencias políticas y sociales. Foro Internacional, nº 171, 2003.

VALENCIA, Carlos Alberto Téllez. **Altas Finanzas y el Sistema Financiero en América Latina y México.** Revista Tamoios. Vol. 3, nº1. Jan/jun 2007.

VERDUZCO, Alonso Gómez-Robledo. **La Política Exterior Mexicana: sus Fundamentos Principales.** Anuario Mexicano de Derecho Internacional, vol.1., 2001.

VON BERTRAB, Herman. **El Redescubrimiento de América. Historia del TLC.** Fundo de Cultura Económica (FCE): México, 1996, p. 28.

ZEA, Leopoldo. **Discurso desde a Marginalização e a Barbárie;** seguido de A filosofia latino-americanca como filosofia pura e simplesmente. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **História da Filosofia Americana.** Mexico: Fundo de cultura economica, 1978.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEINTRAUB, Sidney. **Comentarios sobre la política económica exterior mexicano: la opinión de un estadounidense**. In.: ARNAU, Remedios Gómez; SUÁREZ, Rosío Vargas; REA, Julián Castros (Orgs). Las políticas exteriores de Estados Unidos, Canadá y México em el umbral del siglo XXI. UNAM: México, 2003, p. 239-241.

WOLF, Eric. **Europa y la gente sin historia**. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.